

ESTUDOS

Estados Brasileiros

Rio Grande do Norte

2000-2013



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

2014

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

DIRETORIA

Presidente: Marcio Pochmann

Vice-presidenta: Iole Iliada

Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli

Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Coordenação da coleção Projetos para o Brasil

Fátima Cleide

Colaboração

Kjeld Jakobsen

EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Coordenação editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação e revisão: Elaine Andreoti

Coordenação e organização: José Antônio Spinelli

Colaboradores: Aldemir Freire, Danielle Nunes,

Emmanuel de Sousa, João Hélio, Maria Leuça Teixeira Duarte,

Marciano Furukava, Pablo Neruda, Petrônio Spinelli, Roberto Sérgio

Projeto gráfico e diagramação: Caco Bisol Produção Gráfica Ltda.

Ilustração de capa: Vicente Mendonça

Direitos reservados à Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – 04117-091 São Paulo - SP

Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5573-3338

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo: www.fpabramo.org.br

Visite a loja virtual da Editora Fundação Perseu Abramo: www.efpa.com.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R585 Rio Grande do Norte 2000-2013 / José Antônio Spinelli, org. – São Paulo :
Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.
129 p.: il. ; 23 cm – (Estudos Estados Brasileiros)

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7643-223-4

1. Rio Grande do Norte - Política. 2. Rio Grande do Norte - Economia. 3.
Rio Grande do Norte - Demografia. 4. Rio Grande do Norte - Aspectos sociais. 5. Rio
Grande do Norte - Administração pública. I. Spinelli, José Antônio. II. Série.

CDU 32(813.2)
CDD 320.981

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

SUMÁRIO

- 5 APRESENTAÇÃO
- 9 INTRODUÇÃO
- 13 DEMOGRAFIA
- 29 SITUAÇÃO SOCIAL
- 35 BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS
- 49 ECONOMIA
- 57 INFRAESTRUTURA
- 79 ESTRUTURA PRODUTIVA
- 97 CONDICIONANTES AMBIENTAIS
- 99 ANÁLISE DA CAPACIDADE DA GESTÃO PÚBLICA
- 105 POLÍTICA LOCAL
- 121 INVESTIMENTOS DO PAC NO RIO GRANDE DO NORTE
- 127 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Uma das características dos governos neoliberais que assolaram o Brasil durante a década de 1990 foi a privatização do estado e a centralização da política, bem como das diretrizes da gestão pública em mãos do governo federal em contradição com o federalismo previsto na Constituição da República. Desta forma, transformaram nossos entes federativos, estados e municípios, em meros executores das diretrizes emanadas do poder executivo sediado em Brasília.

As consequências dessas medidas foram graves no tocante à perda de recursos e de instrumentos de planejamento e promoção do desenvolvimento regional e estadual. Além disso, dezenas de empresas públicas do setor financeiro, energia, comunicações, transportes e saúde locais foram privatizadas com visíveis prejuízos aos direitos dos cidadãos dos 26 estados e do Distrito Federal de receber atendimento por meio de serviços públicos acessíveis e de qualidade.

O Projeto Estados, promovido pela Fundação Perseu Abramo, visa enfrentar estes desdobramentos do período neoliberal ao reunir e interpretar uma série de dados de cada um dos estados brasileiros e do Distrito Federal para levantar os principais problemas, potencialidades e desafios na metade da segunda década do século XXI, bem como embasar os programas de governo dos candidatos e das candidatas do Partido dos Trabalhadores ou das coligações que o PT eventualmente venha a participar na disputa das eleições para governador/a em 2014.

O conteúdo dos estudos incluem indicadores gerais e análise de cada estado e de suas dimensões sub-regionais, bem como propostas de soluções dos problemas identificados, além de apontar para um modelo de desenvolvimento e agenda decorrente. Desta forma, os indicadores de cada estado incluem demografia; situação social; balanço das políticas sociais; economia, infraestrutura e estrutura produtiva do estado; condicionantes ambientais; análise da capacidade de gestão pública local; impactos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o quadro político local. Estas informações também alimentarão um banco de dados que deverá ser atualizado periodicamente para permitir o acompanhamento e aprofundar a análise da evolução dos desenvolvimentos estaduais e da eficácia das respostas implementadas para solucionar os problemas detectados.

Percebemos por meio destes estudos como um primeiro elemento que há uma evolução positiva na situação social e econômica nos estados brasileiros devido às políticas implementadas pelos governos Lula e Dilma. Entretanto, verificamos também que naqueles estados onde o PT e aliados governam proporcionando sinergia entre as iniciativas federais e estaduais houve avanço maior e mais acelerado do que naqueles governados pela direita.

Este trabalho foi coordenado em cada um dos estados por especialistas que atuam no meio acadêmico ou em instituições de pesquisa locais e que na maioria dos estados puderam contar com a colaboração de vários companheiros e companheiras mencionados em cada um dos estudos publicados.

Nossos profundos agradecimentos aos coordenadores e colaboradores desta coletânea de dados e análises e esperamos que sejam úteis para a ação de nossos militantes que pretendem enfrentar o desafio de promover as transformações necessárias em direção ao desenvolvimento sustentável e à justiça social em cada um dos rincões do Brasil.

Boa leitura!

*A Diretoria
Fundação Perseu Abramo*

RIO GRANDE DO NORTE 2000-2013

JOSÉ ANTÔNIO SPINELLI
ORG

ESTUDOS

Estados Brasileiros

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Norte está localizado na porção oriental da região Nordeste, onde o Brasil mais se aproxima dos continentes africano e europeu. Essa localização confere ao estado uma posição geográfica e econômica estratégica no comércio internacional, pois a menor distância em relação aos continentes o coloca em posição favorável para o transporte de cargas por via marítima e aérea, cujo fluxo de mercadorias se intensificará com a conclusão do Aeroporto Internacional de São Gonçalo do Amarante. O estado tem uma população de 3.168.027 habitantes, o que corresponde a 1,7% da população brasileira e 6% da população nordestina, sendo constituído por 167 municípios.

Seguindo uma tendência nacional, ocorreu um importante processo de urbanização nos últimos 40 anos, e o Rio Grande do Norte passou a ter quase 78% de sua população urbana. A distribuição etária da população apresenta uma estrutura com 67,6% de pessoas na faixa etária dos 15 aos 64 anos e 24,8% com menos de 15 anos, demonstrando assim, em termos gerais, uma pirâmide etária com grande concentração de jovens, segundo dados do IBGE.

Quanto à economia, o estado brasileiro participa com cerca de 6% do Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e 0,9% da produção do país. O importante é que, desde meados dos anos 1980, sua economia vem crescendo acima da média regional e nacional, ganhando peso relativo nos dois contextos, embora no subperíodo 2003/2010 essa dinâmica tenha perdido peso relativo frente à região e ao país, como se verá a seguir. A importância da atividade

extrativa de petróleo e gás¹ e o crescimento do turismo têm sido importantes na dinamização da vida econômica estadual ao lado de outras atividades, como a agricultura irrigada, a carcinicultura e os chamados serviços modernos. No período recente, a expansão da economia norte-rio-grandense tem ocorrido por meio de um processo de reestruturação, diversificação e consolidação da sua base produtiva. O estado conta com um dos mais importantes polos agroindustriais do Nordeste, um parque têxtil moderno, setor turístico em franca expansão, além de uma evidente diversificação das atividades de serviços. O modelo agropecuário tradicional vem dando espaço a atividades mais modernas e diversificadas, como é o caso dos projetos de irrigação no Baixo Açu e no Vale do Apodi/Mossoró, além da criação de camarão em viveiros, floricultura e apicultura (Seplan, 2012).

A região metropolitana de Natal concentra uma fatia importante do PIB estadual (50%), mas recentemente houve um modesto movimento de interiorização do desenvolvimento, sobretudo em direção à região de Mossoró e, em menor grau, rumo ao litoral norte do estado. A urbanização manteve uma certa heterogeneidade no tamanho médio das cidades, tanto que a rede urbana é relativamente dispersa em termos espaciais, se comparada à de outros estados nordestinos. No que se refere às condições de vida da população potiguar, levando em conta os indicadores de IDH e de linha de pobreza, constata-se que os maiores avanços no padrão de vida ocorreram na região metropolitana de Natal e nas regiões de Mossoró e do Seridó (Idem, 2012).

Ao comparar as estatísticas socioeconômicas dos últimos anos, observam-se alguns registros importantes a respeito do Rio Grande do Norte: 1) a taxa de mortalidade infantil decresceu de 41,6 (2000) para 17,2 (2010) por mil nascidos vivos; 2) a expectativa de vida melhorou, passando de 67,5 para 71,1 anos, um pouco acima da média nordestina, porém, abaixo da média nacional; 3) a taxa de analfabetismo teve uma significativa redução, registrando queda de 40,5% em 2002, para 18,1% em 2009, de acordo com o IBGE/Pnad (entretanto, na comparação com a média nacional, o estado ainda precisa avançar); 4) a média mensal da renda familiar *per capita* em 2009 foi de R\$ 456,64, ou seja, a 18ª no ranking, superando todos os demais estados nordestinos (no entanto, a distribuição de renda ainda é grave ao se considerar que 69,3% da renda estadual estão nas mãos dos 20% mais ricos, o que coloca o Rio Grande do Norte em uma das últimas posições em termos da distribuição de renda nacional); 5) a pobreza absoluta² ficou em 53,6% em 2001 e, em

1. Como será evidenciado mais adiante, essa atividade vem perdendo terreno nos últimos anos devido ao esgotamento das reservas.

2. Segundo o Grupo Técnico de Estudo e Análise da Unicamp, em 2010 a pobreza absoluta foi classificada quando a renda domiciliar *per capita* era de até R\$ 140, e a pobreza extrema quando era de até R\$ 70.

2009 despencou para 34,3%, o que colocou o Rio Grande do Norte entre os estados nordestinos com maior redução na taxa de pobreza absoluta (já a taxa de pobreza extrema, que em 2001 era de 25,4%, em 2009 foi reduzida para 10,3%, demonstrando o avanço das políticas de transferência de renda e de combate à pobreza).

Mesmo com os avanços dessas políticas, cerca de 1 milhão de pessoas continuam a viver em condições de pobreza no estado. Entre elas, cerca de 405 mil vivem em condições de extrema pobreza – sendo a concentração mais evidente na zona rural, onde um quarto da população vive com acesso limitado à infraestrutura básica e de serviços. Isso demonstra que as ações de combate à pobreza não podem desconsiderar as características e dinâmicas econômicas territoriais, sejam elas rurais ou urbanas.

DEMOGRAFIA

COMPOSIÇÃO ETÁRIA

De forma semelhante ao que ocorre no restante do Brasil, o Rio Grande do Norte também passa pelo que os demógrafos chamam de *transição demográfica*, fenômeno em que a população vai se tornando progressivamente mais velha e a taxa de crescimento também vai declinando continuamente, com tendência à estagnação e, depois, à variação negativa.

A tabela a seguir demonstra nitidamente o fenômeno do envelhecimento populacional. Em 2000, a população do RN com idade entre 0 e 19 anos era de 1.186.135 pessoas. Em 2010 esse grupo etário recuou para 1.083.280 pessoas. Em termos proporcionais, essa faixa etária representava 42,7% da população potiguar no censo de 2000 e passou a representar 34,2% no de 2010.

No extremo oposto está a população com 60 anos ou mais. Em 2000, a taxa era de 250.594 indivíduos, saltando para 342.890 em 2010. Ou seja, esse grupo populacional passou a responder por 10,8% dos residentes no estado. Na década anterior, representavam 9,02%.

A queda na taxa de fecundidade, de um lado, e o aumento da longevidade, do outro, são a raiz desse envelhecimento populacional. A queda da fecundidade das mulheres já é um fenômeno que remonta a algumas décadas e tem como fatores determinantes principais, entre outros: a) o aumento da renda e da educação femininas; b) a disseminação dos métodos contraceptivos; c) a urbanização; d) a entrada das mulheres no mercado de trabalho; e) um nível de consciência feminino mais elaborado sobre autonomia e domínio de si.

Por outro lado, a melhoria geral das condições de vida – devido ao aumento da renda, da escolaridade, do acesso à saúde, à educação e ao saneamento básico mínimo –, bem como os avanços tecnológicos na medicina, elevaram a expectativa e a qualidade de vida das pessoas e estenderam seus horizontes para mais alguns anos. Com isso há cada vez mais idosos na sociedade.

A tendência para as próximas décadas é que esse movimento continue: queda da fecundidade, aumento da longevidade e envelhecimento populacional.

Tabela 1

Rio Grande do Norte – População residente segundo a idade

Idade	População residente (pessoas)		População residente (%)	
	2000	2010	2000	2010
Total	2.776.782	3.168.027	100,00	100,00
0 a 4 anos	278.643	236.318	10,03	7,46
5 a 9 anos	285.537	255.961	10,28	8,08
10 a 14 anos	313.459	293.723	11,29	9,27
15 a 19 anos	308.496	297.278	11,11	9,38
20 a 24 anos	260.625	309.565	9,39	9,77
25 a 29 anos	218.692	288.122	7,88	9,09
30 a 34 anos	210.080	253.092	7,57	7,99
35 a 39 anos	193.328	223.700	6,96	7,06
40 a 44 anos	148.454	215.122	5,35	6,79
45 a 49 anos	118.105	191.015	4,25	6,03
50 a 54 anos	107.739	146.354	3,88	4,62
55 a 59 anos	83.030	114.887	2,99	3,63
60 a 64 anos	72.729	103.656	2,62	3,27
65 a 69 anos	52.635	76.106	1,90	2,40
70 a 74 anos	47.781	62.251	1,72	1,96
75 a 79 anos	36.277	40.425	1,31	1,28
80 a 89 anos	34.929	49.622	1,26	1,57
90 a 99 anos	5.796	10.130	0,21	0,32
100 anos ou mais	447	700	0,02	0,02

Fonte: IBGE, Censos demográficos de 2000 e 2010

COMPOSIÇÃO ÉTNICA

Em 2010 a população do Rio Grande do Norte declarou-se majoritariamente parda. Cerca de 1,67 milhão de pessoas se autocalificaram como tais, representando 52,75% da população. Em segundo lugar aparece a cor branca, com aproximadamente 1,3 milhão de pessoas, já os declarados pretos foram 165,8 mil.

A população negra (preta + parda) totalizou 1,84 milhão de pessoas, respondendo por 57,98% da população do estado.

Entre 2000 e 2010 a população que se autodefiniu como preta cresceu a uma taxa anual de 2,75%, já a parda cresceu a 1,4% e a branca a 1%.

Tabela 2

Rio Grande do Norte – População residente por cor ou raça

Cor ou raça	População residente (pessoas)		População residente (%)	
	2000	2010	2000	2010
Total	2.777.509	3.168.027	100,00	100,00
Branca	1.171.699	1.293.931	42,19	40,84
Preta	126.441	165.807	4,55	5,23
Amarela	2.374	33.857	0,09	1,07
Parda	1.454.665	1.671.286	52,37	52,75
Indígena	3.168	2.788	0,11	0,09
Não declarados	19.161	358	0,69	0,01

Os dados são de uma amostra.
Fonte: IBGE – Censo demográfico.

COMPOSIÇÃO POR GÊNERO

As mulheres são maioria entre a população potiguar. Em 2010 elas totalizavam 1,62 milhão de pessoas contra uma população masculina de 1,55 milhão. Todavia, no meio rural há predominância da população masculina.

Tabela 3

Rio Grande do Norte – População residente por situação do domicílio e sexo
2000

Sexo	Total	Urbana	Rural
Total	3.168.027	2.464.991	703.036
Homens	1.548.887	1.183.327	365.560
Mulheres	1.619.140	1.281.664	337.47

Fonte: IBGE – Censo demográfico

Também é importante levar em consideração a composição da população segundo o sexo, por grupos de idade. A população masculina é predominante até o grupo etário de 20 a 24 anos. A partir daí se sobressai a população feminina. Isso ocorre devido ao aumento da taxa de sobrevivência masculina por causas externas, o que afeta principalmente os homens jovens e adultos. Os acidentes de trânsito e assassinatos, por exemplo, cujas vítimas principais são homens jovens ou adultos em idade produtiva, acabam por le-

var a uma redução mais acentuada da população masculina. Além disso, geralmente as mulheres tomam mais cuidados com sua saúde, por isso em idades mais avançadas há uma grande sobrevida feminina, o que as deixa em ampla vantagem sobre a população masculina. É provável que uma causa adicional para a maior sobrevida delas seja a capacidade cultural eminina de construir laços de solidariedade mais sólidos e diversificados.

Tabela 4

Rio Grande do Norte – População residente por sexo e idade
2010

Idade	Homens	Mulheres
Total	1.548.887	1.619.140
0 a 4 anos	120.553	115.765
5 a 9 anos	130.579	125.382
10 a 14 anos	149.689	144.034
15 a 17 anos	93.275	91.550
18 a 19 anos	56.596	55.857
20 a 24 anos	155.051	154.514
25 a 29 anos	142.913	145.209
30 a 34 anos	124.136	128.956
35 a 39 anos	108.483	115.217
40 a 44 anos	103.637	111.485
45 a 49 anos	91.203	99.812
50 a 54 anos	68.712	77.642
55 a 59 anos	52.702	62.185
60 a 69 anos	81.458	98.304
70 anos ou mais	69.900	93.228

Nota: Dados universais.

Fonte: IBGE – Censo demográfico

COMPOSIÇÃO URBANA E RURAL

Dos cerca de 3,17 milhões de pessoas que residiam no Rio Grande do Norte em 2010, 2,46 milhões se encontravam na zona urbana e 0,7 milhão na zona rural. Tal como ocorre no restante do Brasil, o estado vem passando por uma progressiva urbanização ao longo do tempo. Em 1970 residiam 52,48% da população na zona rural do estado, em 2010 esse percentual reduziu para 22,19%.

O decréscimo da população rural não se deu apenas de forma relativa; essa perda aconteceu em termos absolutos. Ao longo das últimas décadas o meio rural potiguar tem sido um espaço de expulsão demográfica para os núcleos urbanos do estado, notadamente para os municípios da região me-

tropolitana de Natal, que em 2010, segundo resultados do Censo do IBGE, apresentava uma população de 1,35 milhão de habitantes, o equivalente a 43% da população total do estado.

Tabela 5

Rio Grande do Norte – População residente por situação do domicílio

Ano	População residente (nº pessoas)			População residente (%)		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1970	1.550.184	736.615	813.569	100,00	47,52	52,48
1980	1.898.835	1.115.279	783.556	100,00	58,73	41,27
1991	2.415.567	1.669.267	746.300	100,00	69,10	30,90
2000	2.776.782	2.036.673	740.109	100,00	73,35	26,65
2010	3.168.027	2.464.991	703.036	100,00	77,81	22,19

Nota: Para os anos de 1970, 1980 e 1991: dados da amostra.

Para os anos de 2000 e 2010: dados universais.

Fonte: IBGE – Censo demográfico

TAXA DE EXPANSÃO POPULACIONAL

A queda na taxa da fecundidade feminina vem fazendo o ritmo de crescimento populacional do estado apresentar uma tendência decrescente. Na década de 1970 o Rio Grande do Norte crescia a uma taxa anual de 2,05%, a despeito dos elevados movimentos migratórios com destino a outras regiões do país, notadamente o sudeste. Naquela época, essa taxa era sustentada principalmente pela elevada fecundidade das mulheres.

Na década de 2000, por causa da redução do movimento migratório a população cresceu a uma taxa anual de 1,33%. Essa redução se deveu fundamentalmente à queda da fecundidade das mulheres. Na zona rural, porém, segue a trajetória de declínio populacional absoluto. Assim, o crescimento demográfico positivo deve-se exclusivamente ao aumento da população urbana.

Tabela 6

Rio Grande do Norte – Taxa de crescimento demográfico (%/ano)

Período	População residente (%)		
	Total	Urbana	Rural
1970-1980	2,05	4,24	-0,38
1980-1991	2,21	3,73	-0,44
1991-2000	1,56	2,23	-0,09
2000-2010	1,33	1,93	-0,51

Fonte: cálculos realizados com base nos dados dos Censos demográficos do IBGE.

MIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO

Historicamente, o Rio Grande do Norte, até meados da década de 1990, foi um espaço de expulsão demográfica. Isso fica claro ao observar que até 2010 nasceram no estado aproximadamente 3,34 milhões de pessoas, porém, somente 2,89 milhões residiam no território potiguar. Isso significa, portanto, que cerca de 445 mil potiguares viviam longe da unidade da federação de seu nascimento.

Por outro lado, naquele mesmo ano a população residente no Rio Grande do Norte era de 3,17 milhões de pessoas. Ora, se desse total 2,89 milhões eram potiguares residindo no estado, significa dizer que 275,5 mil pessoas nasceram em outros estados e moravam no RN. Ao fazer a conta, o resultado é que 445 mil potiguares viviam em outros estados e 275,5 mil não potiguares moravam no RN. Assim, ve-se que historicamente o estado apresenta um saldo migratório negativo.

Tabela 7

**Distribuição da população potiguar pelo Brasil, RN e outras regiões
2010**

Brasil	3.337.733
Norte	25.068
Nordeste	3.019.680
Sudeste	215.577
Sul	10.076
Centro-Oeste	67.332
Rio Grande do Norte	2.892.560

Nota: Os dados são da amostra.
Fonte: IBGE – Censo demográfico

Todavia, um dado extremamente relevante é que desde meados da década de 1990 o RN tem apresentado um saldo líquido migratório positivo. Entre 1995 e 2000, o saldo migratório do estado foi positivo, 6.630 pessoas. Entre 2005 e 2010 esse saldo subiu para 13.656 pessoas.

Portanto, o RN não tem sido mais uma região de expulsão demográfica de acordo com os últimos censos, e sim atraído pessoas, ainda que sua eficácia migratória possa ser considerada de baixa capacidade de absorção.

Também é relevante destacar que o estado é a única unidade nordestina da Federação que apresentou saldo migratório positivo nos dois últimos censos. Em 2010, somente o Rio Grande do Norte e Sergipe tiveram ganhos migratórios entre todos os estados do Nordeste.

Vale destacar ainda que, segundo o censo 2010, cerca de um terço dos migrantes que entraram no estado entre 2005/2010 eram migrantes de

retorno, ou seja, potiguares que no passado migraram para outra unidade da Federação.

Tabela 8

Imigrantes, emigrantes e saldo migratório, segundo as unidades da Federação
1995 a 2000 e 2005 a 2010

UF	1995/2000			2005/2010		
	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório	Imigrantes	Emigrantes	Saldo migratório
Maranhão	100.816	274.469	-173.653	118.423	287.672	-169.249
Piauí	088.740	140.815	-052.075	078.763	153.385	-074.622
Ceará	162.925	186.710	-023.785	122.730	195.035	-072.305
Rio Grande do Norte	077.916	071.287	006.629	073.092	059.436	013.656
Paraíba	102.005	163.485	-061.480	101.835	136.945	-035.110
Pernambuco	164.871	280.290	-115.419	162.449	241.825	-079.376
Alagoas	055.966	127.948	-071.982	059.108	140.379	-081.271
Sergipe	052.111	056.928	-004.817	056.498	051.297	005.201
Bahia	250.571	518.036	-267.465	250.848	495.387	-244.539

Fonte: IBGE, Censo 2000 e 2010

REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO

Em 1997 o governo estadual desenvolveu o primeiro Plano de Desenvolvimento Sustentável com uma visão sistêmica de todo o estado. A ideia norteadora foi a importância dos processos econômico-sociais para assegurar a sustentabilidade dos recursos ambientais continuados. Além disso, o foco era reduzir a pobreza de seus habitantes. Para tanto, o estado foi dividido em oito Regiões de Desenvolvimento (Seplan, 2012).

REGIÕES DE DESENVOLVIMENTO

As regiões foram divididas de acordo com as potencialidades locais apresentadas a seguir:

REGIÃO DO AGRESTE, POTENGI E TRAIRI

Potencialidades:

- arranjos produtivos locais;
- solo fértil propício à agricultura;
- existência de feiras livres;
- atividades e festas religiosas;



Fonte: Seplan

- recursos naturais, culturais e arqueológicos com potencial turístico;
- manifestações artísticas, artesanais e folclóricas;
- habilidades profissionais básicas em atividades tradicionais;
- técnicos qualificados em áreas específicas;
- instituições de ensino superior e de formação técnica;
- disponibilidade de recursos hídricos;
- surgimento de empresas com potencial inovador (indústria têxtil, de laticínios e avicultura).

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (ecoturismo, serrano);
- agropecuária (pecuária leiteira, abacaxi, caprino e ovinocultura, mandioca, avicultura, cajucultura);
- indústria (confeções, agroindústria: mandioca, laticínios, castanha-de-caju);
- comercial (varejista).

REGIÃO DO ALTO OESTE

Potencialidades:

- recursos hídricos;
- relevo (vales, serras, lajedos);
- solos de boa qualidade;
- instituições de ensino superior;
- instituições e profissionais de assistência técnica agropecuária;
- prefeitos municipais e funcionários públicos com elevado grau de escolaridade;
- organizações da sociedade civil: conselhos, associações urbanas e rurais, sindicatos de trabalhadores rurais, grupo de jovens e idosos;
- meios de comunicação, principalmente rádios comunitárias;
- manifestações culturais;
- cultura artesanal diversificada.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (serrano, religioso, ecoturismo);
- agropecuária (culturas alimentares: arroz, feijão, fava e milho; suinocultura, cajucultura, caprinocultura, apicultura);
- indústria (agroindústria: castanha--de-caju e doces, torrefação, mel de abelhas, confecções, carrocarias para caminhão);
- mineral (água marinha);
- comercial (varejista).

REGIÃO DO LITORAL NORTE

Potencialidades:

- atividades econômicas ligadas ao turismo, artesanato, carcinicultura, assentamentos, fruticultura irrigada, pesca, cajucultura, caprino e ovinocultura, apicultura, comércio, mineração;
- beleza natural das praias, clima tropical, luminosidade e ventos;
- solo fértil em algumas áreas;
- água proveniente de lençóis subterrâneos, açudes, lagoas e rios;
- ecoturismo (Pico do Cabugi, serras, cavernas e cachoeiras);
- recursos naturais para energias alternativas;
- instituições de ensino superior e de formação técnica.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (sol e mar, ecoturismo);
- agropecuária (caprino e ovinocultura, pecuária leiteira, apicultura, abacaxi, sisal);
- indústria (laticínios);

- mineral (petróleo, sal, ouro, calcário);
- comercial (varejista).

REGIÃO DO MÉDIO OESTE

Potencialidades:

- disponibilidade de água superficial e subterrânea;
- solo fértil;
- existência de instituições provedoras de assistência técnica;
- instituições de ensino superior e de formação técnica;
- agricultura diversificada;
- artesanato diversificado;
- bovinocultura, caprino e ovinocultura, apicultura, piscicultura;
- disponibilidades de fonte de energia;
- canais e instrumentos para comercialização de produtos regionais;
- existência de associativismo, cooperativismo, fóruns e conselhos institucionais.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (ecoturismo);
- agropecuária (culturas alimentares: milho e feijão; cajucultura, alho, piscicultura, caprino e ovinocultura);
- indústria (agroindústria: castanha-de-caju, laticínios, frutas, mel de abelhas);
- mineral (água mineral, calcário, gipsita, petróleo, água marinha);
- comercial (varejista).

REGIÃO MOSSOROENSE

Potencialidades:

- disponibilidade de água superficial e subterrânea;
- diversificados recursos minerais (petróleo, gás natural, calcário, sal, argila, gipsita, água mineral, areia);
- condições climáticas e geográficas favoráveis;
- ambientes com potencial turístico e econômico;
- instituições de ensino superior e de formação técnica;
- destaque na atuação do associativismo (cooperativas e associações) para produção e comercialização;
- atuação de instituições de controle e participação social;
- base produtiva diversificada: agricultura, apicultura, sal, petróleo, pequenos negócios, fruticultura e aquicultura;
- eventos socioculturais e religiosos.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (sol e mar, cultura, negócios, eventos);
- agropecuária (fruticultura irrigada: melão, manga e melancia; cajucultura, caprino e ovinocultura, apicultura; culturas alimentares: milho e feijão; pecuária leiteira e de corte);
 - indústria (cimento, minerais metálicos, movelaria, papel e papelão, indústria química, vestuário, calçados, tecidos, produtos alimentícios: castanha-de-caju e frutas; rações, indústria mecânica, cerâmica fina, indústria salinera, torrefação);
 - mineral (petróleo, gás, calcário, água mineral);
 - comercial (atacadista, varejista, supermercados).

REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL**Potencialidades:**

- riqueza do patrimônio natural;
- riqueza da paisagem;
- riqueza do patrimônio histórico e ambiente construído;
- diversidade e riqueza cultural;
- liderança estadual em pesquisa;
- densidade de recursos humanos qualificados;
- integração metropolitana;
- dinamismo econômico;
- turismo e lazer;
- construção civil;
- indústria de transformação (alimentos e bebidas, têxteis e confecções);
- atividade pesqueira;
- carcinicultura;
- comércio em crescimento;
- posição geográfica estratégica;
- diversas instituições de ensino superior.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (sol e mar, eventos religiosos, esportes radicais);
- agropecuária (cana-de-açúcar, carcinicultura, floricultura, pecuária leiteira, mandioca, avicultura, fruticultura irrigada, culturas de vazante, cajucultura);
 - indústria (têxtil, confecções, bebidas, álcool, açúcar, movelaria, construção civil, cerâmica, farinácea);
 - mineral (água mineral, argila) e comercial (atacadista, varejista, supermercados).

REGIÃO DO SERIDÓ

Potencialidades:

- biodiversidade;
- rede de açudes;
- otimização das áreas irrigáveis do Seridó;
- gerenciamento dos recursos hídricos;
- solos férteis;
- manejo florestal da caatinga;
- modificação do balanço energético;
- recursos minerais;
- aproveitamento do lixo urbano;
- participação social e preservação ambiental;
- base de recursos humanos;
- existência de cultura pautada por inovações;
- campo para a interação dos esforços de C&T e meio ambiente;
- demanda social pela expansão da capacidade tecnológica;
- presença da segunda bacia leiteira do estado;
- dinamismo e diversidade da base econômica urbana local;
- potencial para expansão de diversas atividades e de sua cadeia produtiva;
- conceito positivo entre os consumidores da “marca Seridó”;
- tradição comercial da região;
- riqueza mineral;
- base educacional relativamente boa;
- melhoria da capacidade tecnológica;
- existência de uma base inicial de cooperativas;
- avanços ocorridos na oferta de alguns serviços;
- programa abrangente de redução do déficit de moradia;
- nível de organização comunitária.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (ecoturismo, serrano e rural, negócios, eventos, caverna);
- agropecuária (pecuária leiteira e de corte, piscicultura, mandioca, cajucultura, caprinocultura, culturas de vazante);
- indústria (confeções, cerâmica, laticínios, sapatos, indústria artesanal, pedra, couro, madeira);
- mineral (feldspato, caulim, ferro, tungstênio)
- comercial (atacadista, varejista, supermercados).

REGIÃO DO VALE DO ASSÚ

Potencialidades:

- disponibilidade de água superficial e subterrânea;
- condições climáticas e geográficas favoráveis;
- indústria salineira;
- eventos socioculturais e religiosos;
- agricultura familiar em expansão;
- ambientes com potencial turístico e econômico;
- existência de organizações sociais;
- indústria petrolífera;
- instituições de ensino superior e de formação técnica;
- agroindústria.

Segmentos dinâmicos da economia regional:

- turismo (sol e mar, ecoturismo);
- agropecuária (fruticultura irrigada: melão, manga, melancia e banana; piscicultura e carcinicultura);
 - indústria (cerâmica; agroindústria: frutas e laticínios; mármore, salinera, petrolífera, termoelétrica);
 - mineral (petróleo, gás, calcário, sal, argila);
 - comercial (varejista).

MOVIMENTO LGBT NO RIO GRANDE DO NORTE

Em 2004 a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) foi instituída no estado, o que para o movimento LGBT não significou um avanço, pois no primeiro Governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006) não se fazia qualquer alusão aos direitos desses cidadãos:

Somente no segundo governo (2007-2010) é que constava no Programa do presidente Lula 02 (duas) ações relativas à população LGBT integrando o referido Programa de Governo. Quais sejam: 1) “Desenvolver políticas afirmativas e de promoção de uma cultura de respeito à diversidade sexual, favorecendo a visibilidade e o reconhecimento social” e 2) “Incentivar a participação, realizando a I Conferência Nacional de Políticas para os LGBT.” No PPA 2008-2011, entre os “Objetivos do Governo” consta “Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos”, estando previstas, no âmbito do Programa “Garantia e Acesso a Direitos”, duas ações que dizem respeito à população LGBT: 1) “Articulação institucional para a promoção da cidadania homossexual e combate à homofobia” e 2) “Implementação do ‘Plano Brasil sem Homofobia, de Combate à Violência e à Discriminação contra LGTB e

de Promoção da Cidadania Homossexual'. (LULA PRESIDENTE, p. 32 apud MELLO *et alii*, 2012, p. 296).

É importante salientar, do mesmo modo, que as iniciativas formalizadas por meio de atos normativos secundários do poder executivo que dispõem sobre ações e programas destinados à população LGBT – decretos, portarias, resoluções e instruções, entre outros – padecem pela falta de efetividade e por partirem de uma perspectiva mais jurídica e menos político-social, como aludido por Mello *et alii* (2012).

26

Esses autores apontam um dos “grandes culpados” pela falta de efetividade dos planos e programas justamente o caráter apenas programático dos dispositivos que os compõem. Fazendo uma analogia com a classificação da eficácia das normas constitucionais, observa-se que “a norma de princípio programático é a que estabelece um compromisso do Estado, uma meta a ser atingida, um programa de ação, seja do Executivo, Legislativo ou Judiciário”. Sendo assim, normatizações “que não podem ser traduzidas em direitos, mas apenas como expectativa de direitos, explicitam fins, sem indicação de meios para alcançá-los” (Mello *et alii*, 2012, p. 292). Demonstram-se estas bastante frágeis, por se configurarem mais como “expressão da vontade e dedicação de um grupo reduzido de gestoras/es, não estando articuladas aos instrumentos de planejamento do Estado potencialmente capazes de lhes assegurar efetividade, em especial orçamento público”. (Mello *et alii*, 2010, p.3)

A fragilidade do Estado brasileiro, e conseqüentemente do Rio Grande do Norte, em efetivar os planos e programas voltados ao direito das pessoas LGBT transforma o país em campeão mundial de crimes homofóbicos. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2010 foram mortos 260 gays, lésbicas e travestis em todo o país. Isso significa que a cada 36 horas um homossexual é assassinado no Brasil. Comparado com 2009, ano em que 198 pessoas morreram vítimas do preconceito, o ano de 2010 registrou um aumento de 31,3% nos assassinatos. Nas últimas três décadas a homofobia já matou 3.300 homossexuais sem que os governos tomem nenhuma medida efetiva para combater esses crimes. Ainda de acordo com o GGB, o Nordeste concentrou 43% dos homicídios contra integrantes das comunidades lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT).

Lamentavelmente, o Rio Grande do Norte está contribuindo para o aumento destes números. Nem mesmo medidas mínimas são tomadas para combater o preconceito e dar proteção aos homossexuais. Em 2011 foram notificados dois homicídios motivados por homofobia na região metropolitana da capital. Em 2012 foram notificados cinco homicídios, mais que o dobro

de assassinatos de homossexuais em relação a 2011. Não podemos deixar de mencionar que no Rio Grande do Norte o único centro de apoio a homossexuais ligado à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SEJUC), está fechado desde o início do Governo Rosalba Ciarlini (DEM), em 2011³.

É importante destacar que na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) funciona o Tirésias – Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Diversidade Sexual, Gênero e Direitos Humanos que atua “como espaço para estudos, pesquisas, diagnósticos, intervenção e difusão de questões relacionadas à diversidade sexual, à equidade de gênero e a garantia e ampliação dos Direitos Humanos”. O Tirésias oferece subsídios aos Ministérios da Cultura, Educação e Secretaria Especial em Direitos Humanos, além de fazer intervenções na sociedade civil. Está articulado ao Programa Brasil sem Homofobia e em 2013 promoveu o Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

3. Disponível no sítio www.pstu.org.br Disponível no sítio www.pstu.org.br

SITUAÇÃO SOCIAL

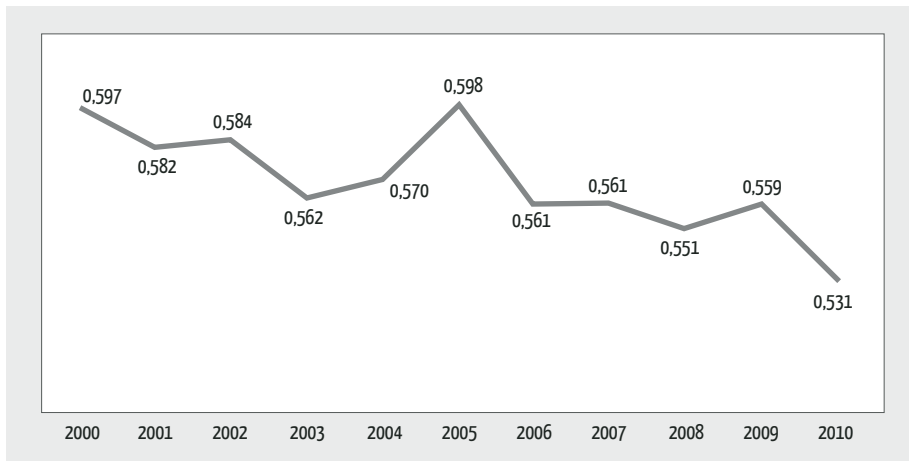
POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

Sobre a renda familiar *per capita*, em 2009 a média mensal do Rio Grande do Norte foi de R\$ 456,64; a 18ª no ranking dos estados, superando todos os demais estados nordestinos. No entanto, a distribuição de renda ainda é um grave problema se for considerado que 69,3% da renda estadual está concentrada nas mãos dos 20% mais ricos, o que coloca o estado numa das últimas posições em termos da distribuição de renda nacional.

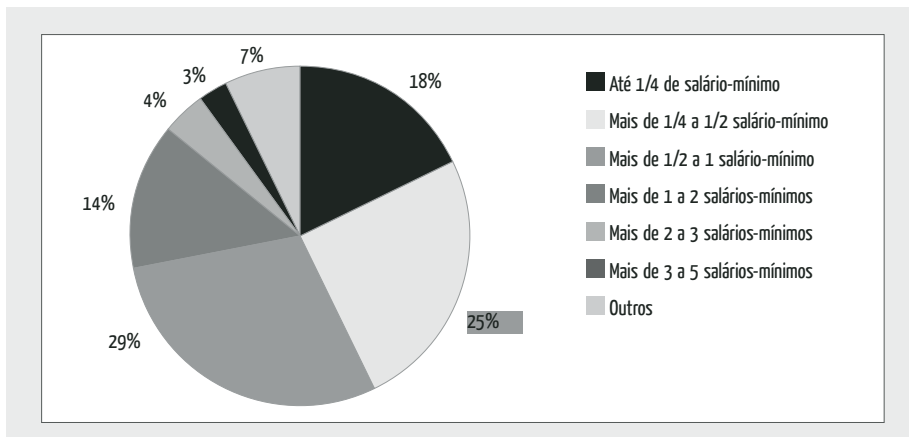
Em face ao ranking supracitado, tem-se o Índice de Gini⁴ do Rio Grande do Norte, que de acordo com o Censo de 2000 colocava o estado na 12ª melhor distribuição de renda do país. No último Censo de 2010, porém, ficou em 20ª posição entre os estados brasileiros e o Distrito Federal quanto à distribuição de renda, o que revela a existência de grandes disparidades socioeconômicas entre a população (Gráfico 1).

Há muita concentração de renda no estado. Isso fica claro ao observar, por exemplo, que nos domicílios particulares permanentes cerca de 3% – o que corresponde a 27.985 domicílios – recebe mais de cinco salários-mínimos. Em contrapartida, os que ganham um salário-mínimo ou metade disso têm a maior representação (29%) no rendimento mensal domiciliar *per capita* (Gráfico 2).

4. Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda, cujo valor varia de zero (a perfeita igualdade) até 1 (a desigualdade máxima).

Gráfico 1**Rio Grande do Norte – Índice de Gini
2000-2010**

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010

Gráfico 2**Rio Grande do Norte – Domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal domiciliar *per capita***

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 2010

Como dissemos anteriormente, em relação à pobreza absoluta⁵, em 2001 a taxa era de 53,6%. No ano de 2009 essa taxa caiu para 34,3%. Tal

5. Como já afirmamos anteriormente, segundo o Grupo Técnico de Estudo e análise da UNICAMP, a classificação de pobreza absoluta (em 2010) acontece quando a renda domiciliar *per capita* é de até R\$ 140,00 e a pobreza extrema é de até R\$ 70,00.

redução colocou o Rio Grande do Norte entre os estados do nordeste com maior redução na taxa de pobreza absoluta. Já a taxa de pobreza extrema, que em 2001 era de 25,4%, em 2009 foi reduzida para 10,3%, demonstrando o avanço das políticas de transferência de renda e de combate à pobreza. Apesar disso, os índices de pobreza e de concentração de renda são alarmantes, exigindo a continuidade das políticas de transferência, além da necessidade de melhor qualificar as políticas sociais nas áreas de educação e saúde pública.

POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

A população em situação de rua é uma expressão da questão social. Esse fenômeno representa diversos tipos de violação dos direitos sociais: direito à moradia, ao trabalho, à saúde, à educação, ao lazer, à segurança. Essa população é constituída por múltiplas determinações, cujas características a tornam um item relevante na expressão da pobreza nas sociedades capitalistas. O início de sua história nos remete ao surgimento das cidades pré-industriais da Europa, desde então passou a fazer parte da cena urbana em várias partes do mundo (Silva, 2012).

Estima-se que no Brasil cerca de 50 mil pessoas vivam nas ruas, enfrentando as mais diversas situações de violação de seus direitos, que vão desde a ausência de moradia até a questão da fome.

De acordo com o MDS (2008)⁶, frente à diversidade de motivação que leva o indivíduo às ruas e à diversidade de situações que caracterizam as condições dos moradores de rua como um grupo populacional heterogêneo, a condição de pobreza extrema é caracterizada pela fragilidade ou interrupção dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios etc.), áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas etc.) e, ocasionalmente, utilizam abrigos e albergues para pernoitar (Idem, 2012).

A população em situação de rua, cujo acesso eventual e precário aos recursos sociais é mínimo, trava uma luta cotidiana nas ruas, nos canteiros e semáforos da cidade, uma luta sem vencedores pelo direito à sobrevivência. Circundam, em seu dia a dia, riscos e incertezas, como a pobreza absoluta, a evasão escolar de crianças e adolescentes, a exclusão de jovens e suas famílias do mercado de trabalho, a exposição a fatores que conduzem à prática de pequenos delitos, o uso e o abuso de drogas e a precariedade de espaços de convivência, esporte e lazer.

6. Pesquisa Nacional Censitária e Por Amostragem da População em Situação de Rua, realizada em 2007, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

No Rio Grande do Norte, o relatório final da pesquisa⁷ “Moradores de rua em Natal: quem são e como vivem?” traçou um perfil detalhado – por amostragem – das pessoas que vivem pelas ruas da capital potiguar em 2011. Foram identificadas cerca de 1,2 mil pessoas em situação de rua. Podemos destacar que 70% das pessoas são de Natal e 82% do sexo masculino. Além disso, há famílias inteiras morando nas ruas, principalmente no centro da cidade e na zona norte de Natal.⁸

O relatório aponta algumas deficiências das políticas públicas para os moradores em situação de rua, dentre elas a realocação do albergue público, que funciona no bairro da Ribeira. Nesse caso, o albergue deveria ser na região central da cidade. Além disso, há uma dificuldade dos moradores em situação de rua para conseguir atendimento no sistema público de saúde e cadastro em programas sociais por falta de um endereço fixo.⁹

AGRICULTURA FAMILIAR

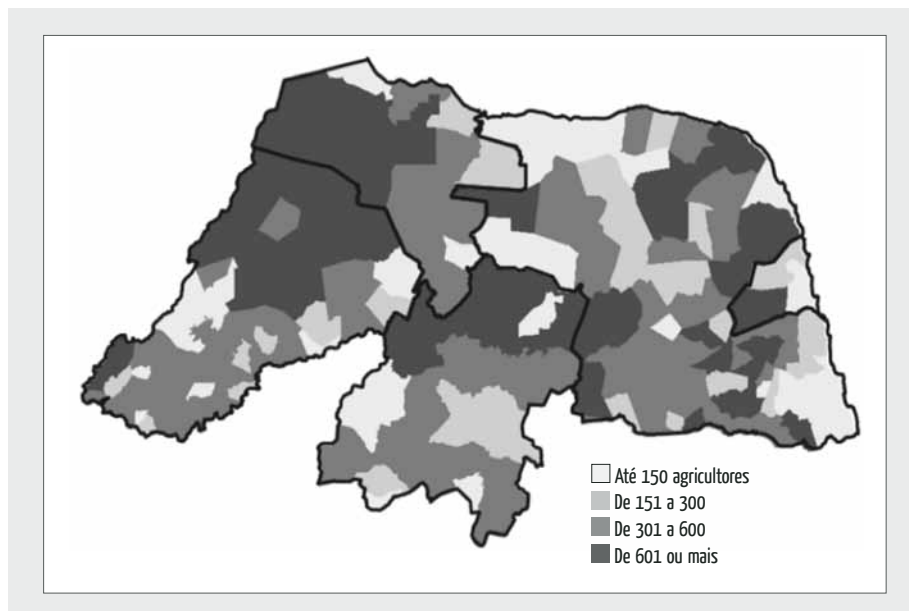
A agricultura familiar do Rio Grande do Norte é formada principalmente por pequenos agricultores, meeiros e trabalhadores migrantes, que dependem de uma estratégia diversificada para gerar renda, sobretudo para produção de subsistência de milho, feijão, mandioca, arroz e a criação de pequenos animais. Os pequenos agricultores, em geral, não têm se beneficiado das melhorias tecnológicas e práticas agrícolas; nem estão organizados coletivamente para melhorar sua produtividade ou posição no mercado. Além disso, os pequenos negócios agrícolas são vulneráveis a problemas como: baixa precipitação pluviométrica, baixa fertilidade do solo e predominância de clima árido e semiárido, fatores que dificultam o desenvolvimento da atividade em determinados territórios (Seplan, 2012).

O acesso à terra também representa uma limitação, pois muitos agricultores cultivam em lotes menores do que o mínimo necessário para assegurar a viabilidade comercial. Ao mesmo tempo, a infraestrutura física é uma preocupação fundamental. Apesar da disponibilidade de rodovias para o transporte inter-regional, a acessibilidade no interior do estado continua a ser um desafio. Contudo, a agricultura familiar tem importância essencial para o estado, senão do ponto de vista de receita e PIB, mas sob a lógica da geração de emprego e

7. A pesquisa foi elaborada pelo curso de Assistência Social da Facex e a Secretaria de Assistência Social de Natal.

8. No mês de novembro de 2013 foi criado o Fórum Potiguar da população em situação de rua, com o intuito de enfrentar conjuntamente o cenário desse segmento. Vários atores estão envolvidos, dentre eles o Centro de Referência de Direitos Humanos da UFRN que desenvolverá estudos, mobilização e construção/consolidação da pauta política com o intuito de discutir a implementação de políticas públicas específicas para a população em questão.

9. Podemos citar a baixa adesão de moradores em situação de rua beneficiados no programa Bolsa Família no Rio Grande do Norte. Nesse caso, apenas 124 famílias são beneficiadas no estado.

Mapa 1**Rio Grande do Norte – Mapa da agricultura familiar**

Fonte: IBGE, Censo agropecuário de 2006. Elaboração própria.

renda para os trabalhadores do campo. Podemos perceber na figura a seguir que a agricultura familiar está concentrada nas regiões em desenvolvimento: Médio Oeste, Mossoroense, Seridó e Litoral Norte.

BALANÇO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

EDUCAÇÃO

A educação do Rio Grande do Norte está em processo de desenvolvimento, e de acordo com uma pesquisa realizada pelo INEP em 2009, o estado possui 3.175 escolas de ensino fundamental, das quais 2.084 são municipais, 620 estaduais, 470 privadas e duas federais. Há 39.867 professores distribuídos nessa rede de ensino, dos quais 414 lecionam em escolas federais, 11.677 em escolas públicas estaduais, 18.661 em escolas municipais e 9.115 em particulares.

No mesmo ano havia 554.372 alunos, sendo que 469.667 eram estudantes da rede pública estadual e municipal e 84.705 frequentavam escolas privadas.

O Rio Grande do Norte possui várias instituições educacionais, e as mais renomadas localizam-se principalmente em Natal e Mossoró e em outras cidades de médio porte.

Na lista de estados brasileiros por IDH¹⁰ de 2010, o fator “educação” atingiu a marca de 0,597, com um aumento de 0,201 em relação ao ano 2000, quando o mesmo índice foi de 0,396, ficando na segunda posição na região Nordeste, superado apenas pelo Ceará (0,615). Em relação ao analfabetismo, o Rio Grande do Norte possui a sexta maior taxa, com 18,5% de sua população acima de 15 anos considerada analfabeta, quase o dobro da média nacional (9,02%), de acordo com dados do censo de 2010 (IBGE). Em 2000, a taxa de analfabetismo foi de 25,8%.

10. Dados retirados do PNUD de 2010.

Entre as instituições de ensino superior estão o Instituto Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal Rural do Semiárido, a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e algumas instituições privadas de ensino superior.

Na Tabela 10, podemos perceber que entre 2000-2010 houve um pequeno decréscimo no número de matrículas na educação infantil, que pode ser explicado pela redução demográfica na faixa de idade correspondente (menos 42.325 crianças de 0 a 4 anos entre 2000 e 2010). No ensino fundamental, por sua vez, houve um decréscimo bastante significativo em relação a 2000 (122.615 vagas), com uma diminuição mais sensível em nível de dependência estadual. Considerando que a redução demográfica na faixa de idade correspondente (5 a 14 anos) foi de apenas 49.312 pessoas, é forçoso constatar que a oferta de matrículas na rede estadual foi a principal responsável pelo aumento do *déficit* de vagas no ensino fundamental. Embora a rede privada tenha coberto parte desse *déficit*, não foi o suficiente para reverter a tendência. No ensino médio houve um acréscimo de mais de 19 mil vagas, devido principalmente ao aumento de vagas na rede estadual. Não podemos deixar de mencionar que a diminuição no número de vagas na educação infantil e no ensino fundamental e o aumento no ensino médio na rede estadual aconteceram na última década, devido a Lei Federal de Diretrizes e Bases 9.394/96, que delimita o ensino fundamental aos municípios e o ensino médio aos estados. Nesse sentido, deve-se observar que a diminuição de ofertas na rede estadual deveria ter sido compensada por uma maior oferta nas redes municipais, o que parece não ter ocorrido, provavelmente por falta de planejamento e de articulação entre as duas redes administradas por diferentes níveis de governo. As consequências são gravíssimas, uma vez que essas crianças assim marginalizadas pela rede pública de ensino dificilmente recuperarão os anos perdidos, tornando-se adolescentes e jovens adultos com sérias deficiências na formação educacional.

Na Tabela 11, podemos notar no Ideb¹¹ que no Rio Grande do Norte (2005-2007), o avanço nos anos iniciais do ensino infantil foi significativo (0.7) e nos anos finais do ensino fundamental, razoável (0.3). O ensino médio ficou estagnado, com 2.9.

11. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007. O indicador, que mede a qualidade da educação, foi pensado para facilitar o entendimento de todos e estabelecido numa escala de 0 a 10. A partir deste instrumento, o Ministério da Educação traçou metas de desempenho bianuais para cada escola e cada rede até 2022. A primeira medição foi baseada em dados levantados em 2005. Dois anos mais tarde, em 2007, ficou provado que a união do país para a educação pode trazer resultados efetivos. A média nacional do Ideb em 2005 foi 3,8 nos primeiros anos do ensino fundamental. Em 2007, essa nota subiu para 4,2, ultrapassando as projeções, que indicavam um crescimento de 3,9 nesse período. O indicador já alcançou a meta para 2009. Se o ritmo for mantido, o Brasil chegará a uma média superior a 6,0 em 2022. É o mesmo que dizer que teremos uma educação compatível com os países de primeiro mundo antes do previsto.

Tabela 9**Rio Grande do Norte – Raio X da educação
2009 e 2010¹**

População	3.168.027
População em idade escolar	784.108
PIB (R\$ mil)	R\$ 25.481.448,00
Renda média	R\$ 543,57
Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais)	18,5%
Escolaridade média em anos de estudo (pessoas de 25 anos ou mais)	6,1
Atendimento (crianças e jovens de 4 a 17 anos que não estão da escola)	92,8%
Matrículas da Educação Básica	929.144
Atraso escolar em crianças de 10 a 14 anos (com mais de dois anos de atraso escolar)	22%

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

EF anos iniciais:	3,9
EF anos finais:	3,3
Ensino Médio:	3,1

Docentes com curso superior

Creche:	34,6%
Pré-escola	43,7%
EF anos iniciais:	58,3%
EF anos finais:	71,9%
Ensino Médio:	80,0%

1. A renda média expressa o rendimento nominal médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais.
Fonte: IBGE/MEC/Inep. PIB(2008); escolaridade média, atraso escolar e Ideb (2009), demais dados (2010).

Tabela 10**Rio Grande do Norte – Matrículas no ensino infantil, fundamental e médio
2000-2010**

Matrículas	Infantil (Pré-escola e creche)	Fundamental	Médio
2000 - Municipal	103.509	314.852	7.597
2000 - Estadual	2.150	279.935	99.039
2000 - Federal	0	236	4.672
2000 - Privada	41.300	63.950	18.834
2000 - Total	146.959	658.973	130.142
2010 - Municipal	100.444	306.111	37
2010 - Estadual	297	142.409	125.395
2010 - Federal	252	89	4.697
2010 - Privada	37.864	87.749	19.395
2010 - Total	138.857	536.358	149.524

Fonte: Estatísticas da educação básica – INEP – 2000/2010.

Segundo os dados do Ideb 2011, o avanço nos anos iniciais do ensino infantil foi significativo em relação ao ano de 2007 (2.7 para 4.1). Nos anos finais do ensino fundamental, o aumento foi razoável (2.8 para 3.4). Já no ensino médio, insignificante (2.9 para 3.1).

Tabela 11

Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – Ideb 2005-2007 e projeções para 2009 e 2021

	Anos iniciais do Ensino Fundamental				Anos Finais do Ensino Fundamental				Ensino Médio			
	IDEB 2005	IDEB 2007	Projeções 2009	Projeções 2021	IDEB 2005	IDEB 2007	Projeções 2009	Projeções 2021	IDEB 2005	IDEB 2007	Projeções 2009	Projeções 2021
Brasil	3.8	4.2	4.2	6.0	3.5	3.8	3.7	5.5	3.4	3.5	3.5	5.2
Nordeste	2.9	3.5	3.3	5.2	2.9	3.1	3.0	4.9	3.0	3.1	3.1	4.9
R. G. do Norte	2.7	3.4	3.1	5.0	2.8	3.1	3.0	4.9	2.9	2.9	3.0	4.7

Dados: Inep/MEC. Elaboração própria.

HABITAÇÃO

A primeira iniciativa brasileira de criação da política habitacional abrangendo o território nacional, com objetivos e metas definidos, fontes de recursos permanentes e mecanismos próprios de financiamento, ocorreu em 1964, com a edição da lei nº 4.380/64. Esta lei instituiu o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), o Banco Nacional da Habitação (BNH) e a correção monetária nos contratos imobiliários de interesse social, dentre outras medidas. A partir de então, o governo federal passou a ter as atribuições de formular a política nacional de habitação e coordenar as ações públicas e privadas para estimular a construção e o financiamento para aquisição de habitações de interesse social. A política habitacional executada pelo BNH teve por objetivo viabilizar o acesso à moradia aos diferentes estratos sociais, com foco nas famílias de baixa e média renda. Essa política foi financiada com recursos do SFH provenientes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

No Rio Grande do Norte, o *déficit* habitacional ainda ultrapassa 110 mil moradias, mesmo com o trabalho perene do Minha Casa, Minha Vida (MCMV), concentrado nas faixas de renda mais baixas.

Segundo o IPEA, em 2012 74% desse *déficit* se concentrava no extrato familiar com até 3 salários- mínimos. Uma das causas para isso ocorrer é a forte migração no estado. Como nas demais faixas salariais tivemos uma redução do *déficit* (de 3 a 5 SM em 11,4%; de 6 a 10 SM em 10% e acima de 10 SM em 30%), fica claro que devemos nos preocupar com essas famílias mais carentes. O MCMV encontra-se em cerca de 40 municípios do RN, seja na Faixa I (empreendimentos

que atendem famílias com renda familiar até R\$ 1.600), na II (de 3 a 6 SM) ou na 3 (de 6 a 10 SM). Observe que nos dois grupos com renda superior a 3 SM houve redução significativa do *déficit* (mesmo com espaço para redução maior).

É claro que já houve entrega de mais de 10 mil Unidades Habitacionais de 2012 até agora, mas como o crescimento da produção é historicamente impactado pela migração de famílias, não se pode afirmar com certeza se houve uma redução de fato. É importante frisar que foram entregues mais de 60 mil Unidades Habitacionais para as faixas de renda do MCMV de 2007 a 2012, sendo a maior quantidade (mais de 85% desse número) após o MCMV.

Fica claro que o MCMV ainda precisa ser continuado e estendido, principalmente para os rincões mais longínquos e com prioridade total à Faixa I, havendo a necessidade do Ministério das Cidades destravar a contratação nos estados que tiveram um crescimento do *déficit* (RN e SE). Além disso, essa concentração deve ser compartilhada, ou seja, continuada nos grandes centros, mas estendida ao interior do estado.

Acrescente-se que o impacto do MCMV nas economias dos Estados mais carentes é enorme. Se o programa parasse, por exemplo, no RN haveria um alto desemprego e toda a economia do estado seria afetada, o que não é diferente em alguns outros estados.

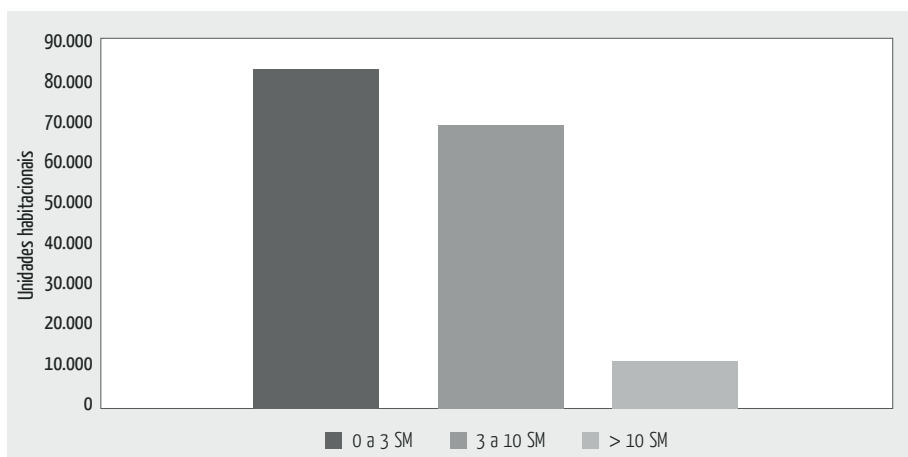
Além disso, a qualidade de vida das pessoas beneficiadas melhora muito, pois as moradias do MCMV não são somente a habitação, mas toda a infraestrutura necessária para morar com dignidade e qualidade.

A Demanda Habitacional Total é constituída pela soma da Demanda Habitacional Demográfica mais a Demanda Habitacional Domiciliar ($DHT = DHDE + DHDO$). Esses componentes proporcionam a aferição da carência de moradia de maneira abrangente, contemplando tanto a demanda decorrente do crescimento da população do país quanto a necessidade de repor as unidades habitacionais.

No Gráfico 3, podemos notar, como já foi comentado, que no Rio Grande do Norte a demanda habitacional é concentrada nas faixas de renda entre 0 e 3 salários-mínimos.

SAÚDE

O sistema público de saúde brasileiro enfrenta algumas dificuldades, entre elas a falta de recursos financeiros. O nosso modelo segue o inglês, sem contribuição prévia, financiado pelos recursos fiscais. O primeiro grande desafio é ampliar os recursos. Nos países europeus, os valores destinados à saúde chegam a 8% do PIB. Os gastos brasileiros são, em média, de apenas 3,6%. Considerando-se a riqueza nacional, é muito pouco. A princípio, precisamos dobrar os gastos

Gráfico 3**Rio Grande do Norte – Demanda habitacional estratificada por renda média, em salários-mínimos 2009**

Fonte: Seplan

com a saúde pública. Mas, mesmo com essa limitação ainda houve uma melhoria significativa em alguns indicadores na última década, como veremos a seguir.

Tabela 12**Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – Taxa de mortalidade infantil
Número de óbitos infantis (menores de 1 ano) por 1.000 nascidos vivos
2000-2010**

Região e UF	2000	2010
Brasil	27,4	16,0
Nordeste	41,6	19,1
Rio Grande do Norte	41,6	17,2

Fonte: Ministério da Saúde

A evolução dos dados analisados para o período 2000-2010 mostra coerência, seguindo a tendência esperada de diminuição da mortalidade infantil em todas as áreas pesquisadas. Na média do Brasil, o risco de morte durante o primeiro ano de vida reduziu de 27,4 por mil no ano 2000, para 16 por mil em 2010. Como esperado, a região Nordeste apresentou, durante todo o período, os índices mais elevados.

Na região Nordeste, as taxas de mortalidade infantil mais elevadas foram registradas no estado de Alagoas; já as menores no Ceará e na Bahia. No Rio Grande do Norte o risco de morte foi reduzido de 41,6 por mil em 2000 para 17,2 por mil em 2010.

As Tabelas 13, 14, 15, 16 17 e 18 mostram os números de internações e óbitos entre 2000-2010. Podemos notar que houve uma diminuição de casos de neoplasia em crianças com menos de 1 ano e um aumento significativo em pessoas com mais de 60. Nas internações por acidente vascular cerebral houve um aumento significativo em todas as faixas etárias, exceto em crianças abaixo de 9 anos. Nas internações de doenças hipertensivas, há diminuição em todas as faixas etárias, exceto nas crianças de até 9 anos. Nas doenças isquêmicas do coração, podemos perceber um aumento significativo na faixa etária acima de 50 anos. E, nas internações em acidentes (transporte), podemos perceber um aumento significativo nas faixas etárias intermediárias (10 a 49 anos), que se deve aos acidentes envolvendo motocicletas. Verificando a mortalidade, podemos perceber que houve uma diminuição nos casos relacionados a doenças infecciosas e durante o período perinatal. Além disso, houve um aumento nos casos de mortes relacionadas a neoplasias e doenças do aparelho circulatório.

Tabela 13

Rio Grande do Norte – Internação neoplasias malignas, por faixa etária (números absolutos) 2000 e 2010

	Idade										
	<1 ano	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e >	Total
2000	59	167	141	341	526	895	1.081	898	670	848	5.626
2010	33	261	206	496	466	646	1.270	1.350	1.438	1.636	7.802

Fonte: Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS IBGE: base demográfica

Tabela 14

Rio Grande do Norte – Internação acidente vascular cerebral, por faixa etária (números absolutos) 2000 e 2010

	Idade										
	<1 ano	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e >	Total
2000	1	0	0	1	3	6	26	41	90	241	409
2010	1	1	1	23	58	75	157	218	393	993	1890

Fonte: Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS IBGE: base demográfica

Tabela 15

Rio Grande do Norte – Internação doenças hipertensivas, por faixa etária (números absolutos) 2000 e 2010

	Idade										
	<1 ano	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e >	Total
2000	0	0	3	32	62	122	243	369	380	558	1.769
2010	4	3	6	19	61	123	190	274	253	467	1.400

Fonte: Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS IBGE: base demográfica

Tabela 16

Rio Grande do Norte – Internação doença isquêmica do coração, por faixa etária (números absolutos)
2000 e 2010

	Idade										Total
	<1 ano	1 a 4	5 a 9	10 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 e >	
2000	2	0	0	14	35	170	337	366	435	558	1.361
2010	2	0	0	6	16	69	356	786	882	932	3.049

Fonte: Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS IBGE: base demográfica

Tabela 17

Rio Grande do Norte – Internação acidente transporte, por faixa etária (números absolutos)
2000 e 2010

	Idade									Total
	0 a 5	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 e mais	
2000	124	54	146	197	166	250	163	78	120	1.300
2010	91	106	305	531	433	659	465	213	199	3.002

Fonte: Ministério da Saúde/SE/Datasus - Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS IBGE: base demográfica

Tabela 18

Rio Grande do Norte – Proporção de óbitos por grupo de causas (%)
2000 e 2010

	Mortes por grupos de causas							Total
	Doenças infecciosas e parasitárias	Neoplasias	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Afecções do período perinatal	Causas externas	Demais causas definidas	
2000	5,52	13,27	28,99	9,40	6,77	16,43	19,62	100,00
2010	3,85	17,07	30,44	8,60	2,39	13,86	23,79	100,00

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

Podemos perceber o aumento do número de neoplasias malignas entre 2000-2010, com um significativo crescimento de incidência nas faixas etárias acima de 60 anos (mais de 100%). Tais mudanças têm relação evidente com o aumento da expectativa de vida e, em certo sentido, também se deve à maior precisão dos diagnósticos. Entretanto, isso impõe uma maior adequação da rede pública de saúde a essas mudanças demográficas, com uma maior atenção à saúde do idoso e mais investimentos na formação de especialistas e para às pesquisas na área.

As Tabelas 19, 20 e 21 mostram os números de médicos para cada mil habitantes e leitos no Rio Grande do Norte. A diminuição no número de leitos no serviço público e o aumento tímido no número de médicos por mil habitantes se refletem em um atendimento precário e na superlotação dos hospitais de referência.

Tabela 19

Rio Grande do Norte – Número de médicos, por 1.000 habitantes
2000 e 2010

	2000	2010
Médicos p/1.000 habitantes	0,89	1,23

Fonte: Ministério da Saúde/SGTES/DEGERTS/CONPROF - Conselhos profissionais¹²

Tabela 20

Rio Grande do Norte – Número de leitos, por 1.000 habitantes
2002 e 2010

	2002	2010
Leitos p/1.000 habitantes	0,89	1,23

Fonte: IBGE - Pesquisa Assistência Médico-Sanitária¹³

Tabela 21

Rio Grande do Norte – Número leitos de públicos, por 1.000 habitantes
2002 e 2009

	2002	2009
Leitos públicos p/1.000 habitantes	1,27	1,18

Fonte: IBGE - Pesquisa Assistência Médico-Sanitária¹⁴

A cobertura de redes de abastecimento de água da região Nordeste apresenta tendência crescente. Alcança um valor superior a 70% de cobertura em 2005, indicando melhora no abastecimento adequado de água à população, por meio de rede geral de distribuição. Os estados da região apresentam um comportamento crescente em todo o período e se diferem somente pelos patamares de valores que cada um possui. A melhora nos estados foi significativa, a faixa para as variações das taxas de cada estado no início da série (1991) ficou

Tabela 22

Rio Grande do Norte – Abastecimento de água: proporção da população servida pela rede (%)
2000 e 2010

	2000	2010
Cobertura de redes de abastecimento de água	77,50	85,88

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

12. No Brasil tínhamos uma média de 1,72 médicos por mil habitantes em 2000 e 1,95 em 2011. Em 2011 a pior situação ocorre no Maranhão, 0,68; e no Distrito Federal a melhor situação, 4,02. Fonte: CFM/IBGE.

13. No Brasil em 2002 tínhamos 2,7 leitos por mil habitantes; em 2009 são 2,26. No Nordeste são 2,5 leitos por mil habitantes em 2002 e 2,02 em 2009. Fonte: IBGE.

14. No Nordeste são 1,06 leitos públicos por mil habitantes em 2002; e 1,02 em 2009.

em torno de 40% a 60%. Em 2005 verificou-se uma faixa de oscilação para as taxas, em torno de 60% a 80%. No Rio Grande do Norte houve um acréscimo de menos de 7% na cobertura do abastecimento de água (Tabela 21).

Tabela 23

Rio Grande do Norte – Esgotamento sanitário: proporção da população servida pela rede (%)
2000 e 2010

	2000	2010
Cobertura de esgotamento sanitário	39,53	44,15

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

Na região nordeste a tendência do indicador foi crescente. A cobertura era de 22,92% em 1991 e passou a 44,64% em 2005, tendo um aumento de 94,76% no período. A região, juntamente com a região Centro-Oeste, possui uma das menores coberturas de esgotamento sanitário do país. A maior cobertura, em 2005, foi a de Sergipe (71,22%) e a menor foi a de Alagoas (28,55%). No Rio Grande do Norte o crescimento foi insignificante em 10 anos (4,62%).

Tabela 24

Rio Grande do Norte – População atendida por coleta de lixo (%)
2000 e 2010

	2000	2010
Cobertura de coleta de lixo	72,02	83,48

Fonte: IBGE/Censos Demográficos 1991, 2000 e 2010

A região nordeste apresenta crescimento nos valores do indicador. Após uma queda nas proporções observadas com os dados do Censo de 2000, na maioria dos estados os valores se estabilizaram. Os estados do Maranhão e Piauí apresentaram as menores proporções em toda a série; o Rio Grande do Norte (83,48%) e Sergipe sempre estão entre os maiores índices.

Concluindo, as propostas para as políticas públicas de saúde devem levar em consideração alguns pontos fundamentais: 1) não há como resolver de forma racional e sustentável as questões do desenvolvimento do país sem atacar os problemas decorrentes do desenho federativo, em particular pelas dificuldades de gestão dos inúmeros municípios (principalmente os pequenos) e estados; 2) boa parte dos avanços do governo se dá pela substituição de responsabilidades, ou seja, uma “intervenção branca federal em políticas constitucionalmente municipais e/ou estaduais”; 3) Para o desenvolvimento das políticas de saúde, o ministério precisa melhorar o planejamento, com diagnóstico preciso e capilarizado de problemas e desafios e pactos para inter-

venções articuladas e integradas com os estados e municípios; 4) a cogestão e a corresponsabilidade microrregional de políticas sociais e de desenvolvimento são o caminho para evitar a recentralização e ao mesmo tempo superar as dificuldades de gestão que as unidades federativas têm (particularmente os pequenos municípios); 5) precisamos de estruturas articuladoras e com certo grau de operacionalização de ações (consórcio público, fundação ou empresa interfederativa) que possam enfrentar questões de ordem prática, seja no campo administrativo, de políticas de RH ou de execução de projetos regionais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O surgimento da política de assistência social no Brasil não foi diferente dos outros países. Por muitos anos esteve arraigada pela caridade, filantropia¹ e benevolência religiosa; a atenção à pobreza foi condicionada, não havia um caráter de direito. No entanto, pela primeira vez na história do país a assistência social, há pouco mais de dez anos, foi conceituada como política de seguridade social, ao lado da saúde e da previdência social. Inseriu-se no Título VIII, correspondente à Ordem Social, um capítulo destinado à Seguridade Social, da qual passaram a fazer parte a Saúde, a Previdência e a Assistência Social (Silva, 2012). Na seção IV do capítulo supracitado, encontram-se dois artigos destinados à assistência social que preveem:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: I – a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II – o amparo às crianças e adolescentes carentes; III – a promoção da integração ao mercado de trabalho; IV – a habitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V – a garantia de um salário- mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recurso do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes: (EC nº 42/2003) I – descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos

15. A eterna (e muitas vezes intencional) confusão entre assistência e filantropia é reforçada pela opacidade das relações entre público e privado no Brasil; esta confusão não é resultado de um mero desconhecimento das diferenças e, por que não dizer, antagonismo, entre assistência social como política pública e benemerência. Trata-se, na verdade, de uma atitude orientada por uma intencionalidade de manutenção da assistência sob a ótica do dever moral e submetida a interesses clientelistas e paternalistas.

respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social; II – participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. Parágrafo único. É facultativo aos Estados e ao Distrito Federal vincular a programa de apoio à inclusão e promoção social até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de: I – despesas com pessoal e encargos sociais; II – serviço da dívida; III – qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investidores ou ações apoiadas (CF/1988, p. 135-136).

No âmbito estadual, a política de assistência social é conduzida pela Sethas (Secretaria de Trabalho e Assistência Social), que possui as seguintes políticas sociais: 1) restaurante popular – programa de segurança alimentar que garante ao trabalhador uma refeição diária com alto valor nutritivo a preço popular; há 24 unidades em 20 municípios potiguares (o programa assegura diariamente 19 mil refeições à população de baixa renda); 2) Peti / Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – ações socioeducativas que objetivam retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce, perigoso, penoso, insalubre ou degradante (35.822 crianças participam do programa no RN); 3) Proart / Programa Estadual de Artesanato – promove o desenvolvimento das atividades do Artesanato Potiguar, valorizando e intermediando a divulgação e a comercialização dos produtos (conta atualmente com mais de 9.700 artesãos do RN); 4) Projovem Trabalhador – o objetivo é preparar o jovem para o mercado profissional e/ou para ocupações alternativas geradoras de renda, através de qualificação social e profissional; 5) Programa Estadual de Habitação – a Sethas-RN através da Cehab (Companhia Estadual de Habitação), executa políticas públicas de acesso aos programas sociais de subsídio à habitação, proporcionando moradia digna à população de menor renda (em 2012 foram entregues mais de 7 mil unidades habitacionais no RN, e a Cehab atua também no resgate da cidadania dos mutuários, estabelecendo parcerias para o desenvolvimento de projetos alternativos geradores de renda para os jovens e suas famílias).

Além disso, não podemos deixar de mencionar que o programa social mais relevante do governo federal, o Bolsa Família¹⁶, no Rio Grande do Norte possui um total de 633.932 famílias inscritas no Cadastro Único (2013), dentre as quais: 1) 349.680 famílias com renda *per capita* de até R\$70,00; 2) 470.661 famílias com renda *per capita* de até R\$ 140,00; 3) 582.514 famílias com renda *per capita* de até meio salário-mínimo.

16. O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência condicionada de renda que beneficia famílias pobres e extremamente pobres inscritas no Cadastro Único.

O Bolsa Família beneficiou, no mês de setembro de 2013, 359.858 famílias, representando uma cobertura de 109,3 % da estimativa de famílias pobres no estado. As famílias recebem benefícios com valor médio de R\$150,30 e o valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 54.085.486 no mês. Em relação às condicionalidades, o acompanhamento da frequência escolar, com base no bimestre de maio de 2013, atingiu o percentual de 88,83% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos, Para os jovens entre 16 e 17 anos, o percentual atingido foi de 81,67%, resultando em 53.307 jovens acompanhados de um total de 65.270.

Já o acompanhamento da saúde das famílias, na vigência de junho de 2013, atingiu 79,98%, percentual equivale a 247.997 famílias de um total de 310.077 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do estado.

ECONOMIA

PRODUTO INTERNO BRUTO – PIB

Em 2010, último dado disponível, o PIB do RN era de R\$ 32,3 bilhões, o equivalente a 0,86% do PIB brasileiro e a 6,37% do PIB do nordeste.

Tabela 25

Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – Produto Interno Bruto a preços correntes
1999 e 2010

	Brasil	Nordeste	Rio Grande do Norte
1999	1.064.999.712	132.577.118	8.117.167
2000	1.179.482.000	146.827.013	9.119.808
2001	1.302.135.029	163.464.865	10.343.396
2002	1.477.821.769	191.591.603	12.197.554
2003	1.699.947.694	217.037.426	13.515.095
2004	1.941.498.358	247.042.512	15.580.455
2005	2.147.239.292	280.545.055	17.869.516
2006	2.369.483.546	311.104.054	20.554.621
2007	2.661.344.525	347.797.041	22.925.563
2008	3.032.203.490	397.499.827	25.481.449
2009	3.239.404.053	437.719.730	27.904.989
2010	3.770.084.872	507.501.607	32.338.895

Nota: Os dados do último ano disponível estarão sujeitos à revisão quando da próxima divulgação.

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Entre 1995 e 2010 o volume do PIB do Rio Grande do Norte cresceu a uma taxa anual de 3,31%, ligeiramente abaixo da taxa registrada para o crescimento do nordeste no período (3,37% a.a.) e acima da taxa média brasileira (3,08% a.a.).

Tabela 26

Série encadeada do volume do Produto Interno Bruto, segundo grandes regiões e unidades da Federação (base: 1995 = 100)
1995-2010

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Brasil	100,0	102,2	105,6	105,6	105,9	110,5	111,9	114,9
Nordeste	100,0	102,1	106,4	106,0	107,0	111,4	112,2	115,5
Maranhão	100,0	104,3	107,3	102,0	104,9	109,5	111,4	114,6
Piauí	100,0	103,4	104,6	104,8	106,5	109,9	112,2	114,1
Ceará	100,0	103,4	105,7	104,9	105,6	110,4	108,8	112,8
Rio Grande do Norte	100,0	102,7	107,4	108,4	111,3	116,4	118,7	124,5
Paraíba	100,0	102,6	105,8	103,4	106,2	110,9	111,8	117,1
Pernambuco	100,0	100,3	103,4	103,0	103,7	108,2	110,0	114,5
Alagoas	100,0	100,2	105,5	107,8	106,4	108,4	110,4	110,6
Sergipe	100,0	103,4	110,7	110,7	110,1	114,0	114,9	119,5
Bahia	100,0	101,7	108,2	108,7	109,4	113,8	114,3	116,0
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Brasil	116,2	122,8	126,7	131,7	139,8	147,0	146,5	157,5
Nordeste	117,7	125,3	131,1	137,3	144,0	151,9	153,4	164,4
Maranhão	119,6	130,3	139,9	146,9	160,2	167,2	164,4	178,7
Piauí	120,3	127,8	133,6	141,7	144,6	157,3	167,1	174,1
Ceará	114,5	120,4	123,7	133,7	138,1	149,9	149,9	161,8
Rio Grande do Norte	126,3	130,7	135,9	142,5	146,2	152,8	155,1	163,0
Paraíba	123,3	126,8	131,8	140,6	143,7	151,7	154,2	170,0
Pernambuco	113,8	118,4	123,4	129,7	136,7	143,9	148,0	159,4
Alagoas	110,0	114,9	120,4	125,7	130,8	136,2	139,1	148,5
Sergipe	122,7	130,8	138,3	143,9	152,9	156,8	163,8	172,5
Bahia	118,5	130,0	136,3	139,9	147,3	154,9	154,0	164,2

Fonte: IBGE, Contas Regionais

Todavia, é importante distinguir dois períodos distintos na dinâmica do crescimento econômico do RN nesse período.

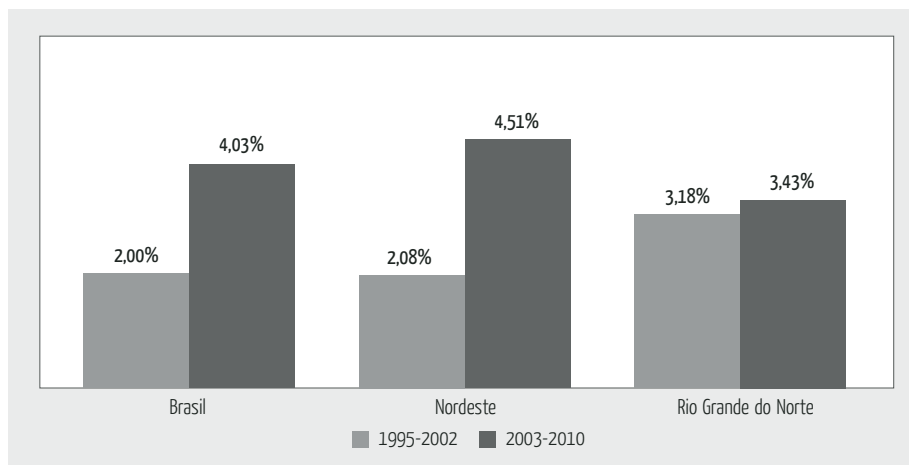
O primeiro vai de 1995 a 2002. Nesse intervalo de tempo o PIB cresceu a um ritmo de 3,18% ao ano, superior ao ritmo brasileiro (2,00%) e também do nordeste (2,08).

O segundo período vai de 2003 a 2010. Nessa nova fase ocorreu uma aceleração do crescimento brasileiro e também do nordeste. O Brasil passou a crescer a uma taxa anual média de 4,03% e o nordeste a uma taxa de 4,51%. O RN também passou por uma aceleração em sua taxa de crescimento, porém o seu ritmo (3,43%) passou a ser inferior ao ritmo do país e da região onde está inserido.

Portanto, ao longo dos últimos anos a economia do RN, apesar de ter presenciado uma aceleração em seu ritmo de crescimento, foi inferior àquela registrada pelo país e também pelo nordeste. O estado, que vinha crescendo mais rápido do que os outros, passou a ter uma dinâmica de crescimento econômico mais lento.

Gráfico 4

Brasil, Nordeste e Rio Grande do Norte – Taxa de crescimento do volume do PIB
1995-2010



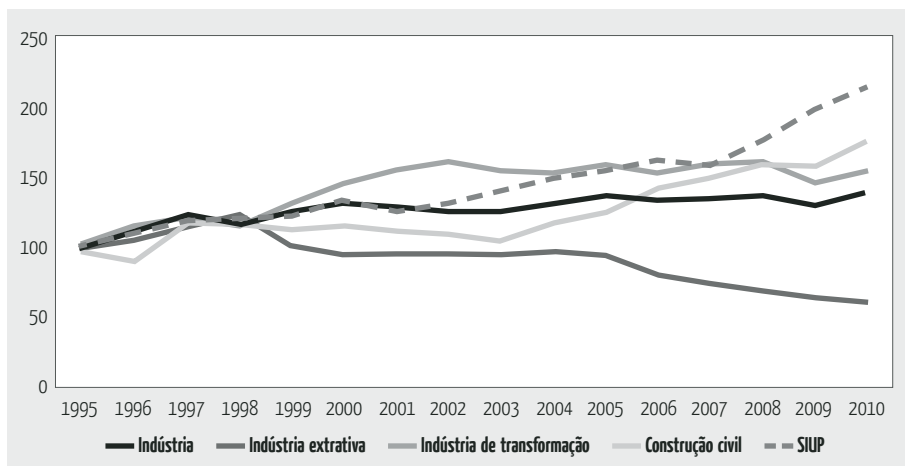
Fonte: IBGE, cálculos próprios com base nos dados das contas regionais do Brasil.

Um dos determinantes principais desse menor desempenho do RN frente ao Brasil e o Nordeste foi a queda de produção de petróleo e gás natural no estado, por causa do esgotamento das reservas locais. Essa queda se manifestou, por exemplo, no declínio do volume do valor adicionado da indústria extrativa do estado, cujo principal segmento é justamente a produção de petróleo e gás natural (Gráfico 5).

No período mais recente da economia potiguar ganha destaque, em termos de crescimento econômico, as atividades mais associadas à demanda e ao crédito, sobretudo o comércio, que saltou de uma participação no PIB

Gráfico 5

Rio Grande do Norte – Série encadeada do volume do valor adicionado bruto e preços básicos da indústria
1995 = 100
1995-2010



Fonte: IBGE

em 2002 ao redor de 10% para cerca de 16% em 2010. Outro segmento foi o setor de construção civil, que entre 2002 e 2010 cresceu a uma taxa anual de 5,99%.

Tabela 27

Rio Grande do Norte – Participação das atividades no valor adicionado bruto a preços básicos
2002-2010

	2002	2010
Total	100	100
Agropecuária	6,8	4,2
Indústria	25	21,5
Indústria extrativa	8,5	6
Indústria de transformação	7,3	7
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	2,6	1,4
Construção civil	6,6	7,1
Serviços	68,2	74,3
Comércio	9,7	16,1
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	4,3	3,8
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	26,5	28,4
Outros serviços	27,8	26,1

Fonte: IBGE, Contas Regionais

Portanto, as dificuldades enfrentadas pela indústria extrativa local, notadamente a de petróleo e a de gás, e o fraco desempenho da indústria de transformação (que entre 2002 e 2010 manteve-se praticamente estagnada), acabaram por fazer a economia potiguar crescer menos que a do Brasil e a do nordeste nos últimos anos.

FINANÇAS PÚBLICAS E ENDIVIDAMENTO

As receitas são classificadas em duas amplas categorias: receitas correntes e de capital¹⁷. A mesma coisa para as despesas: despesas correntes e de capital. As despesas correntes constituem o grupo de despesas operacionais realizadas pela administração pública destinadas a promover a manutenção e o funcionamento dos órgãos que a compõem. Nesta categoria, destaca-se o item “Pessoal”, que compreende os gastos com vencimentos, diárias, ajudas de custo, gratificações, honorários, entre outros¹⁸.

As despesas de capital são aquelas cujo propósito é criar novos bens para que sejam incorporados ao patrimônio público. Destaca-se o item “Investimentos”, que compreende as dotações para o planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento de capital de empresas que compõe a estrutura estadual (Tabela 28).

Tabela 28

Rio Grande do Norte – Balanço orçamentário da despesa do governo do estado
Junho 2013

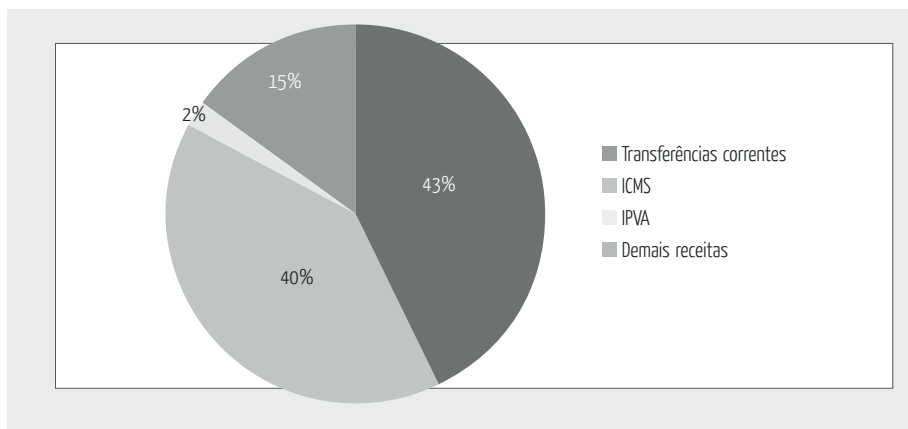
Despesas	Dotação atualizada	Despesas liquidadas		
		No bimestre	Jan a Jun 2013	%
Despesas correntes	8.446.143.571,59	1.349.872.741,72	3.559.824.049,22	42%
Pessoal e encargos sociais	5.069.600.385,53	959.160.171,52	2.524.915.056,67	50%
Juros e encargos da dívida	136.579.000,00	11.511.584,93	37.148.702,87	27%
Outras despesas correntes	3.239.964.185,62	379.200.985,27	997.760.289,68	31%

Fonte: SIAF/RN – Sistema Integrado para Administração Financeira

17. Nas receitas correntes é importante destacar as seguintes subcategorias: receita tributária, que corresponde à soma dos recursos decorrentes da arrecadação dos impostos, taxas e contribuições de melhorias; receita patrimonial, que corresponde ao resultado financeiro da movimentação do patrimônio, seja decorrente de bens mobiliários e imobiliários ou advinda da participação societária; e transferências, que são recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, independentemente da contraprestação. Vale salientar que os governos estaduais e municipais registram neste item as participações em tributos federais. Já as receitas de capital são aquelas provenientes da realização de recursos financeiros, via constituição de dívidas da conversão de bens e direitos em espécie, e dos recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificadas como nas despesas de capital. Estão também nesta categoria as “Operações de Crédito”, que englobam o volume de recursos decorrentes da colocação de títulos públicos ou de empréstimos obtidos junto a entidades estatais ou particulares internas ou externas.

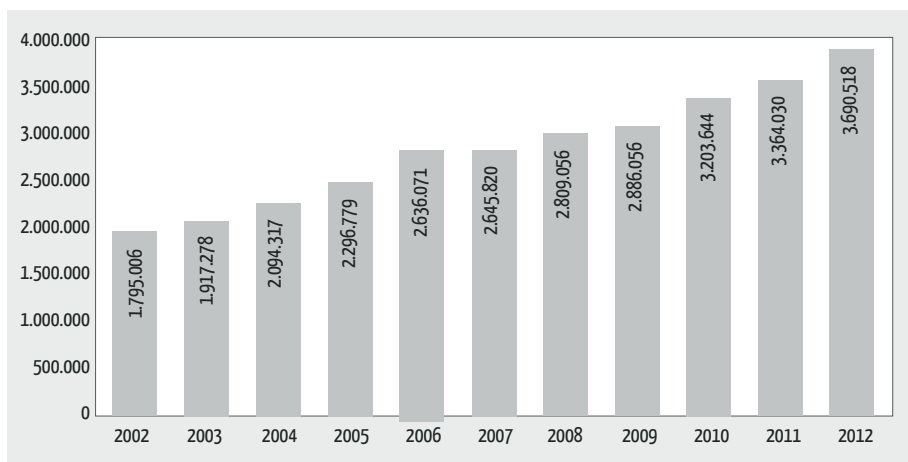
18. Para maiores informações sobre as atribuições de cada órgão ou entidade do executivo estadual, consultar www.rn.gov.br.

Na Tabela 28 podemos perceber que as despesas correntes correspondem a 42% e as despesas de capital a 19% das despesas totais do governo do Rio Grande do Norte. Assim, a metade das despesas correntes são com

Gráfico 6**Rio Grande do Norte – Composição da receita
2012**

Fonte: STN/Relatório resumido da execução orçamentária. Elaboração: Dieese.

*Em "Demais receitas" estão agregadas as outras receitas Tributáveis, renda de serviços, ITCD, receita industrial e receita agropecuária, entre outras.

Gráfico 7**Rio Grande do Norte – Arrecadação real de ICMS
2002-2012**

Fonte: Confaz

peçoal e encargos sociais, corroborando com o discurso do governo de que está no limite da lei de Responsabilidade Fiscal¹⁹.

No Gráfico 6, podemos notar que a maior parte da receita advém das transferências correntes (governo federal) e do ICMS. Com isso, a arrecadação aumentou significativamente nos últimos 10 anos, pois como a tabela a seguir mostrará, houve um crescimento real de 7,5%(Gráfico 7).

19. Para Soares e Ceretta (2011), neste sentido, a LRF inovou no controle e gestão do setor público, atribuindo maiores responsabilidades aos gestores, impondo algumas limitações com os gastos dos recursos públicos, em especial as despesas com peçoal. Inicialmente, em seu art. 18, a LRF define a Despesa Total com Peçoal – DTP, como sendo a soma de todas as espécies remuneratórias gastas com servidores ativos, inativos e pensionistas (BRASIL, 2000). Com base nisto, o art.19 apresenta os limites de gastos com peçoal para a União, 50% da Receita Corrente Líquida - RCL; para os Estados, 60% da Receita Corrente Líquida - RCL; e para Municípios, 60% da Receita Corrente Líquida - RCL.

INFRAESTRUTURA

PORTOS, AEROPORTOS, FERROVIAS E ESTRADAS

PORTOS

O Rio Grande do Norte é atendido por quatro estruturas portuárias, sendo dois portos públicos e dois terminais de uso privativo (TUP). Os portos públicos estão localizados em Natal e Areia Branca, sendo que este último é destinado exclusivamente ao embarque de sal.

Os Terminais de Usos Privativos (TUP) se localizam, por sua vez, em Natal e no município de Guamaré. Ambos da Petrobrás, destinam-se à movimentação de petróleo e derivados. Em 2012 essas quatro estruturas movimentaram 5,6 milhões de toneladas, com predominância de granéis líquidos (combustíveis e petróleo) e sólidos (sal e minério de ferro).

Tabela 29

Rio Grande do Norte – Movimentação portuária (em tonelada)
2012

Terminal/porto	Granel sólido	Granel líquido	Carga geral		Total
			Solta	Containerizada	
TUP Guamaré	-	2.848.890	-	-	2.848.890
Porto de Areia Branca	1.995.945	-	-	-	1.995.945
Porto de Natal	153.322	154	39.361	250.960	443.797
TUP Dunas	-	280.008	-	-	280.008
Total	2.149.267	3.129.052	39.361	250.960	5.568.640

Fonte: ANTAQ - Anuário Estatístico Aquaviário 2012

Cabe destacar que com a desativação do Parque de Tancagem da Petrobras, localizada no bairro de Santos Reis, em Natal, o TUP Dunas também terá sua movimentação paralisada, uma vez que toda a armazenagem de derivados de combustíveis para distribuição estará concentrada em Guamaré.

Apesar de muito importante para a economia local, cabe destacar que a estrutura portuária do Rio Grande do Norte ainda é inadequada para atender à demanda da economia local.

No cenário portuário nordestino, os portos locais têm muito pouca importância na movimentação de cargas. Conforme podemos ver no gráfico a seguir, em 2012 os portos e terminais privativos situados na região nordeste movimentaram cerca de 210 milhões de toneladas de carga. A estrutura portuária do RN respondeu por apenas 2,6% dessa movimentação. Somente no caso de grãos líquidos é que o estado tem uma importância maior, chegando a responder por 6% da movimentação do nordeste. Nesse caso, o fato do estado ser produtor de petróleo e de ter a refinaria Clara Camarão, localizada em seu território, explicam essa maior participação (Tabela 30).

Apesar dos investimentos realizados e em andamento no porto de Natal no âmbito do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que incluem a dragagem, a construção do terminal de passageiros e a ampliação do cais, ainda assim o referido porto não dá conta de atender à demanda da economia local, notadamente para os exportadores de frutas, minérios e os importadores de equipamentos para a instalação dos parques eólicos.

Essa insuficiência da estrutura portuária local pode ser comprovada com os indicadores de exportações e importações do estado, segundo a via de entrada ou saída do país. Podemos ver na tabela abaixo que a maior parte do comércio exterior do RN é feita por portos localizados em outros estados, notadamente via Pecém, no Ceará, e via Suape, em Pernambuco.

O fato do porto de Natal localizar-se dentro do espaço urbano da capital potiguar – com área restrita e dificuldades de mobilidade para veículos longos no espaço urbano do entorno do porto e para cruzar a cidade – é o principal entrave. Além disso, cabe destacar a ausência de linhas regulares de navios e a falta de ligação do porto com uma ferrovia.

Os setores produtores de frutas, a exploração do minério de ferro e as importações de equipamentos (pás, aerogeradores e outros) para a indústria eólica são os principais segmentos da economia local afetados por essa deficiência portuária. Aliás, o RN não conseguiu atrair a indústria de equipamentos eólicos (mesmo liderando nacionalmente a instalação de parques eólicos) justamente porque não possui estrutura portuária adequada para a movimentação das cargas, geralmente equipamentos de grandes dimensões, peso e volume.

Tabela 30

Nordeste – Movimentação portuária (em tonelada)
2012

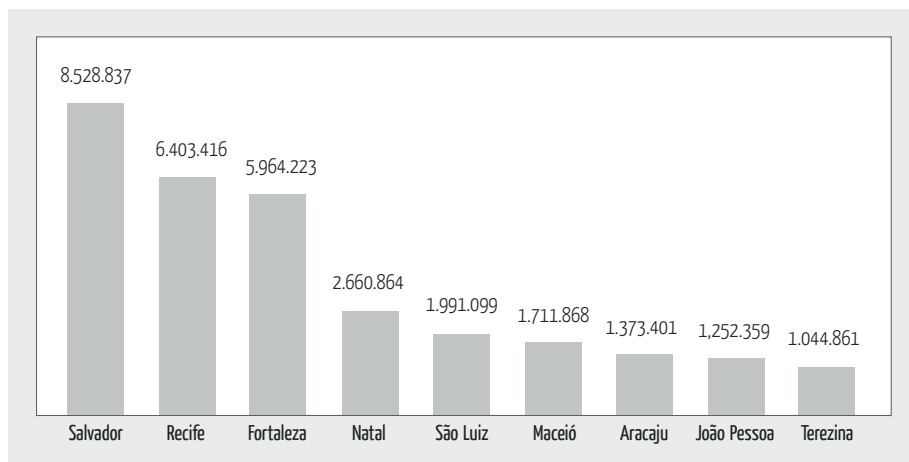
Terminal/porto	UF	Granel sólido	Granel líquido	Carga geral		Total
				Solta	Conteinerizada	
TUP Braskem Alagoas	AL	-	1.020.067	-	-	1.020.067
Porto de Maceió	AL	1.986.580	907.713	106.579	-	3.000.872
TUP Cotegipe	BA	3.205.036	-	-	-	3.205.036
TUP Dow Aratu	BA	-	679.427	-	-	679.427
TUP Fibria	BA	-	-	2.179.533	-	2.179.533
TUP Gerdau Salvador	BA	357.979	-	-	-	357.979
TUP Madre de Deus	BA	-	21.658.012	-	-	21.658.012
TUP Marítimo de Belmonte	BA	-	-	1.119.160	-	1.119.160
TUP Ponta De Laje	BA	-	-	156.331	-	156.331
Porto de Aratu	BA	1.698.295	4.114.467	1.250	-	5.814.012
Porto de Ilhéus	BA	392.931	-	67.010	-	459.941
Porto de Salvador	BA	316.763	66.954	227.767	2.812.603	3.424.087
TUP Pecém	CE	1.406.511	521.072	836.413	1.614.036	4.378.032
Porto de Fortaleza	CE	1.250.932	2.235.790	215.948	707.034	4.409.704
TUP Alumar	MA	11.996.074	778.158	-	-	12.774.232
TUP Ponta da Madeira	MA	105.033.621	-	-	-	105.033.621
Porto de Itaqui	MA	7.896.585	7.554.711	158.338	90.465	15.700.099
Porto de Cabedelo	PB	1.102.035	744.856	60.547	-	1.907.438
TUP Estaleiro Atlântico Sul	PE	-	-	1.990	-	1.990
Porto de Recife	PE	1.463.016	19.396	197.084	36.536	1.716.032
Porto de Suape	PE	623.644	5.647.906	180.485	4.545.650	10.997.685
TUP Dunas	RN	-	280.008	-	-	280.008
TUP Guamaré	RN	-	2.848.890	-	-	2.848.890
Porto de Areia Branca	RN	1.995.945	-	-	-	1.995.945
Porto de Natal	RN	153.322	154	39.361	250.960	443.797
TUP Carmópolis	SE	-	2.744.668	-	-	2.744.668
TUP T. M. Inácio Barbosa	SE	958.722	86	878.716	-	1.837.524
Total		141.837.991	51.822.335	6.426.512	10.057.284	210.144.122

Fonte: ANTAQ - Anuário Estatístico Aquaviário 2012

AEROPORTOS

Natal responde pela 4ª maior movimentação de passageiros entre os aeroportos da região nordeste (Salvador, Recife e Fortaleza têm movimentação superior). Em 2012 passaram pelo Aeroporto Internacional Augusto Severo um total de 2.660.864 passageiros em movimento de embarque e desembarque, e a tendência é esse número crescer (Gráfico 8).

Gráfico 8

Nordeste – Movimentação de passageiros nos aeroportos das capitais (embarques + desembarques)
2012

Fonte: Infraero

Em 2003 passaram pelo aeroporto de Natal aproximadamente 875 mil passageiros. Esse número saltou para 2,66 milhões em 2012, com uma taxa de crescimento anual de 13,15% (crescimento puxado principalmente pelo fluxo de passageiros domésticos, que entre 2003 e 2012 cresceu a uma taxa anual de 14,2%).

O movimento de passageiros internacionais apresenta dois momentos distintos. O primeiro ocorreu entre 2003 e 2006, com forte crescimento na entrada de passageiros internacionais no Rio Grande do Norte. Esse crescimento foi explicado, basicamente, pelo câmbio desvalorizado e pelo desempenho da economia europeia: ambas as forças levaram para as terras potigüares um grande fluxo de turistas. A valorização cambial e a crise da Europa precipitaram um forte recuo no fluxo de passageiros internacionais, tanto que em 2005 eles chegaram a representar quase 20% da movimentação de passageiros, mas em 2012 representavam menos de 5%.

No momento o modal aeroviário do RN passa por uma importante transformação. O Aeroporto Internacional Augusto Severo, sob a gestão da Infraero, será desativado no primeiro semestre de 2014. Em seu lugar passará a operar o novo aeroporto, localizado na cidade de São Gonçalo da Amarante (Região Metropolitana de Natal). O novo terminal aeroportuário do estado foi o primeiro aeroporto brasileiro a ser construído pela iniciativa privada, mediante um processo de concessão que durou 28 anos.

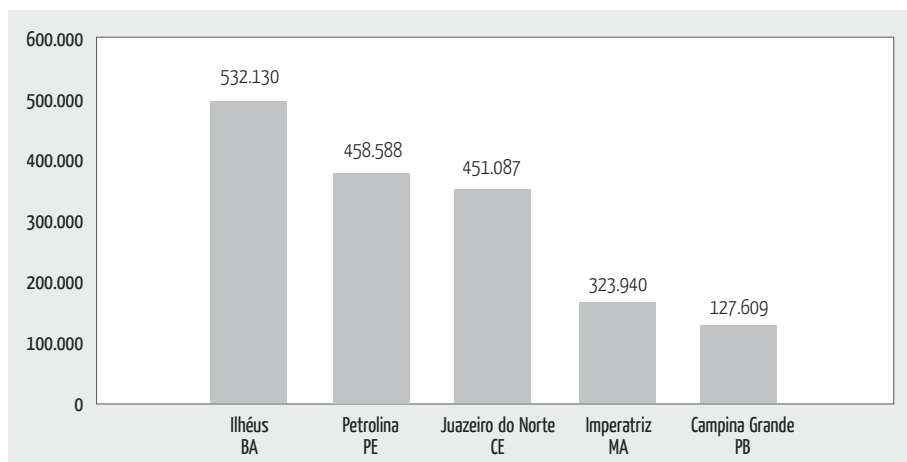
O Consórcio Inframérica, composto por Corporación América e Infra-vix, do Grupo Engevix do Brasil, ganhou a concessão do aeroporto, se comprometendo a realizar um investimento total da ordem de US\$ 410 milhões. Além do novo aeroporto de Natal, o grupo vencedor da licitação também possui a concessão da exploração do Aeroporto Internacional de Brasília.

Uma deficiência, porém, no modal aeroviário do Rio Grande do Norte é a ausência de outro aeroporto com operação regular de voos pelas companhias aéreas. Essa deficiência atinge principalmente a cidade de Mossoró, a segunda cidade mais importante do estado.

É interessante observar que outras localidades, com porte demográfico semelhante a Mossoró (como Ilhéus, Petrolina, Juazeiro do Norte, Imperatriz e Campina Grande) e situadas em outros estados nordestinos, possuem aeroportos com expressiva movimentação anual de passageiros, conforme podemos ver no gráfico a seguir.

Gráfico 9

Nordeste – Movimentação de passageiros nos aeroportos do interior (embarques + desembarques) 2012



Fonte: Infraero

FERROVIAS

Uma das grandes deficiências na logística de transportes no RN está na completa ausência da movimentação de cargas pelo ramal ferroviário. Mais dramático ainda é saber que o estado já foi cortado por ferrovias e já teve uma ampla parcela de sua produção escoada por esse modal.

Todavia, a Transnordestina Logística S.A. obteve a concessão da Malha Nordeste, pertencente à Rede Ferroviária Federal S.A., no leilão realizado em

18 de julho de 1997. A outorga desta concessão foi efetivada por Decreto Presidencial de 30 de dezembro de 1997, publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 1997, e a empresa iniciou a operação dos serviços públicos de transporte ferroviário de cargas em 1 de janeiro de 1998.

Com a privatização da rede ferroviária local as linhas férreas existentes no estado foram quase que completamente desativadas. A linha que cruzava a região oeste do estado, indo de Mossoró (RN) à Sousa/PB, foi completamente desativada e teve os trilhos e dormentes totalmente removidos. A outra linha, Macau-Natal-Nova Cruz (PB), também se encontra inativa.

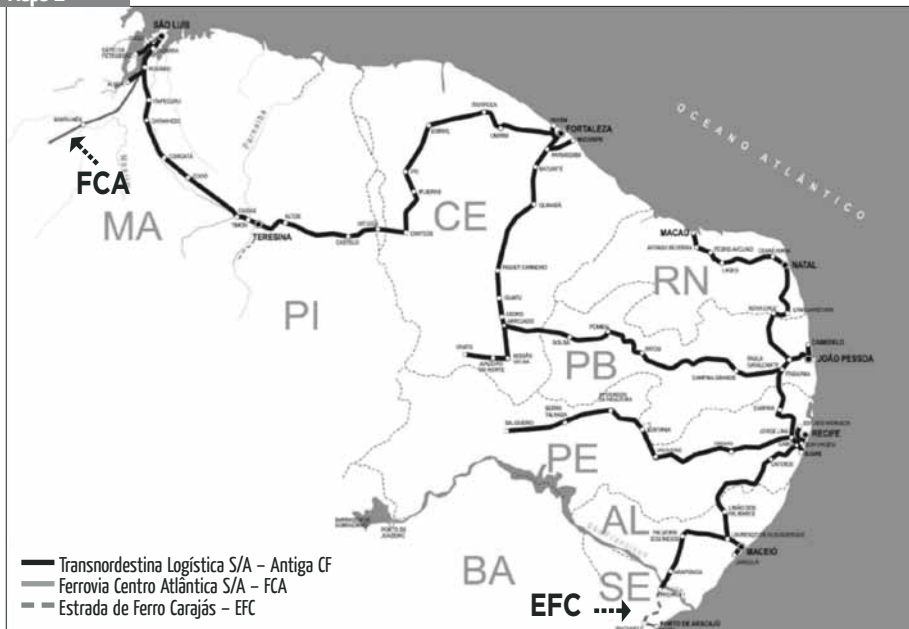
Hoje o estado conta apenas com pequenas linhas urbanas atendendo a alguns municípios da Região Metropolitana da Natal e apenas para movimentação de passageiros.

A ausência de uma malha ferroviária local provoca, inclusive, prejuízos no desenvolvimento de algumas atividades econômicas no estado, como é o caso da exploração do minério de ferro na região do Seridó potiguar.

ESTRADAS

Segundo dados do Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte (2011), o estado possui uma malha rodoviária total de 27,2 mil km, sendo apenas

Mapa 2



Fonte: ANTT

4,7 mil km pavimentados. A malha federal totaliza 1.191 km, sendo 11,5% (1.393 km) pavimentada. A malha estadual, de 4,3 mil km, conta com 3.055 km pavimentados (71,3%). A malha municipal, por sua vez, possui 21.963 km, sendo apenas 0,53% pavimentado.

As principais rodovias federais que cruzam o estado são: BR-101, BR 304, BR 226, BR 405, BR 406, BR 110 e BR 427.

Segundo a última pesquisa CNT (2013) sobre as condições das estradas brasileiras, a malha rodoviária federal do Rio Grande do Norte está entre regular a boa. Por outro lado, nas vias estaduais as condições gerais vão de ruim a péssimo.

Somente uma rodovia é duplicada, a BR 101. Porém há uma grande demanda local para a duplicação da BR 304, que liga Natal (RN) a Fortaleza (CE) passando pela cidade de Mossoró (RN). Essa estrada é, ao lado da BR 101, uma das mais importantes a cruzar o território potiguar. Outra demanda por duplicação é a BR 406, que cruza a região onde há usinas de geração eólica. Por essa rodovia também cruzam os caminhões tanques que fazem o escoamento da produção de combustíveis da Refinaria Potiguar Clara Camarão, localizada no município de Guamaré/RN.

Existe, ainda, um grande número de estradas não pavimentadas ao longo do litoral potiguar, cuja pavimentação dinamizaria as atividades turísticas no interior do estado. Outra região que precisa de maiores investimentos em suas rodovias é o polo de fruticultura das regiões de Mossoró, Açú e Baraúna.

Mapa 3



Fonte: CNT

ENERGIA ELÉTRICA E EÓLICA

O RN ainda é um importador líquido de energia elétrica. Apesar do forte crescimento na geração de eletricidade no estado, sua produção ainda é insuficiente para atender a demanda local. Entre 2008 e 2012 a geração de eletricidade no estado saltou de 317 GWh para 2.920 GWh, mas mesmo assim o estado ainda é um produtor marginal de eletricidade na matriz elétrica brasileira (em 2012 respondeu por apenas 3,8% da eletricidade gerada no país).

Segundo o Plano Decenal de Expansão de Energia 2022, “a carga do estado do Rio Grande do Norte prevista para o período 2013-2022 representa cerca de 7% do total da região Nordeste, com crescimento médio anual da carga pesada em torno de 4,1%”.

Todavia, temos que destacar os elevados investimentos para a geração de energia elétrica no RN. Segundo os dados do Banco de Informações de Geração, da Aneel, o estado possui um total de 28 empreendimentos de geração elétrica em operação, com capacidade instalada de 930,25 MWh (consulta realizada no site da Agência Reguladora em 11/11/2013).

Desse total, existem 13 empreendimentos termoeletrônicos com capacidade de 507,1 MWh e 15 empreendimentos eólicos cuja capacidade instalada é de 423,2 MWh.

Tabela 31

Rio Grande do Norte – Empreendimentos em operação

Tipo	Quantidade	Potência (kW)	%
EOL	15	423.156	45,49
UTE	13	507.095	54,51
Total	28	930.251	100,00

Fonte: Aneel

Na termoeletrica predomina a geração a partir do gás natural (328,6 MWh), com destaque para a usina Jesus Soares Pereira, de propriedade da Petrobrás e localizada no município de Alto do Rodrigues. Em segundo lugar, temos as usinas movidas a óleo diesel (120,3 MWh) e depois a geração a partir do bagaço de cana (57 MWh (Tabela 32)).

No caso das usinas eólicas, listamos a seguir as instaladas. Ganha destaque o município de Guamaré/RN, cuja capacidade de geração eólica já instalada chega a 284,45 MWh, seguido de Rio do Fogo/RN (77,3 MWh), João Câmara/RN (39,6 MWh), Areia Branca (20 MWh) e Macau (1,8 MWh) (Tabela 33).

Tabela 32

Rio Grande do Norte – Usinas termoelétricas em operação, por tipo de combustível e localização

Usina	Potência (kW)	Proprietário	Município	Combustível
Jesus Soares Pereira (antiga Vale do Açú)	322.967	100% para Petróleo Brasileiro S/A	Alto do Rodrigues/RN	Gás natural
Macaíba (antiga Termo Toalia)	5.680	100% para Coteminas S/A	Macaíba/RN	Gás natural
Baía Formosa	40.000	100% para CPFL Bio Formosa S/A	Baía Formosa/RN	Bagaço de cana-de-açúcar
Potiguar	53.120	100 % para Companhia Energética Potiguar S/A	Macaíba/RN	Óleo diesel
Estivas	17.000	100% para Biosev S/A	Arês/RN	Bagaço de cana-de-açúcar
Potiguar III	66.400	100% para Companhia Energética Potiguar S/A	Macaíba/RN	Óleo diesel
Praiamar	113	100% para Praiamar Empreendimentos Turísticos Ltda	Natal/RN	Óleo diesel
Contur	134	100% para Hotéis Contur Ltda.	Santa Maria/RN	Óleo diesel
Laminor	500	100% para Laminor S/A.	Parnamirim/RN	Óleo diesel

Fonte: Aneel

Tabela 33

Rio Grande do Norte – Usinas eólicas em operação

Usina	Potência (kW)	Proprietário	Município
RN 15/Rio do Fogo	49.300	100% p/Energias Renováveis do Brasil S/A	Rio do Fogo/RN
Alegria II	100.650	100% p/New Energy Options Geração de Energia S/A	Guamaré/RN
Alegria I	51.000	100% p/New Energy Options Geração de Energia S/A	Guamaré/RN
Macau	1.800	100% p/Petróleo Brasileiro S/A	Macau/RN
Aratuá I	14.400	100% p/Brasventos Aratuá 1 Geradora de Energia S/A	Guamaré/RN
Mangue Seco 3	26.000	100% p/Eólica Mangue Seco 3 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S/A	Guamaré/RN
Mangue Seco 2	26.000	100% p/Eólica Mangue Seco 2 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S/A	Guamaré/RN
Mangue Seco 1	26.000	100% p/Eólica Mangue Seco 1 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S/A	Guamaré/RN
Mangue Seco 526.000		100% p/Eólica Mangue Seco 4 – Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S/A	Guamaré/RN
Parque Eólico Cabeço Preto	19.800	100% p/Gestamp Eólica Baixa Verde S/A	João Câmara/RN
Miassaba II	14.400	100% p/MIASSABA GERADORA EÓLICA S/A	Guamaré/RN
Mel 02	20.000	100% p/Mel 2 Energia Renovável S/A	Areia Branca/RN
Parque Eólico Cabeço Preto IV	19.800	100% p/Gestamp Eólica Moxotó S/A	João Câmara/RN
Arizona 1	28.000	100% p/Arizona 1 Energia Renovável S/A	Rio do Fogo/RN

Fonte: Aneel

O RN possui, ainda, 44 outras usinas eólicas em construção, que vão adicionar 1.165,17 MWh à capacidade já instalada do estado.

Tabela 34**Rio Grande do Norte – Empreendimentos eólicos em construção**

Tipo	Quantidade	Potência (kW)	%
EOL	44	1.165.170	100
Total	44	1.165.170	100

Fonte: Aneel

Os municípios Parazinho e João Câmara lideram a capacidade de geração eólica das usinas em construção no Rio Grande do Norte.

Tabela 35**Rio Grande do Norte – Empreendimentos eólicos em construção (por município)**

Município	Potência (kW)
Parazinho/RN	374.000
João Câmara/RN	373.000
Pedra Grande/RN	132.400
Galinhas/RN	118.570
São Bento do Norte/RN	80.000
Areia Branca/RN	50.400
São Miguel do Gostoso/RN	36.800
Total	1.165.170

Fonte: Aneel

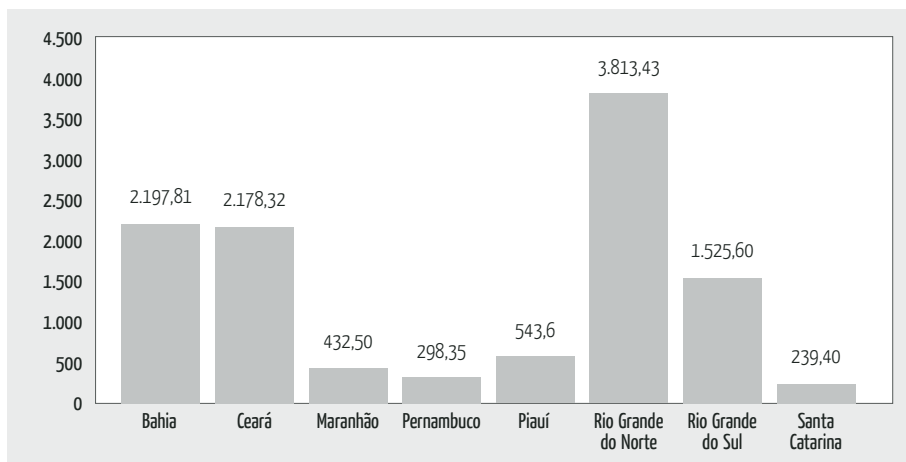
Além dessas usinas em construção estão programados 2,09 MWh de capacidade de geração eólica para o estado.

Tabela 36**Rio Grande do Norte – Resumo das situação atual dos empreendimentos eólicos**

Fonte de energia	Situação	Potência associada (kW)
68 empreendimento(s) de fonte eólica	Construção prevista	2.093.107
44 empreendimento(s) de fonte eólica	Em construção	1.165.170
15 empreendimento(s) de fonte eólica	Em operação	423.156
13 empreendimento(s) de fonte termelétrica	Em operação	507.095

Fonte: Elaboração própria

Ao fim desse ciclo de investimentos o Rio Grande do Norte vai se consolidar como o mais importante centro produtor de energia eólica do país.

Gráfico 10**Ranking dos estados brasileiros por capacidade eólica contratada (MW)**
Potência total por estado (operação + construção + contratado)

Fonte: Cerne/EPE/Aneel

A ampliação da capacidade instalada de geração eólica no Rio Grande do Norte exige a complementação de novos investimentos no reforço da rede de transmissão de energia elétrica que corta o estado, bem como em seu parque de subestações. Como o estado se tornará, muito em breve, superavitário na produção de eletricidade, o reforço nas linhas de transmissão e nas subestações será fundamental para o escoamento do excedente produzido.

Esses investimentos estão previstos pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) no Plano Decenal de Expansão de Energia (2022), conforme o texto a seguir retirado do referido plano:

Devido ao elevado montante de energia vencedor nos leilões LER e LFA de 2010 na região de João Câmara, cerca de 790 MW, faz-se necessário, no horizonte decenal, um novo ponto em 500kV na área metropolitana de Natal, além da subestação coletora SE 230kV João Câmara, prevista para 2013, para escoar a energia referente ao leilão LER de 2009. Para a integração desses empreendimentos, assim como de futuros empreendimentos eólicos nessa região, foi recomendada a antecipação do sistema em 500kV composto pela LT Campina Grande III – Ceará Mirim II – João Câmara II. Visando o adequado escoamento da potência gerada pelas usinas eólicas na região norte do estado vencedoras no leilão A-3 de 2011, faz-se necessário a construção de uma linha de transmissão em 500kV entre as subestações Milagres II e Açú

III. Caso se concretize o potencial de energia eólica previsto para 2018, será necessário reforçar a rede em 500kV, formando um anel entre as subestações Milagres/Quixada-Açu III-João Câmara III.

(Empresa da Pesquisa Energética (EPE), Plano Decenal de Expansão de Energia /2022.)

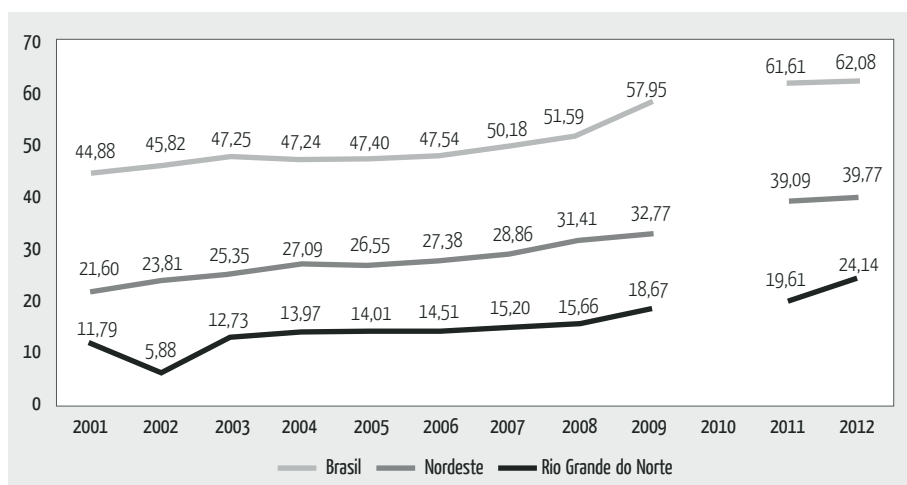
SANEAMENTO BÁSICO

Apesar dos avanços registrados nos últimos 10 anos, quando a taxa de domicílios urbanos atendidos por rede coletora praticamente dobrou no RN, saltando de 12,7% para 24,1%, o estado ainda é muito carente na oferta desse serviço básico.

O gráfico a seguir demonstra como o Rio Grande do Norte está distante da média nacional e também bem abaixo da média do nordeste. Tradicionalmente os indicadores econômicos e sociais do estado são melhores do que a média da região, todavia, para o caso específico do saneamento básico a situação local é pior.

Gráfico 11

Rio Grande do Norte – Domicílios urbanos com esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica ligada à rede coletora (%)
2001-2012



Fonte: IBGE, Pnad

Segundo o relatório do PAC 2, porém, estão programados para o estado um investimento em saneamento básico de aproximadamente R\$ 1 bilhão, incluído nesse volume de recursos a coleta e tratamento de esgoto, bem

como a melhoria dos serviços de coleta e destinação do lixo produzido nas cidades potiguares.

SEGURANÇA PÚBLICA, HOMICÍDIOS E VIOLÊNCIA EM GERAL

Segundo o Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2012), as polícias e as políticas de segurança pública são objetos crescentes de debates no Brasil e, pelo menos em alguns segmentos da sociedade, como o acadêmico, já parecem superar a falsa dicotomia entre defensores de políticas de segurança pública e polícia “reativas”, mais “tradicionais”, que visam o controle e a repressão do crime e da violência, e aqueles que defendem uma política de segurança pública e uma polícia “proativas”, mais “comunitárias”, que objetivam a prevenção e a redução do crime e da violência. Entretanto, apesar dos avanços produzidos nos últimos anos, ainda são poucas as polícias e as políticas de segurança pública efetivamente avaliadas no Brasil. A maioria dos estudos estão concentrados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro-Minas Gerais, não obstante já existirem estudos importantes em outras regiões, e focalizam ou a polícia ou a política de segurança pública isoladamente, não a relação entre ambas. Esse fenômeno decorre de uma série de fatores, muitas vezes contraditórios entre si, dos quais é importante mencionar: a) a carência ou a dificuldade de acesso aos dados e informações (na maioria dos estados do país); b) a ideia, ainda bastante disseminada, de que a polícia é quem faz e é responsável pela segurança pública e, portanto, a política de segurança pública nada mais é do que a política empregada pela polícia para a redução do crime, da violência e da insegurança; c) a ideia, também bastante disseminada, de que o crime, a violência e a insegurança são decorrentes principalmente de condições e fatores de natureza econômica, social e cultural, e que as polícias e as políticas de segurança pública têm uma influência pequena ou, na melhor das hipóteses, moderada, para reduzir o grau de criminalidade, violência e insegurança da população; d) um distanciamento, quando não desconfiança e conflito, entre profissionais e estudiosos da polícia e a segurança pública; e) uma certa confusão entre política criminal e política de segurança pública.

Uma vez que o desenho de políticas criminais é legalmente uma atribuição das instituições de justiça criminal no Brasil, as tensões derivadas desse processo tendem a reforçar o debate sobre os papéis e as missões da polícia, do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Sistema Carcerário, deixando de lado um debate sobre a efetividade de tal sistema em distribuir justiça e garantir segurança, essa sim o foco da política de segurança pública.

Nas tabelas a seguir há dados sobre crimes e mortes por agressão no Rio Grande do Norte e no Brasil.

Tabela 37

Rio Grande do Norte e Brasil – Mortes por agressão, por faixa etária (n^{os} absolutos/por 100.000 habitantes)
2009-2010

	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	Total
2009 – RN	123/42,2	186/59,7	142/48,2	106/42,9	63/29,69	594/19,3
2010 – RN	126/42,38	190/61,38	129/44,77	100/39,51	90/40,23	815/25,7
2010 – Brasil	7056/46,83	11216/65,04	9390/54,90	6950/44,14	4735/34,09	52260/27,4

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007-2012

Tabela 38

Rio Grande do Norte e Brasil – Mortes por agressão, segundo a cor (n^{os} absolutos/por 100.000 habitantes)
2009

	Rio Grande do Norte	Brasil
Branca	126/16,3	15053/16,3
Parda	577/31,1	29968/35,4
Preta	29/20,8	3961/30,22

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007-2012

Tabela 39

Rio Grande do Norte e Brasil – Crimes (n^{os} absolutos/por 100.000 habitantes)
2005-2010

	Homicídio doloso	Latrocínio	Lesão corporal seguida de morte	Estupro	Lesão corporal dolosa
2005 – RN	549/18,49	22/0,74	26/0,87	180/6,06	7507/252,78
2010 – RN	808/25,5	13/0,4	132/4,2	698/22,0	6421/202,7
2010 – Brasil	43684/22,9	1593/0,8	-	-	-

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007-2012

Tabela 40

Rio Grande do Norte e Brasil – Crimes (n^{os} absolutos/por 100.000 habitantes)
2005-2010

	Roubo de veículos	Roubo a instituição financeira	Tráfico de drogas	Porte ilegal de armas	Roubo a transporte coletivo
2005 – RN	727/24,48	2/0,06	383/12,9	708/23,84	327/11,01
2010 – RN	1847/252,6	9/0,3	591/18,7	590/18,6	444/14,01 ¹
2010 – Brasil	-	-	-	-	-

1. As informações sobre roubos a transportes coletivos foram divulgadas pelo Seturn (Sindicato das Empresas de Transportes Urbanos de Passageiros do Município de Natal) para o ano de 2012.

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007-2012

A partir dos dados das tabelas anteriores podemos perceber que as mortes por agressão no Rio Grande do Norte estão concentradas nas faixas etárias intermediárias (15 a 39 anos) e que houve um aumento significativo (2000-2005) na faixa etária entre 30 e 39 anos (taxa maior que a brasileira). As mortes por agressão seguem uma tendência brasileira, ou seja, estão concentradas nas pessoas pardas e pretas. Sobre os crimes, temos um aumento significativo nos homicídios dolosos, lesão corporal seguida de morte, estupro, roubo de veículos, tráfico de drogas e roubo a transporte coletivo.

Nas Tabelas 41, 42, 43, 44 e 45 podemos perceber que houve um crescimento no efetivo da polícia militar (+25%) e uma estagnação no efetivo da polícia civil, portanto é possível constatar a dificuldade da polícia civil em elucidar e investigar, o que também reflete no aumento do número de homicídios no estado. Sobre o sistema penal do Rio Grande do Norte, o *déficit* é semelhante aos outros estados da federação.

Durante longos anos, o Rio Grande do Norte manteve-se abaixo da linha considerada crítica (10 homicídios por 100 mil habitantes). Em 2001 ultrapassou esse patamar e, a partir desse ponto, ingressou numa crescente espiral de violência. Nessa evolução estadual, dá para identificar no mínimo duas etapas: a) primeiro período (1980/2004), em que as taxas do estado, que já eram mais baixas que as nacionais, crescem de forma mais lenta ao longo do período, ficando mais distantes ainda da média do país. Se o índice nacional cresceu 131,1%, o estadual cresceu só 31,4%, e isso impulsionado exclusivamente pelos municípios do interior, cujos índices no final do período pratica-

Tabela 41

Rio Grande do Norte – Efetivos das polícias militar, civil e corpo de bombeiros (n^{os} absolutos) 2005 e 2010

	Polícia Militar	Polícia civil	Corpo de bombeiros
2005	7.563	1.329	543
2010	9.674	1.356	634

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007-2012

Tabela 42

Rio Grande do Norte – Sistema penitenciário: número absoluto e percentual de presidiários 2005 e 2010

	Presídios	Delegacias (custódia)	Déficit de vagas em presídios
2005	2.243/59,2%	1.545/40,8%	-
2011	4.372/65,4%	2.312/34,6%	791

Fonte: Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007-2012

mente se equiparam aos da região metropolitana (RM) de Natal. O Rio Grande do Norte, no final do período, com 11,7 homicídios por 100 mil habitantes, tem a segunda menor taxa do país. b) segundo período (2004/2010), em que as taxas do estado crescem com um ritmo muito acelerado, encostando praticamente na média nacional no final do período.

Tabela 43

Rio Grande do Norte e Brasil – Taxa de homicídio por 100 mil habitantes/por área
1996-2010

Ano	Brasil	UF	Capital +RM	Interior
1996	24,8	9,3	13,9	6,4
1997	25,4	9,1	15	5,4
1998	25,9	8,5	13,5	5,3
1999	26,2	8,5	8,6	8,5
2000	26,7	9	10,1	8,3
2001	27,8	11,2	14,1	9,3
2002	28,5	10,6	12,4	9,3
2003	28,9	14,2	17,5	11,8
2004	27	11,7	13,1	10,7
2005	25,8	13,6	16,2	11,7
2006	26,3	14,8	17,8	12,6
2007	25,2	19,3	23,8	15,9
2008	26,4	23,2	30,2	18,2
2009	27	25,2	34,1	18,8
2010*	26,2	22,9	27,1	19,9

Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 44

Rio Grande do Norte – Taxas de homicídios por tamanho do município (em 100 mil habitantes)
2000-2010

Tamanho do município	Homicídios 2000			Homicídios 2010			% Taxas	Nº municípios
	Nº	Taxas	%	Nº	Taxas	%		
Até 5 mil hab.	13,0	7,8	5,2	21,0	11,8	2,9	51,4	51,0
5 a 10 mil	12,0	3,5	4,8	32,0	9,1	4,4	156,9	50,0
10 a 20 mil	36,0	8,1	14,3	73,0	15,1	10,0	84,8	39,0
20 a 50 mil	41,0	8,4	16,3	87,0	16,0	12,0	89,1	19,0
50 a 100 mil	27,0	9,3	10,8	79,0	23,2	10,9	150,1	5,0
200 a 500 mil	48,0	14,2	19,1	175,0	37,9	24,1	167,0	2,0
500 mil e mais	74,0	10,4	29,5	260,0	32,3	35,8	211,4	1,0
Total	251,0	9,0	100,0	727,0	22,9	100,0	153,9	167,0

Fonte: SIM/SVS/MS

Tabela 45

Rio Grande do Norte – Crescimento percentual total e ao ano, por período e área
1980-2010

Área	1980-2004		2004-2010	
	% total	% ao ano	% total	% ao ano
Brasil	131,1	3,6	-3,1	-0,5
UF	31,4	1,1	96,2	11,9
Capital+RM	-23,7	-1,1	106,1	12,8
Interior	110,5	3,1	86,4	10,9

Fonte: SIM/SVS/MS

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Para descrever os avanços em Ciência, Tecnologia e Inovação no RN nos últimos 10 anos, é necessário fazer um registro do crescimento e da evolução (entre os anos de 2000 e 2010) das Instituições Federais de Ensino (UFRN, Ufersa e IFRN), que juntamente com outras Instituições públicas e privadas atuantes no estado (UERN, Fapern, Inpe, Inpi, Sebrae, Senai, CTGAS-ER, IEL, Senac, Fiem, Fecomercio, BB, BNB, Petrobrás, Embraer, Cerne e outras) conseguiram viabilizar as políticas públicas nacionais a nível regional.

UFRN

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) é a maior e mais importante instituição de ensino, pesquisa, extensão e inovação do RN. Comparando os Relatórios de gestão 2001 (dados de 2000) com o da gestão 2010, percebe-se que houve um acréscimo do número de alunos, passando de 24.453 (2002) para 35.933 (2011), destacando-se o aumento do número de matrículas na graduação de 19.505 para 27.204, e de pós-graduação de 2.578 para 6.784. O número de cursos de graduação passou de 50 para 120 e de pós-graduação mestrado, de 30 para 47 e doutorado de 9 para 29. Neste mesmo período, o seu quadro docente passou de 1.489 para 2.052, sendo expressivo o crescimento do número de doutores, que passou de 383 para 1.305. Registra-se também que o quadro de técnicos administrativos passou de 3.179 para 3.413, com 1.148 atuando no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL).

Este quadro de servidores e estudantes foi responsável, especialmente após a Lei de Inovação (Lei Nº 10.973, 2 de dezembro de 2004), pelo aumento no número de grupos de pesquisa (102/207), de projetos de pesquisa (545/1.937), de projetos de extensão (623/1.197) e de outras inúmeras realizações, destacando-se: Instituto do Cérebro; Instituto Internacional de Física; Metrôpole Digital; Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs);

Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT– UFRN); Núcleo de Petróleo e Energias Renováveis; Secretaria de Educação a Distância (SEDIS); Instituto de Línguas, Literatura e Culturas Modernas (ÀGORA); Instituto de Medicina Tropical do RN (IMTRN); Produção de Fármacos (NUPLAM); Plano de Reestruturação e Expansão da UFRN (REUNI); Programa de Reestruturação dos Hospitais Universitários (REHUF).

IFRN

A evolução do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN) foi marcante para o desenvolvimento dos pequenos municípios e especialmente na atenção à juventude do interior do estado, expandindo de duas sedes em 2000, Natal (capital) e Mossoró (IFRN, 2001), para os municípios de: Apodi; Caicó; Currais Novos; Ipanguaçu; João Câmara; Macau; Natal (zona norte); Pau dos Ferros; e Santa Cruz, além das novas instalações em Nova Cruz Parnamirim e São Gonçalo do Amarante (IFRN, 2011). Seu quadro, com 314 docentes (5 doutores e 80 mestres) e 246 técnicos, passou para 814 docentes (734 em exercício; 287 envolvidos com extensão e 428 envolvidos com pesquisa) e 526 técnicos em exercício em 2010. Seu corpo discente, que dispunha de 1.800 novas vagas em 2000, passou a ofertar 13.185 vagas no ano de 2010, e o número de alunos matriculados no E.P. passou de menos de 6.000 para 20.244 em 2010.

UFERSA

Cabe destacar uma peculiaridade no caso da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA): a sua federalização em 2005. Vital para a sobrevivência da instituição e significativa para o avanço rumo à interiorização, passando a atuar nos municípios de Angicos e Caraúbas (no semiárido do RN), sendo perceptível a sua evolução ao comparar o relatório de gestão 2006 (UFERSA, 2007) com o relatório de gestão 2010 (UFERSA, 2011).

A UFERSA, que tinha 738 alunos matriculados em 2002, passou a ter 1.251 em 2006, chegando a 4.027 em 2010. Seu quadro docente, que contava com 105 professores em 2006 (77 doutores e 15 mestres) teve seu IDTM de 357,5 e o IDTD de 1173,33 em 2010. Passou de 79 alunos matriculados na pós-graduação (2006) para 318 em 2010, sendo 248 mestrandos e 69 doutorandos.

EXPANSÃO E CONSOLIDAÇÃO DA CT&I NO RN

A atuação do MEC na expansão das Instituições de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação no RN foi fundamental para viabilizar a nível regional a política traçada pelo MCTI.

Um conjunto de ações impulsiona e integra as políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil. A consolidação desse sistema preconiza sua estruturação junto ao setor empresarial, estados e municípios, tendo em vista as áreas estratégicas para o desenvolvimento do país e a revitalização e consolidação da cooperação internacional (BRASIL, 2013).

Metas importantes neste novo contexto de CT&I, como o aumento do número de bolsas para formação e capacitação de recursos humanos qualificados e o aperfeiçoamento do sistema de fomento para a consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica nas diversas áreas do conhecimento, foram alcançadas no RN.

Todas as 4 Linhas de Ações elencadas na página do MCTI (BRASIL, 2013) foram trabalhadas: I) expansão e consolidação do Sistema Nacional de CT&I; II) promoção da inovação tecnológica nas empresas; III) pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas; e IV) ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento social. Entre as prioridades e programas no estado podemos relacionar: **1. Consolidação Institucional do Sistema Nacional de CT&I** – implementação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CONECIT) e de projetos estruturantes utilizando programas como o Programa de Apoio à Pesquisa em Empresas (Pappe) e o Pappe Subvenção, com a gestão compartilhada da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPERN); **2. Ampliação e Consolidação da Cooperação Internacional** – expansão das parcerias estratégicas com países desenvolvidos e em desenvolvimento, ampliando a cooperação em CT&I com: Alemanha, Angola, Canadá, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Hungria, Polônia e Portugal, e da ampliação do número de bolsas de formação, pesquisa e extensão concedidas pelo CNPq: FORTE INOVA, Ciência sem Fronteiras (graduação, doutorado e pós-doutorado), PROEXT, PROCiência, Novos Talentos, PRONATEC e MetrÓpole Digital; **3. Formação, Qualificação e Fixação de Recursos Humanos para CT&I** – fixação de recursos humanos, em especial de pesquisadores e de quadros técnicos de suporte à pesquisa e à inovação: bolsas de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI), Especialista Visitante (EV), Fixação e Capacitação de Recursos Humanos (SET); Apoio Técnico em Extensão no País (ATP); Extensão no País (EXP); Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI); **4. Infraestrutura e Fomento da Pesquisa Científica e Tecnológica** – consolidação da infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica por meio do fomento, destacando-se o CT INFRA e o CT PETRO; **5. Programa Nova RNP – Internet Avançada para Educação e Pesquisa** – pela integração em alta velocidade das organizações federais e estaduais de educação e pesquisa, incluindo o acesso às suas unidades descentralizadas pela Rede Norte-riogran-

dense de Informática (RNI); **6. Apoio Financeiro às Atividades de PD&I e à Inserção de Pesquisadores nas Empresas** – pelo apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em empresas com vistas a aumentar a sua competitividade, bem como o emprego e a renda gerada: FINEP Inova Brasil, Juro Zero, Subvenção à Inovação, e PAPPE-Subvenção; **7. Pró-Inova** – sensibilização, mobilização, disseminação de informações através de Seminários, nos Municípios de Natal, Mossoró, Caicó e Angicos para divulgação dos marcos legais e instrumentos de apoio à inovação para empresas e seus dirigentes; **8. Capacitação de Recursos Humanos para a Inovação** – capacitação Empresarial para Pequenas Empresas (CAPACITE) e RHA-E-Pesquisador na Empresa para empresários, gerentes, pesquisadores e técnicos em atividades de PD&I das empresas; **9. Tecnologia para a Inovação nas Empresas** – estruturação do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) no RN, formado por um conjunto de entidades na forma de redes atuantes na promoção da inovação e na realização de serviços e extensão tecnológicos para empresas; **10. Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC)** – pela estruturação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) dentro de cada IFE para gerar e transformar conhecimentos científicos e tecnológicos em produtos, processos e protótipos com viabilidade comercial (inovação radical ou incremental); **11. Programa de Apoio às Incubadoras e aos Parques Tecnológicos** – reestruturação e criação de incubadoras e parques tecnológicos apoiando a geração e consolidação de um crescente número de micro e pequenas empresas inovadoras; **12. Nanotecnologia** – projeto para o desenvolvimento de novos produtos e processos (carbetos nanoestruurados) e a transferência de tecnologia entre a academia e as empresas; **13. Fármacos e Medicamentos** – incentivos às atividades de pesquisa, desenvolvimento e transferência de tecnologia visando à inovação no Núcleo de Pesquisa em Alimentos e Medicamentos (NU-PLAM/UFRN); **14. Programa de Desenvolvimento Tecnológico para o Biodiesel** – apoio à pesquisa e ao desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação aplicados ao uso e à produção de biodiesel, por meio da Rede Brasileira de Tecnologia de Biodiesel (RBTB); **15. Programa de CT&I para o Etanol** – pesquisa, desenvolvimento e inovação aplicados ao setor sucroalcooleiro visando tornar mais eficientes a produção e o uso de coprodutos da cana-de-açúcar, em especial bioetanol de segunda e terceira geração; **16. Aumento da Qualidade de Energia e da Eficiência Energética** – projetos em conjunto com o CHESF/UFRN, como: concepção de um programa de desenvolvimento sustentável para o município de Guadalupe/PI – Áreas de influência da Usina de Boa Esperança; e localização de defeitos em LT com uso de arquivos comtrade (Common format for Transient Data Exchange for power systems) dos dois

terminais de linha; **17. Programa de C T&I para Energias Renováveis** – desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação e a capacitação de recursos humanos em energias renováveis através de cursos *lato sensu* em energia eólica (UFRN – CTGAS ER) ofertado às empresas e instituições envolvidas com a temática; **18. Infraestrutura nas Áreas de Petróleo, Gás Natural, Energia e Meio Ambiente** – apoio às ações integradas e cooperadas para o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação nas áreas de petróleo, gás natural, energia e meio ambiente, por intermédio da implementação de infraestrutura de PD&I para o CTGAS ER e UFRN (Núcleo de Processamento primário de Reuso de Água produzida e Resíduo (NUPRAR) e o Núcleo de pesquisa em petróleo e Gás (NUPEG); **19. Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico para Exploração de Petróleo e Gás Natural** – desenvolver tecnologias voltadas para a área de exploração de petróleo e gás natural com ênfase no desenvolvimento de novos modelos computacionais de simulação de bacias geológicas, recuperação de poços degradados e na incorporação de fronteiras exploratórias; **20. Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (OBMEP)** – objetiva estimular e promover o estudo da matemática entre os alunos das escolas públicas e atingiu todos os municípios do RN, sendo 310 alunos premiados em 2010; **21. Tecnologias para o Desenvolvimento Social** – foram desenvolvidas diversas ações para a produção, a difusão, a apropriação e a aplicação do conhecimento científico, tecnológico e de inovação como instrumento de desenvolvimento social e econômico, especialmente na região do Mato Grande que envolve os assentamentos rurais; **22. Inclusão Digital** – consolidação do Instituto Metrôpole Digital (www.imd.ufrn.br), proporcionando à população menos favorecida o acesso às facilidades da tecnologia da informação, capacitando jovens para o mercado de trabalho; **23. Arranjos Produtivos Locais (APL)** – consolidação do NEAPL do RN, promovendo a integração dos diversos atores que atuam no desenvolvimento regional por meio de inovações que aumentem a competitividade e gerem renda aos APL; **24. Segurança Alimentar e Nutricional** – desenvolvimento de projetos de pesquisa, estudos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento da Segurança Alimentar e Nutricional, com a constituição do CONSEA/Natal e a construção da Unidade de Beneficiamento de Pescado (UBP) no município de Caraúbas/RN e do Centro Integrado da Pesca Artesanal e da Aquicultura (CIPAR) no município de Areia Branca, além da promoção de eventos e apoio à infraestrutura; **25. Outros Programas e Projetos em CT&I desenvolvidos no RN** – pesquisa, desenvolvimento e inovação em alimentos, pesquisa, desenvolvimento e inovação em Sistemas de Produção Agropecuária, recuperação das organizações estaduais de pesquisa agropecuária, CT&I Aplicada à

biodiversidade e aos recursos naturais, CT&I para a exploração dos recursos do mar; pesquisa, desenvolvimento e inovação em Aquicultura e Pesca; C,T&I para Recursos Hídricos, desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Recursos Minerais – ProMineral, C,T&I para o Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, meteorologia e Mudanças Climáticas, Programa Espacial – Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), capacitação em CT&I para o Desenvolvimento Social, pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial para Inserção Social, eventos de Divulgação e de Educação Científica, Tecnológica e de Inovação, implementação e Modernização de Centros Vocacionais Tecnológicos, apoio à Pesquisa, à Inovação e à Extensão Tecnológica para o Desenvolvimento Social.

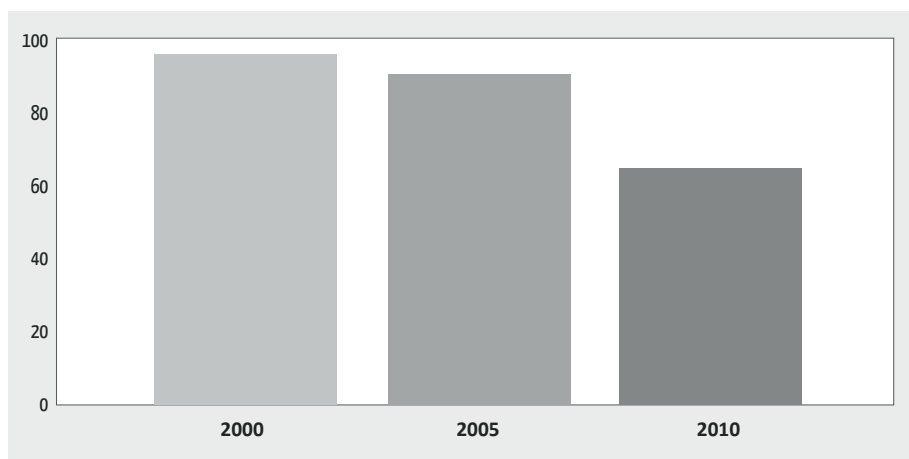
ESTRUTURA PRODUTIVA

TENDÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL

Já demonstramos em tópicos anteriores que a indústria extrativa do RN passou por um declínio ao longo da década passada.

Gráfico 12

Rio Grande do Norte – Série encadeada do volume do do valor adicionado bruto da indústria extrativa (=100)
1995-2010



Podemos ver, pelos dados a seguir, a queda no volume da produção de petróleo e gás no Rio Grande do Norte. Segundo o Anuário Estatístico Brasileiro de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2012), da ANP, a produção de petróleo em terra em 2002 era de 25,04 milhões de barris e declinou para 18,6 milhões em 2011. Em mar, a retração foi de 3,8 milhões de barris para 2,81 milhões. Portanto, entre 2002 e 2011 declinou de 28,8 milhões de barris produzidos ao ano para uma produção anual de 21,4 milhões, ou seja, uma queda de 25,8%.

Tabela 46

Rio Grande do Norte – Produção de petróleo, por localização (terra e mar)
2000-2012

	Produção de petróleo (mil barris)										11/10 %
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Terra	25.038	24.658	24.774	23.031	20.435	19.676	19.208	18.295	17.868	18.595	4,07
Mar	3.810	3.917	4.319	4.153	3.731	3.141	3.124	3.012	2.914	2.808	-3,63

No caso do gás natural, de acordo com a mesma fonte, a queda foi ainda mais acentuada, de 1,36 bilhão de metros cúbicos por ano em 2002 para 634,5 milhões em 2011, uma queda de 55,36%.

Tabela 47

Rio Grande do Norte – Produção de gás natural, por localização (terra e mar)
2000-2012

	Produção de gás natural (milhões m³)										11/10 %
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Terra	356,8	301,6	333,5	296,0	266,1	313,9	317,8	273,0	269,5	272,1	0,99
Mar	1.003,5	967,3	1.032,1	1.020,5	914,5	765,0	609,8	488,1	419,4	362,4	-13,59

O amadurecimento dos campos de petróleo e gás existentes na bacia potiguar, em função de décadas de extração, e a ausência de novas descobertas significativas desses combustíveis fósseis vem levando a uma produtividade declinante dos campos locais.

A despeito dos novos investimentos em injeção de água e vapor em alguns campos terrestres, sem novas descobertas significativas (que são pouco prováveis), a expectativa é que o pico da produção local de petróleo e gás já tenha passado. Possivelmente o estado nunca mais vai produzir petróleo e gás no mesmo volume da década passada. Os investimentos em injeções de água e vapor têm sido suficientes apenas para conter, nos últimos dois ou três anos, a

continuidade da queda de produção. A recuperação, porém, tem sido bastante lenta e com tendência a reversão nos próximos anos.

A indústria extrativa, conforme podemos ver na tabela a seguir, tem um grande peso na indústria local. Dentro da indústria extrativa o segmento mais relevante é justamente o de extração de petróleo e gás natural. Outro segmento relevante nesse setor é o de atividades de apoio à extração mineral, que também são, em grande parte, atividades de apoio ao petróleo e gás. Juntos, esses dois ramos da indústria local respondem por 77% da indústria extrativa e por 33% da indústria total.

O peso da indústria de petróleo e gás no estado se complementa quando adicionamos o segmento de fabricação de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis. Juntos, esses três segmentos (extração de petróleo e gás, atividades auxiliares da indústria extrativa e atividades de refino) têm valor de produção (em 2011) de R\$ 4,3 bilhões e Valor de Transformação Industrial (VTI) de R\$ 3,3 bilhões (respectivamente 42,5% e 52,6% do valor da produção industrial do estado e do VTI estadual), como mostra a Tabela 47.

COMÉRCIO E AGRICULTURA

O comércio do Rio Grande do Norte mostrou-se, nos últimos 10 anos, como um dos setores mais dinâmicos da economia local. Entre 2002 e 2010 ele cresceu, segundo dados das contas regionais, a uma taxa anual de 6,91% e passou a representar aproximadamente 16% do PIB estadual. Em 2002, representava 9,7%.

O aumento da renda das famílias potiguares, devido à criação de novos empregos (sobretudo formais), ao aumento do salário-mínimo, às políticas de transferência de renda para as populações mais pobres (com destaque para o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada), à redução da pobreza e a melhoria das condições de crédito (com aumento significativo do volume, a redução dos juros e o alongamento dos prazos), foram os determinantes dessa trajetória de crescimento acentuado do comércio local (Gráfico 13).

Quando analisamos o crescimento do comércio do RN pela Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do IBGE, vemos que essa trajetória de crescimento acelerado segue como um dos importantes motores do crescimento da economia local. Em 2013, até agosto, o comércio do estado crescia a uma taxa anual de praticamente 10% (Gráfico 14).

No que diz respeito à agricultura, em 2012 o valor da produção agrícola do RN foi de aproximadamente R\$ 1 bilhão, sendo que quase 80% desse valor era proveniente das lavouras temporárias (Gráfico 15).

Tabela 47

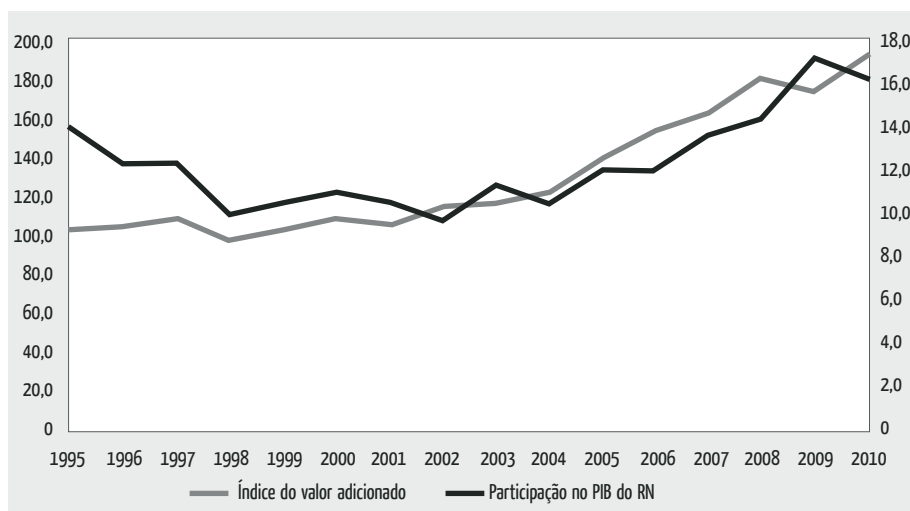
Rio Grande do Norte – Unidades locais industriais de empresas com 5 ou mais pessoas ocupadas
2011

Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE2.0)	Número de unidades locais	Pessoal ocupado em 31/12/01 (pessoas)	Valor bruto da produção industrial (R\$ 1.000)	Valor da transformação Industrial (R\$ 1.000)
Total	1.876	76.847	10.018.817	6.215.609
B Indústrias extrativas	152	11.777	3.391.847	2.666.144
06 Extração de petróleo e gás natural	6	2.722	2.086.584	1.724.448
08 Extração de minerais não-metálicos	118	5.466	856.125	575.626
09 Atividades de apoio à extração de minerais	24	3.126	424.261	354.480
07 Extração de minerais metálicos	5	463	24.877	11.590
05 Extração de carvão mineral	-	-	-	-
C Indústrias de transformação	1.723	65.070	6.626.970	3.549.464
19 Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	5	3.819	1.746.605	1.190.258
10 Fabricação de produtos alimentícios	498	14.600	1.780.602	691.037
14 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	256	19.060	707.359	528.180
13 Fabricação de produtos têxteis	75	6.089	764.969	332.816
23 Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	297	7.705	415.807	204.867
11 Fabricação de bebidas	30	2.548	347.106	135.953
20 Fabricação de produtos químicos	46	1.390	181.004	102.239
28 Fabricação de máquinas e equipamentos	21	708	77.060	53.268
32 Fabricação de produtos diversos	27	996	76.156	52.928
33 Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	56	801	57.335	48.367
31 Fabricação de móveis	88	1.686	110.260	44.917
25 Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	73	1.500	62.439	42.732
22 Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	48	1.464	179.194	39.031
18 Impressão e reprodução de gravações	74	906	43.788	29.733
29 Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	21	347	23.870	21.707
17 Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	16	351	21.113	13.382
16 Fabricação de produtos de madeira	54	459	11.743	6.360
26 Fabr. de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	5	66	6.215	5.745
24 Metalurgia	5	115	3.430	2.425
15 Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	18	240	5.244	1.888
27 Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	7	120	3.144	872
30 Fabr. outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2	X	X	X
12 Fabricação de produtos do fumo	2	X	-	-
21 Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	-	-	-	-

FONTE: IBGE, Pesquisa Industrial Anual – Empresa

Gráfico 13

Rio Grande do Norte – Índice do volume do valor adicionado e participação no PIB (setor de comércio) 1995-2010

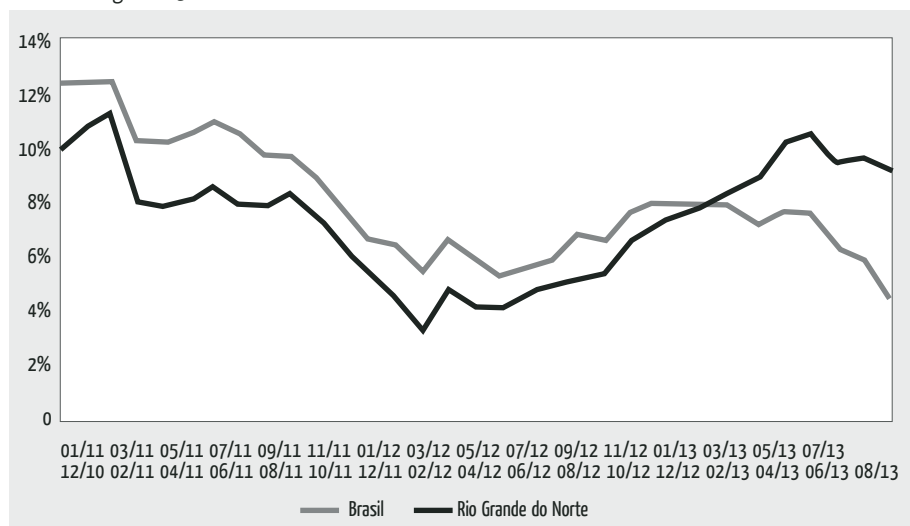


IBGE, Contas Regionais

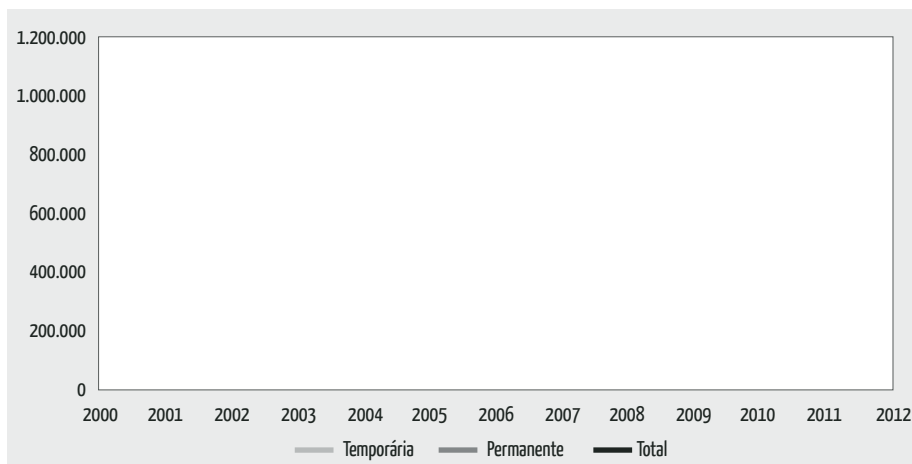
Gráfico 14

Brasil e Rio Grande do Norte – Comércio varejista ampliado (taxa de crescimento acumulado em 12 meses)

Jan/2011-ago/2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Mensal do Comércio

Gráfico 15**Rio Grande do Norte – Valor da produção agrícola (em R\$ 1.000, valores correntes)
2000-2012**

Fonte, IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal

Os principais produtos da agricultura potiguar, em termos de valor da produção, são: cana-de-açúcar, melão e abacaxi. Na verdade, uma parte expressiva do valor da produção agrícola do RN é oriunda de atividades agrícolas empresariais, com técnicas de produção avançadas e voltadas ao mercado exportador ou ao mercado consumidor nacional.

Esse é o caso, por exemplo, da produção irrigada desenvolvida no Baixo Açu e no polo Mossoró/Baraúna, com intensa produção voltada para a exportação, sobretudo de melão, banana, manga, melancia e mamão. Para o mercado nacional, destaca-se a produção de cebola em Baraúna. Outros produtos de destaque dessa agricultura moderna é a cana-de-açúcar no litoral leste do estado, com a produção voltada principalmente para as usinas de açúcar e álcool.

A agricultura tradicional, com a produção de feijão, milho e mandioca, é praticada por um grande número de pequenos agricultores, e segue com a incorporação de poucos avanços tecnológicos e sujeita às variações climáticas constantes, como as seguidas secas.

Podemos dizer, portanto, que existe no estado uma dualidade na agricultura: de um lado, um grande número de pequenos e empobrecidos agricultores, que trabalham na agricultura de sequeiro, produzindo itens voltados principalmente para o autoconsumo e para o mercado. Para o autoconsumo destacam-se a produção de feijão e milho, para o mercado o destaque são a mandioca e a castanha-de-caju. Esse grupo está espalhado em praticamente todos os municípios do estado e tem uma agricultura completamente depen-

dente do regime de chuvas. Nos últimos anos (2012 e 2013) houve grandes perdas agrícolas por conta da forte seca que assolou a região. A perda atingiu não só as culturas alimentares (feijão e milho), como também a parcela comercial (castanha e mandioca). No caso da mandioca, levará anos para reuperar os prejuízos, pois houve destruição significativa das plantações.

Por outro lado há um pequeno número de agricultores utilizando tecnologias modernas, no geral a irrigação, para produzir produtos destinados ao mercado internacional. Nesse sentido, o RN se destaca como um dos grandes exportadores nacionais de frutas, tendo uma vocação natural para essa atividade.

No meio desses dois grupos há alguns avanços, sobretudo de assentados de reforma agrária em alguns locais e produtores de distritos públicos irrigados, que praticam alguma agricultura relativamente moderna, também voltada para o mercado. O destaque, nesse caso, é a produção por exemplo do abacaxi em algumas regiões do estado (Tabela 48, na página seguinte).

FORÇA DE TRABALHO

Em 2012, segundo dados da PNAD, a população de 10 anos ou mais de idade e economicamente ativa no RN era de 1,56 milhão de pessoas, o equivalente a 55,6% da população total dessa faixa etária. Entre 2001 e 2012 a população nessa faixa etária cresceu a uma taxa de 1,78% a.a.; já a população economicamente ativa com a mesma idade cresceu a uma taxa anual de 1,97%.

Tabela 49

Rio Grande do Norte – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, por condição de atividade na semana de referência 2001-2012

	Condição de atividade		
	Total	Economicamente ativa	Não economicamente ativa
2001	2.305	1.255	1.049
2002	2.339	1.209	1.130
2003	2.390	1.321	1.068
2004	2.440	1.348	1.092
2005	2.473	1.423	1.049
2006	2.549	1.472	1.077
2007	2.557	1.548	1.010
2008	2.638	1.585	1.053
2009	2.690	1.635	1.056
2011	2.793	1.538	1.255
2012	2.798	1.556	1.242

Nota: Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Tabela 48

Rio Grande do Norte – Valor da produção das lavouras permanentes e temporárias (em R\$ 1.000)

2002-2012

Lavoura	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Cana-de-açúcar	75.704,00	82.071,00	89.233,00	131.514,00	180.242,00	120.541,00	145.123,00	199.583,00	192.804,00	238.096,00	286.591,00
Melão	119.191,00	128.362,00	142.454,00	101.918,00	138.366,00	120.255,00	53.513,00	123.781,00	150.679,00	159.778,00	221.232,00
Abacaxi	28.446,00	36.450,00	43.200,00	43.358,00	59.759,00	53.856,00	54.745,00	79.795,00	57.806,00	115.569,00	114.763,00
Mandioca	28.277,00	85.091,00	83.085,00	75.430,00	52.803,00	94.661,00	99.608,00	89.858,00	58.873,00	49.322,00	84.818,00
Banana (cacho)	37.914,00	40.574,00	49.919,00	49.445,00	48.431,00	86.133,00	50.368,00	58.115,00	67.969,00	64.343,00	74.805,00
Melancia	9.944,00	29.746,00	29.714,00	18.782,00	27.205,00	28.412,00	21.769,00	27.020,00	28.528,00	36.399,00	66.809,00
Mamão	6.879,00	8.543,00	10.560,00	11.702,00	14.103,00	38.080,00	48.785,00	48.543,00	36.486,00	37.554,00	56.362,00
Castanha de caju	20.667,00	27.559,00	45.369,00	49.887,00	52.430,00	38.209,00	41.149,00	47.869,00	26.546,00	63.885,00	27.003,00
Manga	9.585,00	22.413,00	22.681,00	20.921,00	18.588,00	19.148,00	20.288,00	19.795,00	20.040,00	21.824,00	26.015,00
Coco-da-bahia	14.290,00	31.357,00	29.030,00	29.276,00	30.152,00	23.795,00	23.827,00	23.855,00	24.656,00	25.495,00	20.898,00
Batata-doce	4.332,00	6.387,00	10.011,00	8.843,00	7.461,00	6.982,00	8.989,00	9.051,00	9.691,00	13.917,00	18.109,00
Cebola	-	-	-	1.288,00	316,00	282,00	-	-	61.610,00	39.740,00	7.212,00
Tomate	5.466,00	6.167,00	9.052,00	6.315,00	10.061,00	8.253,00	10.362,00	13.354,00	6.041,00	11.076,00	5.438,00
Maracujá	131,00	412,00	1.418,00	2.116,00	3.170,00	4.226,00	4.911,00	5.509,00	5.301,00	7.439,00	5.322,00
Feijão (em grão)	30.645,00	36.765,00	42.410,00	23.079,00	33.062,00	22.875,00	49.585,00	29.698,00	17.597,00	51.037,00	4.972,00
Goiaba	829,00	1.291,00	1.355,00	2.641,00	2.684,00	2.198,00	2.119,00	2.145,00	2.105,00	2.098,00	2.536,00
Arroz (em casca)	2.602,00	5.789,00	5.269,00	1.848,00	2.408,00	3.365,00	4.311,00	15.280,00	4.110,00	3.378,00	1.729,00
Laranja	804,00	689,00	841,00	1.068,00	1.098,00	1.026,00	917,00	930,00	873,00	925,00	1.512,00
Milho (em grão)	24.504,00	29.910,00	25.874,00	10.083,00	22.204,00	13.334,00	31.511,00	21.046,00	4.989,00	28.232,00	1.498,00

Fonte: IBGE, Pesquisa Agrícola Municipal

As mulheres representam aproximadamente 41% da PEA do RN e a taxa de crescimento das mulheres economicamente ativas no mercado de trabalho local é superior à dos homens. Entre 2001 e 2012 a população masculina na PEA do RN saltou de 755 mil indivíduos para 921 mil, uma taxa anual de crescimento de 1,97%. Já o número de mulheres subiu de 501 mil para 634 mil, crescimento no período a uma taxa de 2,16% a.a.

Portanto, a tendência a uma crescente participação feminina no mercado de trabalho ainda continua presente no mercado local.

Tabela 50

Rio Grande do Norte – Pessoas com 10 anos ou mais de idade, economicamente ativas, por sexo, todos os domicílios (1.000 pessoas)
2001-2012

	Condição de atividade		
	Total	Homem	Mulher
2001	1.255	755	501
2002	1.209	754	455
2003	1.321	807	515
2004	1.348	799	549
2005	1.423	838	586
2006	1.472	867	605
2007	1.548	893	654
2008	1.585	923	663
2009	1.635	970	665
2011	1.538	907	632
2012	1.556	921	634

Nota: Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Ao longo da última década ocorreu um significativo avanço na escolaridade da população ocupada do RN. Em 2001 cerca de 35% dessa população ou não possuíam instrução ou possuíam apenas até 3 anos de estudos. Em 2012 esse percentual caiu para 20,39%. Apesar do número ainda ser alto, uma vez que 1 em cada cinco pessoas ocupadas no RN não possui sequer 4 anos de estudos, ocorreu um avanço significativo no período.

No outro extremo, em 2001 somente 5,49% da mão de obra local que se encontrava ocupada na semana de referência possuía 15 anos ou mais de estudos, esse percentual saltou para 10,21% em 2012. Se considerarmos a população ocupada do RN com 11 anos ou mais de estudos, vemos que ela era de 25,64% em 2001 e chegou a 42,86% em 2012.

Mantido o atual ritmo de crescimento, muito em breve a população ocupada do estado terá, em sua maioria, pelo menos o ensino médio concluído.

Tabela 51

Rio Grande do Norte – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por anos de estudo (%)
2001-2012

Ano	Total	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais	Não determinados e sem declaração	Não determinados
2001	100,00	16,55	18,18	27,74	11,71	20,15	5,49	0,17	-
2002	100,00	18,06	16,03	26,21	13,49	19,87	6,21	0,13	-
2003	100,00	15,43	17,72	25,71	15,11	20,05	5,54	0,44	-
2004	100,00	16,07	17,06	25,73	14,34	21,01	5,67	0,12	-
2005	100,00	14,29	15,84	26,40	14,22	23,44	5,67	0,14	-
2006	100,00	13,62	14,86	25,96	13,83	25,61	6,01	0,11	-
2007	100,00	13,57	15,52	23,46	15,07	26,20	6,09	-	0,10
2008	100,00	15,59	12,80	22,29	13,95	28,19	6,80	-	0,38
2009	100,00	12,52	13,05	24,84	15,71	26,84	6,78	-	0,27
2011	100,00	13,44	9,82	23,01	14,43	29,77	9,35	-	0,17
2012	100,00	11,01	9,38	21,68	15,03	32,65	10,21	-	0,04

Notas: 1. A partir de 2007 os dados de **Sem declaração** para **Grupos de anos de estudo** não foram mais investigados.

2. Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais incluindo a tendência 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

OCUPAÇÃO E RENDA

Entre 2001 e 2012 a População Ocupada (PO) do RN passou de 1,07 milhão de pessoas para 1,34 milhão, um crescimento de 2,03% ao ano. A ocupação com o maior crescimento em termos absolutos foi o de empregados, que subiu de 623 mil para 833 mil, com uma taxa de crescimento anual de 2,68%. Os trabalhadores por conta própria e os empregados domésticos foram as outras duas categorias de ocupação que registraram crescimento. A categoria empregadores manteve-se com um quantitativo estagnado e os trabalhadores sem remuneração registraram queda ao longo da década.

Podemos dizer, portanto, que a expansão das ocupações do estado nos últimos 11 anos se deu sobretudo com a categoria de empregados e, secundariamente, com os trabalhadores por contapropria (Tabela 52).

Ao abrirmos os dados das novas ocupações dos trabalhadores empregados, vemos que ocorreram significativos avanços na formalização do emprego no RN.

Com isso o percentual de empregados com carteira assinada saltou de 38% em 2001 para 51,7% em 2012. Na contramão ocorreu uma diminuição do peso dos empregados informais, que representavam 52% dos empregados em 2001 e passaram a representar 31,7% em 2012 (Tabela 53).

Tabela 52

Rio Grande do Norte – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (inclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação
2001-2012

Ano	Total	Posição na ocupação no trabalho principal				
		Empregados domésticos	Trabalhadores	Conta própria	Empregadores	Não remunerados
2001	1.073	623	78	243	42	87
2002	1.064	630	75	251	37	71
2003	1.134	603	81	310	35	104
2004	1.162	626	76	314	46	100
2005	1.172	664	85	297	48	78
2006	1.278	722	78	311	54	113
2007	1.294	729	87	321	43	113
2008	1.348	758	95	345	57	93
2009	1.346	781	107	320	58	80
2011	1.301	787	105	317	46	46
2012	1.338	833	90	330	41	44

Nota: 1. Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Tabela 53

Rio Grande do Norte – Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego
2001-2012

Ano	Total	Posição na ocupação no trabalho principal		
		Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Outros sem carteira de trabalho assinada
2001	623	237	124	262
2002	630	222	138	270
2003	603	259	115	230
2004	626	241	121	264
2005	664	266	126	272
2006	722	321	113	288
2007	729	321	121	287
2008	758	347	133	278
2009	781	376	126	280
2011	787	388	134	265
2012	833	431	138	264

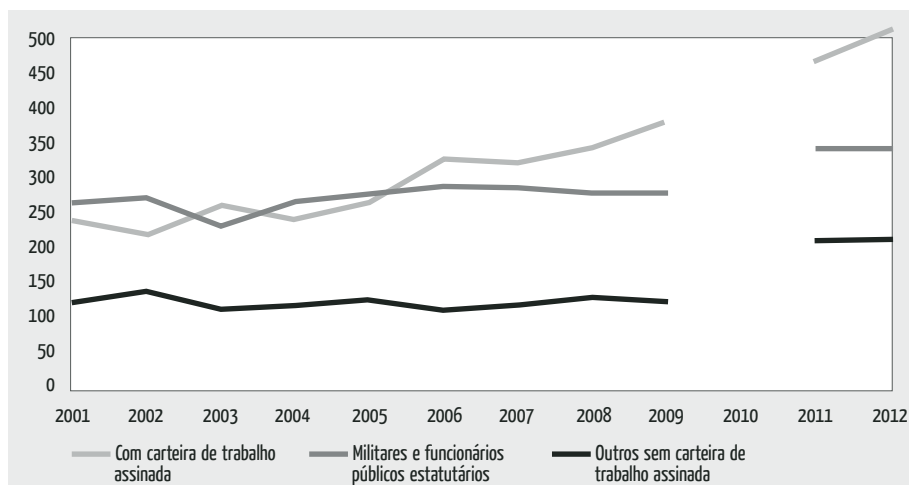
Nota: 1. Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

A combinação dos dados do tópico anterior com o atual pode nos fazer inferir que ao longo da última década ocorreu, de um lado, uma melhoria no perfil educacional da população ocupada, com um aumento dos anos médios de

Gráfico 16

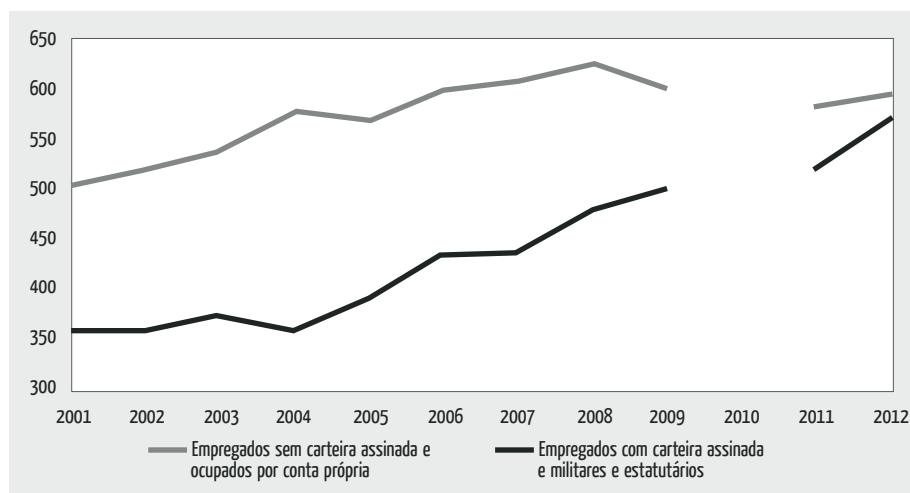
Rio Grande do Norte – Empregados com 10 anos ou mais de idade, por categoria de emprego (1.000 pessoas)
2000-2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Gráfico 17

Rio Grande do Norte – Pessoas Ocupadas com 10 anos ou mais de idade (1.000 pessoas)
2000-2012



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

estudos dessa população. Por outro lado, ocorreu também uma progressiva formalização do mercado de trabalho local. O número de empregados com carteira assinada, por exemplo, já é maior do que aquele sem formalização (Gráfico 16).

Podemos considerar, também, que muito em breve o número de empregados com carteira assinada somado ao de militares e estatutários vai suplantar o número de empregados sem carteira assinada e o de trabalhadores por conta própria. Esse indicador denota uma crescente melhoria no perfil das ocupações no estado (Gráfico 17).

Entre 2001 e 2012 o setor de comércio e reparação foi o que mais teve aumento no número de pessoas ocupadas, saindo de 199 mil para 283 mil pessoas, ou seja, um aumento de 84 mil novas ocupações. Em segundo lugar aparece a indústria, cuja ocupação cresceu em 50 mil novas vagas no período. As atividades agrícolas, por sua vez, tiveram perda de vagas ao longo do tempo. Provavelmente essa redução está associada ao esvaziamento das atividades agrícolas tradicionais e à mecanização da lavoura de cana no litoral leste do estado (ver Tabela 54, p. 92).

Entre dezembro de 2001 e dezembro de 2012, segundo dados do IBGE e utilizando a variação acumulada do INPC, todas as posições na ocupação no RN tiveram ganhos reais de rendimento. Os maiores ganhos ocorreram com os trabalhadores por conta própria, cujo rendimento médio real mensal subiu 60% no período. O menor crescimento ocorreu com os trabalhadores domésticos, cuja renda média real subiu 25,8%. Na média, as pessoas ocupadas no RN tiveram um aumento real de rendimento entre 2001 e o valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos de idade ou mais, ocupadas na semana de referência e com rendimento em 2012, foi da ordem de 36,6%.

Tabela 55

Rio Grande do Norte – Valor do rendimento médio mensal real do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento (Em R\$ de 2012 - atualizado pelo INPC) 2001 e 2012

Ano	Posição na ocupação no trabalho principal					
	Total	Empregados	Trabalhadores domésticos	Contra própria	Empregadores	Sem declaração
2001	779	796	298	558	2746	-
2012	1064	1.075	375	894	3.770	-
Variação	36,60%	35,10%	25,80%	60,20%	37,30%	

Fonte dos dados básicos: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Na região nordeste, o rendimento médio das pessoas ocupadas no RN é o segundo mais elevado, perdendo apenas para o rendimento de Sergipe. Todavia, na média o trabalhador potiguar ainda tem um rendimento abaixo da média brasileira (Tabela 56).

Tabela 54

Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por agrupamentos de atividade do trabalho principal
2002-2012

Principal	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012
Total	1.129	1.193	1.233	1.272	1.341	1.419	1.470	1.397	1.391	1.445
Agrícola	264	304	310	295	308	327	333	301	246	231
Indústria	127	125	140	153	148	176	167	160	170	177
Indústria de transformação	111	102	125	128	130	152	146	141	138	151
Construção	75	75	85	89	84	92	105	108	103	116
Comércio e reparação	199	232	208	246	255	279	285	304	256	283
Alojamento e Alimentação	43	47	51	45	56	57	57	75	87	82
Transporte, armazenagem e comunicação	48	42	44	49	52	54	53	57	56	63
Administração pública	70	68	81	78	72	79	90	86	88	88
Educação, saúde e serviços sociais	148	125	129	123	149	141	150	138	137	150
Serviços domésticos	75	81	76	85	78	87	95	107	105	90
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	39	44	51	58	67	59	59	61	58	63
Outras atividades	41	48	57	47	70	69	74	-	83	100
Atividades mal definidas ou não declaradas	0	2	0	4	1	-	-	-	-	-
Atividades mal definidas	-	-	-	-	-	-	1	-	2	2

Nota: 1. Os dados desta tabela foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa.

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Tabela 56

Brasil, Nordeste e estados – Valor do rendimento médio mensal do trabalho principal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com rendimento (em R\$)

2012

	Valor R\$
Brasil	1.460
Nordeste	997
Maranhão	811
Piauí	812
Ceará	914
Rio Grande do Norte	1.064
Paraíba	961
Pernambuco	1.036
Alagoas	945
Sergipe	1.117
Bahia	1.002

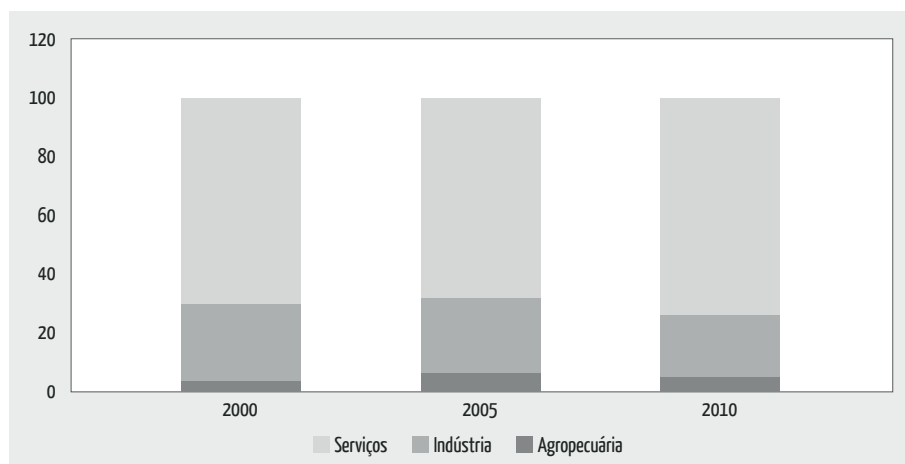
Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

COMPOSIÇÃO SETORIAL

Em 2010, 74,3% do Produto Interno Bruto do Rio Grande do Norte era oriundo do setor de serviços, 21,5% da indústria e apenas 4,2% da agropecuária. Entre 2000 e 2010 o setor de serviços aumentou sua participação no PIB

Gráfico 18

Rio Grande do Norte – Participação setorial no valor adicionado bruto
2000, 2005 e 2010



Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

estadual, saltando de 70,9% para 74,3%, e a agricultura de 2,8% para 4%. Em contraposição, nesse mesmo período, ocorreu um declínio da participação da indústria (de 26,3% para 21,5%).

OPORTUNIDADES PARA EXPLORAÇÃO DO TURISMO

O turismo é uma das principais atividades econômicas do estado que mais gera emprego e renda, apresentando em 2010 um fluxo turístico de mais de 2,5 milhões de turistas, o que representa uma variação de 10,3% em relação a 2009, e uma receita de R\$ 2.028 milhões de reais. A permanência do turista no estado chega a 7,7 dias e o seu gasto diário é de R\$ 122,96, dado revelado pela Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR-RN).

Para desenvolver o turismo do estado, a SETUR tem a responsabilidade de formular a política de turismo; desenvolver estudos e pesquisas para avaliar a potencialidade turística do estado; articular-se com os municípios e os demais órgãos da administração estadual com o objetivo de desenvolver a infraestrutura de saneamento básico, transportes e energia nas áreas turísticas; e promover ações voltadas para a ocupação da infraestrutura de turismo do estado, principalmente nos períodos de baixa estação.

TURISMO DE SOL E PRAIA

Nos últimos anos, os problemas da crise econômica mundial, variação cambial e realização de tímidas campanhas de divulgação e promoção, ocasionaram a perda de voos charters e, conseqüentemente, a diminuição do fluxo turístico internacional. O turismo nacional tornou-se o grande emissor de turistas para o RN.

O RN apresenta um grande potencial turístico, com atrativos naturais que revelam o turismo de sol e mar, agregados a outros segmentos, como o turismo cultural, de aventura, religioso e o ecoturismo. O estado tem uma costa litorânea de 400 km, com belíssimas praias, parrachos, falésias, dunas e lagoas naturais. Além disso, conta com a riqueza dos manguezais, zonas preservadas de Mata Atlântica, cuidadas sob a égide da política de proteção ao meio ambiente praticada pelo governo do estado, que preserva e fortalece o compromisso em torno do desenvolvimento sustentável e responsável.

O Estado é dotado de excelente infraestrutura turística, tendo Natal como um dos maiores e melhores parques hoteleiros do Brasil, contando com restaurantes e bares que apresentam a irresistível gastronomia potiguar, como o camarão e a carne de sol, bem como a culinária internacional.

Para bem acomodar os turistas, o RN dispõe de uma das maiores redes hoteleiras, com mais de 42 mil leitos. O destaque fica com a capital, que tem

19.532 mil leitos, sendo a sexta cidade do país e terceira do nordeste em maior número de leitos. Segundo a pesquisa Serviços de Hospedagem divulgada pelo IBGE (2011), Natal tem capacidade para receber em média 140 hóspedes por estabelecimento, posicionando-se acima da média nacional (110) e ficando atrás do Rio de Janeiro, que tem a capacidade de receber cerca de 157 hóspedes por estabelecimentos. A capital tem a quarta maior média de unidades habitacionais – suítes, apartamentos, quartos e chalés – por estabelecimento do país. Possui a segunda maior proporção de estabelecimentos de luxo do país (4,2% dos meios de hospedagem) e a quarta maior proporção de estabelecimentos nacionais na categoria superior/muito confortável (15,6% dos meios).

CONDICIONANTES AMBIENTAIS

As ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APAS)

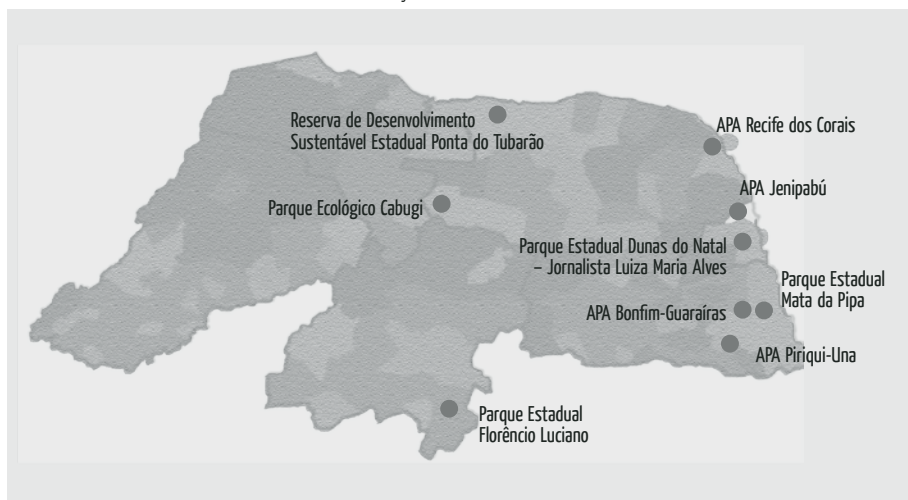
As áreas de Proteção Ambiental no Rio Grande do Norte (APAS) são: I - APA Bonfim Guarairas, criada pelo Decreto Estadual nº 14.369 de 22 de março de 1999 com o objetivo de ordenar o uso e proteger os recursos naturais de uma área em que são realizadas diversas atividades impactantes, como ocupação antrópica, cultivo de cana-de-açúcar e camarão. A APA está localizada nos municípios de Nísia Floresta, São José de Mipibu, Arês, Senador Georgino Avelino, Goianinha e Tibau do Sul, o que a insere dentro da principal rota dos turistas no estado, tornando ainda mais importante sua conservação; II - APA Genipabu, instituída pelo Decreto Estadual n.º 12.620 de 17 de maio de 1995/ IDEMA-RN, está localizada nos municípios de Natal e Extremoz. O objetivo principal é a conservação de espécies vegetais e animais, dunas, ecossistemas de praias, manguezal e mata Atlântica, além dos recursos hídricos; III - APA dos Recifes de Corais, instituída pelo Decreto nº 15.476, de 6 de Junho de 2001, está localizada nos municípios de Maxaranguape, Rio do Fogo e Touros. Essa APA surgiu da necessidade de conservação da área diante do crescimento da atividade turística nas proximidades dos recifes de corais ou parrachos, a fim de compatibilizar a necessidade do desenvolvimento das atividades econômicas com conservação dos recursos naturais; IV - APA do Piriqui-Una, criada por meio do Decreto nº 10.682 de 6 de junho de 1990 e ampliada pelo Decreto nº 22.182, de 22 de março de 2011, insere-se nos municípios de Pedro Velho, Canguaretama, Espírito Santo, Goianinha e Várzea e tem o objetivo

de conservar os recursos hídricos das bacias do Jacu, Catu e Curimataú, além dos biomas mata Atlântica e Caatinga.

De acordo com o IDEMA, recentemente foi criada a Unidade de Conservação Morro do Careca e outras Unidades de Conservação no Rio Grande do Norte estão em fase de criação: APA das Carnaúbas; APA Dunas do Rosado; Parque Estadual Mangues do Potengi; Parque Estadual do Jiqui e Cavernas - Região de Martins.

Mapa 4

Rio Grande do Norte – Unidades de Conservação



Fonte: Seplan

ANÁLISE DA CAPACIDADE DA GESTÃO PÚBLICA

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

O Rio Grande do Norte mantém um sistema de administração composto por instituições diretas com secretarias e a administração indireta com autarquias e fundações públicas pertencentes ao estado, tendo também sob a sua jurisdição administrativa órgãos de regime especial, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O desenho institucional administrativo do estado é composto por treze secretarias ligadas diretamente à governadoria. Além disso, também fazem parte da Administração Direta a Controladoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral do Estado, a Consultoria Geral do Estado, o Gabinete Civil do Governador do Estado, a Assessoria de Comunicação Social do Estado e a Defensoria Pública Geral do Estado.

As secretarias que fazem parte do quadro administrativo do Rio Grande do Norte são: Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer; Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos; Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania; Secretaria de Estado da Educação e da Cultura; Secretaria de Estado da Tributação; Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; Secretaria de Estado de Infraestrutura; Secretaria de Estado de Agricultura, da Pecuária e da Pesca; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico; Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social; Secretaria de Estado do Turismo; Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Apoio à Reforma Agrária; Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social.

Dentro da administração indireta estão relacionadas as instituições em regime de autarquia, nas áreas de apoio institucional e desenvolvimento econômico, educacional, reguladores entre outras finalidades, e elas possuem uma autonomia administrativa própria apesar de estarem ligadas a gestão do estado, totalizando em onze entidades apresentadas a seguir: Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do Estado do RN; Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN; Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy; Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do RN; Departamento Estadual de Trânsito; Departamento de Estradas e Rodagens; Agência Reguladora de Serviços Públicos; Instituto da Gestão das Águas do Estado do RN; Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural; Instituto de Pesos e Medidas; Junta Comercial do Estado do RN.

As fundações públicas do estado têm por finalidade atender as demandas sociais para a busca do bem-estar dos cidadãos: Fundação José Augusto; Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; Fundação Estadual da Criança e do Adolescente; Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do RN.

O Governo do Rio Grande do Norte também possui em seu corpo administrativo órgãos de regime especial, com a finalidade de defesa social, como a Polícia Civil, a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Também fazem parte deste modelo de regime especial o Departamento Estadual de Imprensa e o Instituto Técnico e Científico de Polícia.

A administração pública brasileira permite que os estados possam ter empresas públicas sob o seu controle administrativo, como também Sociedades de Economia Mista. A Empresa de Pesquisa Agropecuária do RN e a Empresa Gestora de Ativos do RN são as únicas empresas públicas do estado. Já as empresas de economia mista são: Companhia de Águas e Esgotos do RN; Centrais de Abastecimento do RN; Companhia Potiguar de Gás; Agência de Fomento do RN; Companhia de Processamento de Dados do RN; Companhia Estadual de Habitação e Desenvolvimento Urbano; Empresa Potiguar de Promoção Turística.

PESO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Os dados foram obtidos através do site do governo do estado do Rio Grande do Norte, link para a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio Grande do Norte, por este motivo não existia registros digitalizados a partir de 2000 a 2002 do orçamento no estado, os dados disponíveis referentes ao pagamento da folha do estado foram 2003, 2004, 2005, 2007, 2008 e 2010; os dados dos anos de 2006 e 2009 não se encontravam disponíveis para download, apesar de constar no site como disponíveis para baixar.

Em todos os arquivos temos os custos com o pagamento de salários da administração direta e indireta, os valores foram catalogados segundo os dados disponíveis entre 2003 e 2010. Assim, os valores foram sistematizados com mais clareza na tabela a seguir:

Tabela 57

Rio Grande do Norte – Evolução das despesas da folha de pagamento, pessoal e encargo (em R\$ 1.000)²¹
2000-2010

	Valor autorizado	Valor executado
2000	-	-
2001	-	-
2002	-	-
2003	1.503.645	1.384.663
2004	1.064.510	1.051.405
2005	1.828.380	1.806.010
2006	1.780.411	1.751.363
2007	2.448.468	2.346.512
2008	2.448.468	-
2009	2.960.085	2.925.714
2010	5.584.561	3.239.813

Fonte: Seplan (2012)

Podemos perceber que no período compreendido entre 2003-2010 a folha de pagamento do governo do estado do RN teve um aumento significativo (+200%). Segundo o IBGE, em 2003 a arrecadação de ICMS no estado atingiu R\$ 1.186.565,00 e obteve um aumento significativo em 2011, atingindo R\$ 3.178.453,00 (+200%). Mas não podemos deixar de mencionar que, de acordo com o relatório resumido da execução orçamentária do governo do estado do Rio Grande do Norte (SEPLAN, 2013), como foi comentado no capítulo 4, das despesas correntes 50% estão destinados a pagar pessoal e encargos sociais, 27% juros e encargos da dívida e 31% outras despesas correntes.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O presente tópico tem por objetivo listar e analisar as ações tomadas pelo atual governo do estado do Rio Grande do Norte em relação à modernização da máquina administrativa. Foram utilizados dados secundários encontrados na Revisão do PPA 2012/2015 da atual gestão.

Foram citados diversos projetos de modernização, levando-se em conta medidas que visem o melhoramento da burocracia interna e externa do

21. Não há documentos disponíveis nos anos de 2000, 2001 e 2002 sobre o valor autorizado e executado. Em 2008os dados sobre valor executado não estão disponíveis.

âmbito administrativo do governo estadual, e também o custo destes projetos e sua abrangência.

GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Objetivo: desenvolver a política de recursos humanos, promovendo melhorias no quadro funcional do estado através de ações de seleção, recrutamento, capacitação e qualidade de vida no trabalho.

Justificativa: pouca efetividade na política de desenvolvimento de recursos humanos

Órgão responsável: Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Macro objetivo: promover a capacidade intelectual e laborativa da população potiguar, com ações dirigidas para a educação de qualidade, para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação e para valorizar a cultura potiguar.

Público alvo: servidores públicos do estado. Foi destinada uma verba para a execução deste programa, segundo o PPA 2012/2015, R\$8.705.000,00 financiados exclusivamente pelo governo do estado do Rio Grande do Norte. Os custos de cada uma das ações não foram explicitados no documento.

Além deste programa, que possui um viés mais homogêneo no que tange a seus beneficiados, sendo estes os servidores do estado como um todo, independentemente do órgão em que trabalham, houve também programas voltados para a modernização administrativa de órgãos específicos; O DER e o DETRAN também foram objeto de projetos.

MODERNIZAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS E DE APOIO À REFORMA AGRÁRIA

Objetivo: modernizar a estrutura operacional e física da SEARA, bem como capacitar os técnicos com o objetivo de melhorar o desempenho das suas funções.

Justificativa: tendo em vista os programas desenvolvidos pela SEARA é necessário que se promova uma capacitação permanente do seu quadro de servidores, além de instrumentos adequados e um ambiente de trabalho estruturado.

Órgão responsável: Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários, Colonização e Reforma Agrária.

Macro objetivo: otimizar a qualidade dos serviços públicos, garantindo uma gestão eficiente, transparente e democrática.

MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL

Objetivo: promover a modernização da gestão pública no estado do RN para a melhoria da qualidade dos gastos e do ambiente de negócios.

Justificativa: necessidade de modernizar a gestão pública estadual.

Órgão responsável: Secretaria de Estado da Administração e dos Recursos Humanos.

Macro objetivo: otimizar a qualidade dos serviços públicos, garantindo uma gestão eficiente, transparente e democrática.

Público alvo: órgãos públicos.

Para a execução deste projeto foi demandada uma verba de R\$12.957.000,00, dos quais R\$957.000,00 são oriundos dos cofres do estado do Rio Grande do Norte, R\$1.000.000,00 oriundos do governo federal e R\$11.000.000,00 oriundos de recursos de operações de créditos.

MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER

Objetivo: proporcionar os meios adequados para atender as políticas previstas no plano decenal do esporte brasileiro, modernizando e mantendo a estrutura física da Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer.

Justificativa: é indispensável o fortalecimento da estrutura física, administrativa e organizacional da SEEL para que possa atender as diversas atividades que serão desenvolvidas na área de sua abrangência e o cumprimento de sua missão.

Órgão responsável: Secretaria do Estado do Esporte e do Lazer.

Macro objetivo: otimizar a qualidade dos serviços públicos, garantindo uma gestão eficiente, transparente e democrática.

Público Ivo: servidores do SEEL.

A execução deste programa demandou uma verba de R\$2.865.000,00, dos quais R\$865.000,00 foram oriundos dos cofres do estado do Rio Grande do Norte e R\$2.000.000,00 do governo federal. Não foram explicitados os custos das ações em questão.

MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO JOSÉ AUGUSTO

Objetivo: contribuir com o desenvolvimento funcional da Fundação José Augusto através da capacitação dos servidores e da melhoria de suas instalações físicas.

Justificativa: necessidade de prestar serviço de qualidade aos cidadãos através da modernização da Fundação José Augusto.

Órgão responsável: Fundação José Augusto.

Macro objetivo: promover a capacidade intelectual e laborativa da população potiguar, com ações dirigidas para a educação de qualidade, para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação e para valorizar a cultura potiguar.

Público alvo: servidores e a população em geral.

POLÍTICA LOCAL

ELEITORADO E A HISTÓRIA POLÍTICO-ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE

O eleitorado do Rio Grande do Norte está concentrado na região metropolitana²² de Natal (34,75%) e em alguns municípios do interior do estado, como Mossoró, Caicó, Currais Novos e Assu. Com isso, as cinco maiores cidades concentram 34,48% do eleitorado potiguar²³: Natal possui 526.426 eleitores, correspondendo a 22,34% do eleitorado; Mossoró 164.975, correspondendo a 7% do eleitorado; Parnamirim 104.468, 4,43% do eleitorado; São Gonçalo do Amarante 65.063, 2,76% do eleitorado; Ceará Mirim 50.034, 2,12% do eleitorado (TSE, 2012).

A concentração de eleitores na capital do estado não é um fato isolado de Natal, que possui 22,34% do eleitorado potiguar. Existem outras capitais com esta concentração próxima à realidade de Natal²⁴: João Pessoa concentra 16,75% (480.237) do eleitorado paraibano; Maceió concentra 26,89%

22. A lei estadual complementar nº 152 de 1997 instituiu a região metropolitana de Natal, que corresponde aos municípios de Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Ceará-Mirim, Macaíba, São José de Mipibu, Monte Alegre, Nísia Floresta e Extremoz.

23. Segundo o TSE (2012), o Rio Grande do Norte possui 2.355.100 eleitores. Assim, comparando com uma realidade próxima, a Paraíba, que possui 2.865.600 eleitores, e suas cinco maiores cidades concentram 34,45% do eleitorado paraibano: João Pessoa possui 480.237 eleitores, correspondendo a 16,75% do eleitorado; Campina Grande possui 280.207 eleitores, correspondendo a 9,77% do eleitorado; Santa Rita possui 89.443, 3,12% do eleitorado; Patos tem 67.562 eleitores, 2,35% do eleitorado; e Bayeux possui 70.704 eleitores, correspondendo a 2,46% do eleitorado.

24. Segundo o TSE (2012), nas duas maiores cidades do Brasil o eleitorado da capital corresponde: São Paulo concentra 27,57% (8.619.170) do eleitorado paulista e o Rio de Janeiro concentra 39,68% (4.719.607) do eleitorado fluminense.

(501.081) do eleitorado alagoano; Teresina, com 22,45% (531.188) do eleitorado piauiense; Campo Grande concentra 31,84% (561.630) do eleitorado sul-mato-grossense (TSE, 2012).

A história da política do Rio Grande do Norte é marcada por uma tradição de bipolarização entre duas grandes lideranças e seus respectivos grupos que competem para dirigir a sociedade, comandar o governo e o aparelho de Estado em aliança com lideranças políticas secundárias ou auxiliares. Nos anos 1960 e 1970 as disputas políticas ocorriam entre o dinartismo, liderado por Dinarte Mariz, e o aluizismo, comandado por Aluízio Alves, abrigados no início em facções dentro da antiga ARENA – “ARENA Vermelha” e “ARENA Verde” e, depois, no PDS e no MDB, respectivamente. Nos anos 1980 e 1990 a competição acontecia entre o maísmo, liderado por Tarcísio Maia, Lavoisier Maia e José Agripino Maia no PDS e, depois, PFL, e o aluizismo, comandado por Aluízio Alves, Henrique Alves e Garibaldi Alves Filho no MDB e, depois, PMDB. Ao longo do tempo, a família Rosado, que comanda tradicionalmente a política em Mossoró, dividiu-se em duas facções políticas, que estabelecem alianças com os dois grupos oligárquicos dominantes que ocupam a condição de governo e de oposição (EVANGELISTA, 2006).

Com o fim da ditadura militar e o retorno do multipartidarismo e da eleição direta para presidente a polarização entre dois blocos político-partidários incorporou novos atores políticos e sociais e adquiriu maior complexidade e diversidade. Além disso, as famílias Maia e Alves sofreram divisões internas, com importantes consequências para o rearranjo das forças políticas no cenário estadual. Neste processo, uma “terceira força” surge e consolida-se: a liderança de Wilma de Faria (PSB)²⁵. Com sua ascensão, a dinâmica do sistema político estadual manteve-se condicionada pela competição e movimentação

25. Em 1983, Wilma de Faria, esposa de Lavoisier Maia, assume a Secretaria Estadual de Trabalho e Bem-Estar Social durante o primeiro governo de José Agripino Maia (PDS). Em 1985, disputa a sua primeira eleição pelo PDS e perde a prefeitura de Natal para o então deputado estadual Garibaldi Alves Filho (PMDB). Em 1986 é eleita deputada federal e atua na Assembleia Constituinte, quando se apropria de um discurso de esquerda. Em 1988, vence a eleição pelo PDT à prefeitura de Natal depois elegendo seu sucessor Aldo Tinoco em 1992 quando já estava separada de Lavoisier Maia, fato esse que culminou no seu ingresso ao PSB. Ao ingressar nesse partido, desarticula a incipiente formação de uma aliança de esquerda na capital e reproduz práticas e valores políticos conservadores tradicionais – como, por exemplo, o personalismo, o clientelismo e o assistencialismo. Em 1994, disputa a eleição para governador e fica em quarto lugar. Em 1996, rompe com Aldo Tinoco e volta a disputar a Prefeitura de Natal com o apoio de José Agripino Maia, vencendo a deputada estadual Fátima Bezerra (PT) no segundo turno, com 51,7% dos votos, que transformou, pela primeira vez, o PT na principal força competitiva da esquerda na política local. Em 2000, com o apoio do governador Garibaldi Alves (PMDB), se reelege prefeita de Natal com 57,7% dos votos, vencendo no primeiro turno Fátima Bezerra (PT) (29,4% dos votos) e Sonali Rosado (PFL) (11%). Em 2002, renuncia à prefeitura, concorrendo às eleições para governador daquele ano. No segundo turno, vence o candidato Fernando Freire (PPB), vice-governador apoiado por Garibaldi Filho, tendo o apoio de José Agripino (PFL) e do PT. Wilma de Faria obteve 61,05% e Fernando Freire alcançou 38,95% dos votos. Em 2006, Wilma de Faria (PSB) em aliança com o PT vence Garibaldi Filho (PMDB) aliado do PFL de José Agripino. No primeiro turno, Wilma de Faria obtém 49,6% e Garibaldi, 48,6% dos votos; no segundo turno, vence a eleição com uma pequena margem de votos, 52,38%, contra 47,62% de Garibaldi Alves Filho.

entre três grupos político-partidários principais – José Agripino Maia/DEM²⁶, Garibaldi Filho/Henrique Alves/PMDB²⁷ e a própria Wilma de Faria/PSB – que se alternam no comando do aparelho governamental como governo e como oposição e estabelecem entre si alianças pendulares (Ribeiro e Oliveira, 2012), recriando, na prática, o padrão de disputa bipolarizada.

Nesse contexto político norte-rio-grandense há grupos auxiliares, que estabelecem alianças com os três blocos hegemônicos nos processos políticos eleitorais. Entre eles destaca-se a família Rosado, com base eleitoral em Mosoró e cidades circunvizinhas da região oeste, que ocupa continuamente duas vagas (25%) da representação política potiguar na Câmara dos Deputados há mais de 50 anos, sendo constituída por duas facções da família Rosado, hoje abrigadas no DEM e no PSB. A atual governadora do DEM, Rosalba Ciarline Rosado é dessa família. Destacam-se, também, algumas lideranças emergentes, como o vice-governador Robinson Faria, que controlava o PMN e recentemente passou a comandar o PSD no Rio Grande do Norte, possuindo base eleitoral concentrada na Região Metropolitana de Natal e na região Agreste; o

26. O senador José Agripino Maia é filho e herdeiro político do ex-governador Tarcísio Maia (1975-1978), que é indicado de forma indireta para o cargo com o apoio do então senador Dinarte Mariz (ARENA/PDS), de quem havia sido Secretário Estadual de Educação em seu governo no período de 1955 a 1960. José Agripino ingressa na política como prefeito de Natal por indicação, em 1979, através do seu primo e também governador indireto Lavoisier Maia (1979-1982). Fazia parte da geração de jovens prefeitos das capitais nordestinas, com formação profissional universitária e perfil tecnocrático, que são indicados para os cargos pelo governo militar num esforço de renovação de suas lideranças no Nordeste. Na prefeitura, constrói sua liderança política promovendo a expansão habitacional e a modernização urbana de Natal, através do incentivo e apoio ao desenvolvimento do turismo e construção de avenidas e conjuntos habitacionais em bairros populares periféricos. Em 1982, na primeira eleição direta para os governos estaduais depois do golpe civil-militar de 1964, candidato pelo PDS, é eleito como governador (1983-1986) após enfrentar e derrotar o ex-governador Aluísio Alves (1961-1966). Depois disso, disputa todas as eleições e torna-se uma das mais importantes lideranças políticas do Rio Grande do Norte. Nas eleições de 1986, é eleito senador; nas eleições de 1990, é eleito governador (1991-1994) pela segunda vez. Nas eleições de 1994 elegeu-se novamente senador e renovou seu mandato nas eleições de 2002 e 2010. Em 1998, com o apoio de Wilma de Faria, foi derrotado por Garibaldi Alves que se reelegeu governador. Nos últimos anos, tornou-se uma liderança nacional do antigo PFL e do atual DEM, que dirige o bloco liberal-conservador em aliança com o PSDB e o PPS, com destacada atuação no Congresso Nacional em apoio e sustentação ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso e de oposição ao Governo Lula e Dilma. (RIBEIRO e OLIVEIRA, 2012)

27. Garibaldi Alves Filho, sobrinho de Aluísio Alves, se elege pela primeira vez deputado estadual em 1970, pelo MDB. Depois de quatro mandatos como um dos deputados estaduais mais votados, Garibaldi Filho enfrenta e derrota Wilma de Faria – à época Wilma Maia, representante do grupo Maia –, sendo eleito prefeito de Natal em 1985, na primeira eleição direta para as capitais brasileiras depois do golpe militar de 1964. Nessas eleições, o grupo Alves recupera seu prestígio e força política, depois da derrota sofrida por Aluísio Alves, pelo PMDB, no confronto com o jovem José Agripino Maia, pelo PDS, nas eleições para governador em 1982. Depois do mandato de prefeito da capital, é eleito senador em 1990 e em 1994 é eleito no primeiro turno como governador do Rio Grande do Norte, com 52,7% dos votos, derrotando Lavoisier Maia (PDT), com 38,7% dos votos, que tem o apoio de José Agripino (PFL). Em 1998, é reeleito governador, com 50,2% dos votos no primeiro turno e vence José Agripino (PFL), que obtém 41,3% dos votos. Deixa o governo para concorrer e ser eleito ao Senado nas eleições de 2002. Em 2006, perde sua primeira eleição, neste caso para Wilma de Faria, reeleita governadora do Rio Grande do Norte. Apesar da derrota, Garibaldi Filho confirma sua liderança política com a vitória eleitoral nas maiores cidades da Região Metropolitana de Natal: perde em Natal (1º turno: 43,3%, 2º turno: 47,5%), mas vence em Parnamirim (1º turno: 54,1%, 2º turno: 56,6%), em São Gonçalo do Amarante (1º turno: 52,8%, 2º turno: 54,7%) e em Macaíba (1º turno: 56,3%, 2º turno: 57,9%). Em 2010, em aliança com José Agripino é reeleito como o senador mais votado (Ribeiro e Oliveira, 2012).

deputado federal João Maia, que controla o PR, tendo base eleitoral principalmente na RMN e região do Seridó; o prefeito Carlos Eduardo Alves²⁸, atualmente no comando do PDT, com forte presença eleitoral em Natal e também em algumas cidades da RMN; e o deputado federal Rogério Marinho, que controla atualmente o PSDB e tem sua principal base eleitoral na RMN (Ribeiro e Oliveira, 2012).

O PT e o PCdoB são os dois partidos de esquerda com maior expressão eleitoral e que deram apoio ao projeto político de Wilma de Faria (PSB) durante seus mandatos enquanto governadora do estado.

O PARTIDO DOS TRABALHADORES NO RIO GRANDE DO NORTE

O PT no Rio Grande do Norte não conseguiu seguir a trajetória do partido em âmbito nacional, ou seja, transformar-se em um partido de massas com vocação para chegar ao poder e dirigir a sociedade. Mesmo assim, ele tem mantido uma representação política mínima na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados²⁹ (Ribeiro e Oliveira, 2012).

Nas últimas eleições municipais, em 2012³⁰, o PT reelegeu os prefeitos de Ipanguaçu e Parelhas. Além disso, o partido elegeu prefeitos em Ouro Branco, Serra Negra do Norte, Serrinha dos Pintos, Serra do Mel e Pureza, além de 63 vereadores no Rio Grande do Norte (TSE, 2012).

28. Carlos Eduardo Alves foi eleito deputado estadual (PMDB) e depois se reelegeu por mais três vezes. Em 1996, ocupou o cargo de Secretário Estadual do Trabalho, da Justiça e da Cidadania, no governo Garibaldi Alves Filho (PMDB). Em 2000, foi indicado como vice-prefeito na chapa de Wilma de Faria, como forma de assegurar a participação do grupo Alves no acordo firmado para apoiar Wilma de Faria nas eleições municipais de 2004. Em 2002, ainda no PMDB, esteve no centro do racha em uma das mais tradicionais famílias da política do Rio Grande do Norte, contrariando seu partido e sua família. Anuncia seu apoio a candidatura de Wilma de Faria ao Governo do Estado, ainda em 2002 e fica do lado oposto ao PMDB, que governou o Rio Grande do Norte de janeiro de 1995 a março de 2002, representado por Garibaldi Alves Filho (que renuncia para concorrer ao Senado). O PPB do vice-governador Fernando Freire, que assumiu o governo em março de 2002, apresenta-se como candidato da Coligação Unidade Popular e perde a eleição para Wilma de Faria no 2º turno. Em 2003, Carlos Eduardo Alves, prefeito de Natal, e seu pai Agnelo Alves, prefeito de Parnamirim, filiam-se ao PSB, ratificando seus posicionamentos políticos e passando a apoiar sistematicamente o Governo Wilma. Em junho de 2004 (próximo ao prazo das inscrições das candidaturas) o PSB rompe a aliança com o PFL e anuncia Mícarla de Sousa (PP) como candidata à vice-prefeita na Coligação Vitória do Povo. Em 2004, Carlos Eduardo se reelege prefeito ao vencer Luiz Almir (PSDB) no 2º turno (48,9% dos votos contra 45,2%). Em 2008, apoia a candidata Fátima Bezerra (PT) para a sua sucessão contra Mícarla de Sousa (PV). Nessa eleição, Mícarla de Sousa vence no 1º turno, obtendo 50,84% dos votos. Em 2010, Carlos Eduardo, já filiado ao PDT, se candidata a governador e termina a eleição em terceiro lugar, com 10,37% dos votos. Nessa eleição, Rosalba Ciarlini (DEM) vence no 1º turno, obtendo 52,46% dos votos, enquanto Iberê Ferreira (PSB), 36,25%. Em 2012, Carlos Eduardo (PDT) vence a eleição para prefeito de Natal no 2º turno com 58,31% dos votos contra 41,69% de Hermano Moraes (PMDB).

29. A eleição de 2002 constituiu uma exceção a isso, pois o PT elegeu dois deputados estaduais: Paulo Davim e Fernando Mineiro (TSE, 2002). Em 1996, em seu melhor desempenho eleitoral concorrendo a prefeitura de Natal: no primeiro turno, Wilma de Faria (PSB) obteve 35,79% dos votos, seguida por Fátima Bezerra (PT), com 28,88% dos votos, e João Faustino (PSDB), com 25,69%; no segundo turno, Wilma de Faria vence a eleição com 51,68% dos votos contra 48,32% de Fátima Bezerra (TSE, 1996).

30. Nas eleições municipais de 2008, o PT elegeu 4 prefeitos (Antônio Martins, Ipanguaçu, Janduí e Parelhas) e 51 vereadores (TSE, 2008).

Na história do PT estadual, destaca-se a liderança da deputada federal Fátima Bezerra, que foi candidata sem sucesso à prefeitura de Natal em quatro eleições consecutivas – de 1996 a 2008 – e tem demonstrado grande desempenho nas eleições para a Câmara dos Deputados, sendo reconduzida para seu terceiro mandato como a deputada federal mais votada em 2010, com 220.335 votos (TSE, 2010).

Na década de 1990, ela destacou-se dirigindo em mais de uma gestão, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte/RN). Além disso, exerceu dois mandatos de deputada estadual (1995 a 2002).

Eleita deputada federal em 2002 com uma votação expressiva (161.875 votos no Estado e 83 mil em Natal)³¹, e como um dos principais nomes do PT no estado, estava credenciada a disputar pela terceira vez a prefeitura de Natal. A primeira foi em 1996, quando perdeu no 2º turno para Wilma de Faria (PSB). Em 2000, foi derrotada novamente por Wilma no 1º turno.

Em 2004, Fátima terminou a eleição em quarto lugar, ficando atrás de Miguel Mossoró, Luiz Almir e Carlos Eduardo³². Nessa eleição, os desafios da candidata do PT eram diminuir seu índice de rejeição³³, verificado desde o começo da disputa política, e romper com o isolamento político do PT e o desgaste do governo Lula devido às denúncias de corrupção. Sobre esses desafios, Evangelista (2004) diz que:

as articulações promovidas pelo PSB também provocaram o isolamento político do PT. Sem aceitar a participação no governo Wilma de Faria, o PT descolava-se dos seus parceiros estratégicos no plano nacional – o PSB e o PC do B. As implicações de sua política estadual de alianças ficavam evidentes. Após tentativas frustradas de uma aproximação política com o PMDB, numa tentativa arriscada de evitar o isolamento, o PT compõe internamente sua chapa majoritária: a deputada federal Fátima Bezerra, candidata a prefeita, e o médico e sindicalista Adelmara Cavalcanti, vice-prefeito. Além disso, o PT precisa administrar um quadro nacional adverso ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que apresentava uma tendência de declínio em sua popularidade entre dezembro de 2003 a junho de 2004. O desgaste do governo federal devia-se principalmente às denúncias de corrupção do cha-

31. De acordo com dados recolhidos no site www.tre-rn.gov.br.

32. Na pesquisa Perfil, divulgada pelo jornal Tribuna do Norte em 13 de julho de 2004, a candidata Fátima possuía o maior índice de rejeição (21,58%) e na pesquisa da CONSULT, divulgada pelo jornal Diário de Natal em 11 e 30 de setembro de 2004, ainda possuía o maior índice de rejeição (24,6% e 18,1% respectivamente).

33. Na pesquisa Perfil, divulgada pelo jornal Tribuna do Norte em 13 de julho de 2004, a candidata Fátima possuía o maior índice de rejeição (21,58%) e na pesquisa da CONSULT, divulgada pelo jornal Diário de Natal em 11 e 30 de setembro de 2004, ainda possuía o maior índice de rejeição (24,6% e 18,1% respectivamente).

mado “escândalo Waldomiro Diniz”, assessor do então chefe da Casa Civil José Dirceu, trazidas ao público pela imprensa nacional no início de fevereiro de 2004 e que ocuparam o centro das atenções da mídia brasileira durante o restante do primeiro semestre. Os índices de aprovação do governo Lula caíram de 66% (dezembro/2003) para 51% (junho/2004) e os índices de desaprovação subiram de 25% (dezembro/2003) para 42% (junho/2004). Durante a campanha, o governo recuperou gradativamente sua popularidade e sua aprovação (Ibope/2004). Todavia, havia outra dificuldade para a candidatura petista numa cidade com expressiva participação em sua composição social de diversas categorias do funcionalismo público. Neste segmento social era crescente a insatisfação e a frustração com a orientação econômico-social adotada pelo governo Lula (Evangelista, 2004, p. 221).

Em 2006, Fátima se reelege deputada federal com 116.243 votos, 45.632 votos a menos que em 2002. Nessa eleição, mesmo com a reeleição do presidente Lula e da governadora Wilma de Faria (PSB), aliada do PT no Rio Grande do Norte, o Partido dos Trabalhadores ainda se ressentia das denúncias de corrupção no governo Lula, primeiro “o escândalo Waldomiro Diniz” e depois “a crise do mensalão”³⁴. Com isso, Fátima Bezerra, deputada federal comprometida com o governo Lula, absorve os pontos positivos e negativos desse governo que se refletem na eleição de 2004 e posteriormente em 2006 (Campos, 2011).

Em 2008, aconteceu um quadro pré-eleitoral³⁵ atípico, que começou com a divergência interna no PSB, já que uma parcela do partido não aceitou o anúncio do apoio a Fátima Bezerra e defendia a candidatura do deputado federal Rogério Marinho (PSB). Naquela ocasião, prevaleceu a força política da governadora Wilma de Faria na mobilização dos convencionais do PSB. Assim, a candidatura da deputada federal Fátima Bezerra para a prefeitura de Natal foi confirmada na convenção, culminando na escolha do seu candidato a vice-prefeito indicado pelo PMDB. O apoio peemedebista foi vacilante e incer-

34. “O esquema do mensalão” ou “Esquema de compra de votos de parlamentares” é o nome dado a maior crise política enfrentada pelo governo Lula. Em maio de 2005, a imprensa divulga uma gravação de vídeo na qual o ex-chefe dos Correios, Maurício Marinho, solicitava e também recebia vantagem indevida para ilicitamente beneficiar um falso empresário. Na negociação então estabelecida com o falso empresário, Maurício Marinho expôs, com riqueza de detalhes, o esquema de corrupção de agentes públicos existente naquela empresa pública, conforme se depreende da leitura da reportagem divulgada na revista *Veja*, com a capa “O vídeo da corrupção em Brasília”, edição de 18 de maio de 2005, com a matéria “O Homem Chave do PTB”, referindo-se a Roberto Jefferson, o homem que comandava o esquema naquela estatal. Após a denúncia, Roberto Jefferson ensaia uma virada de mesa em entrevista à *Folha de São Paulo* em 6 de junho de 2005. Diz, então, que José Dirceu, chefe da Casa Civil era o coordenador de um esquema de compra de votos no Congresso, a que ele (Jefferson) deu o nome de mensalão e que seria uma variante da palavra “mensalidade” usada para se referir a uma suposta “mesada” paga a deputados para votarem a favor de projetos de interesse do Poder Executivo. A mídia conservadora logo se apropriou da palavra “mensalão” e massificou-a. Além de José Dirceu, várias figuras políticas importantes do PT e do governo Lula são denunciadas por Roberto Jefferson de participarem do esquema.

35. As informações do momento pré-eleitoral foram coletadas no site www.terra.com.br no dia 7 de julho de 2008.

to. Até o último momento da convenção do partido, suas lideranças tentaram substituir a candidatura de Fátima Bezerra e só à última hora indicaram o vice. Isso explica o fraco engajamento do partido na campanha.

Assim, consolida-se na capital potiguar um quadro eleitoral inédito, onde o PT e os blocos políticos da governadora Wilma de Faria e do senador Garibaldi Alves se aliam para enfrentar a candidata Micarla de Sousa (PV). E, pode-se notar que como ocorreu em 2004, a campanha eleitoral se tornou bipolarizada, em um confronto entre duas candidatas apoiadas por blocos políticos tradicionalmente hegemônicos no cenário político-econômico do Rio Grande do Norte. Além disso, o senador José Agripino reaparece como referência política na capital do estado, trazendo consigo seu bloco político alicerçado através dos aparelhos privados de hegemonia, ou seja, nesse caso utilizando os meios de comunicação de massa (Campos, 2011).

Sobre o quadro pré-eleitoral que ratificou a formação da coligação União por Natal, Spinelli (2010) diz que:

[...] a união de parte da base aliada do governo Lula em Natal ocasionou sérias controvérsias políticas, que resultaram na abertura de uma forte dissidência no partido da governadora, o PSB, abrindo uma fissura em sua base política, com defecção do deputado federal Rogério Marinho, postulante à condição de candidato majoritário. Marinho levou consigo quase toda a bancada de vereadores do partido, que tinha maioria no legislativo municipal. Além disso, outros integrantes da base da governadora, embora não rompendo com a mesma, engajaram-se decididamente na campanha de Micarla de Sousa. Entre eles, os deputados federais João Maia (PR) e Fábio Faria (PMN) e o deputado estadual Robinson Faria (PMN), pai de Fábio Faria. Os deputados João Maia e Robinson Faria eram aspirantes declarados ao cargo de governador em 2010. Acompanhando os três deputados, um grupo numeroso de deputados estaduais da base da governadora também aderiu à candidatura de Micarla de Sousa (Spinelli, 2010, p. 118).

No início da campanha eleitoral de 2008, a primeira pesquisa do IBOPE³⁶ já indicava uma conjuntura eleitoral desfavorável à candidatura de Fátima Bezerra (PT). Nesta pesquisa, Micarla de Sousa³⁷ possuía 54% das intenções de voto, enquanto Fátima Bezerra apenas 17%. Micarla de Sousa possuía 11% de rejeição,

36. A primeira pesquisa do Ibope foi divulgada pela Intertv/Cabugi no dia 2 de agosto e realizada entre os dias 24 e 28 de julho de 2008.

37. Os números positivos na intenção de voto e na rejeição de Micarla de Sousa permitiram a candidata desenvolver uma estratégia de marketing voltada para os segmentos médios e populares. Na pesquisa realizada pelo Ibope entre os dias 25 e 27 de agosto, os dois maiores problemas da cidade eram a saúde e a segurança pública,

o segundo menor índice, enquanto Fátima 41%, o segundo maior. Quando o Ibope procurava estimar a consolidação das preferências dos eleitores, 51% deles diziam que não votariam em Fátima Bezerra de jeito nenhum, um quadro difícil de ser revertido. Já quando foi citado o nome de Micarla de Sousa, 45% votariam nela com certeza, 33% poderiam votar e 18% não votariam de jeito nenhum.

A candidata Fátima Bezerra utilizou, desde seus primeiros programas eleitorais, a estratégia de associar sua imagem pública com a do presidente Lula. A candidata do PT também enfatizava o apoio recebido pelo prefeito Carlos Eduardo (PSB)³⁸, a governadora Wilma de Faria (PSB), e o senador Garibaldi Alves (PMDB). Já Micarla de Sousa, desde o início do programa eleitoral afirmava que seu partido fazia parte da base aliada do governo Lula, assim teria todo o apoio do presidente para governar Natal. Essa discussão foi acirrada com a vinda do presidente Lula a Natal para o comício da candidata Fátima Bezerra. Com isso, o PT e seus aliados, esperavam chegar ao segundo turno com esse importante evento da campanha eleitoral. Essa estratégia utilizada pelas duas candidatas evidenciava a popularidade do presidente Lula. A candidata do PV ressaltou durante toda a campanha que seu partido fazia parte da base aliada do governo Lula. Mas a candidata do PT foi quem mais se beneficiou dessa estratégia, pois o crescimento de sua intenção de voto³⁹ acompanhou o crescimento da avaliação do presidente em Natal e no Brasil, e nesse período o governo Lula bateu seu recorde de aprovação (Campos, 2011).

Fernando Mineiro foi o primeiro petista a exercer o cargo de vereador em Natal, sendo eleito em 1988 e reeleito em 1992, 1996 e 2000. Durante seu mandato na Câmara Municipal de Natal exerceu a presidência do Diretório Estadual do PT no Rio Grande do Norte de 2001 a 2005. Em 2002, foi eleito para seu primeiro mandato como deputado estadual do Rio Grande do Norte, sendo reeleito em 2006 e 2010⁴⁰. Participou dos movimentos estudantil, popular e sindical na cidade e foi um dos fundadores do Partido dos Trabalhado-

38. Observando o contexto político local, a avaliação do governo Carlos Eduardo (PSB) oscilou negativamente durante a campanha. Com isso, a candidata Micarla de Sousa utilizou a estratégia de oposição e mudança, enquanto Fátima Bezerra defendia a continuidade com mudanças. Na última pesquisa do Ibope, em 28 de setembro de 2008, a avaliação positiva do governo Carlos Eduardo era de 40%. Esse número estava abaixo do percentual de 50% de "bom e ótimo" idealizados por Oliveira e Santos (2009). Nesse caso, a construção da imagem pública de Fátima Bezerra durante a campanha baseou-se em propostas de continuidade administrativa. Em um contexto de relativa insatisfação popular com o governo municipal, detectada nas pesquisas de intenção de voto, pode ter sido relevante para o resultado final da eleição, embora não tenha sido o fator decisivo da derrota da candidata petista.

39. Na pesquisa do Ibope realizada em 14 de setembro de 2008, Fátima Bezerra possuía 28% da intenção dos votos. Em 26 de setembro, última pesquisa, a intenção sobe para 36%. Não podemos deixar de mencionar que Fátima Bezerra possuía maior inserção eleitoral na faixa etária acima de 50 anos (37%), nível superior (42%) e com renda superior a 5 salários-mínimos (41%). E sua rejeição estava concentrada entre os eleitores com escolaridade entre 5° e 8° série (37%), nível médio (35%) e menor entre os eleitores com nível superior (28%).

40. Segundo o TSE, na eleição de 2002 Mineiro obtém 39.963 votos. Na eleição de 2006, obtém 22.433 votos. Em 2010, 24.718 votos.

res (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no estado. Atualmente é líder do PT na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte, faz parte da Comissão de Constituição e Justiça da ALRN, é presidente da Comissão de Minas e Energia e suplente da Comissão de Administração e Serviços Públicos.

Em 2012, Fernando Mineiro foi o candidato do PT à prefeitura de Natal. Nesse ano, um detalhe particulariza as eleições municipais na capital: além de Carlos Eduardo (PDT) e Hermano Moraes (PMDB), o deputado Fernando Mineiro (PT) também é candidato da base aliada do governo federal, o que fez a presidenta Dilma Rousseff não se manifestar na eleição da capital potiguar. Mesmo assim, Fernando Mineiro usou como estratégia se apresentar aos eleitores de Natal como a opção para beneficiar a cidade, com os programas do governo criados desde o governo Lula e em continuidade no governo Dilma, além de recursos. Seu mote de campanha foi mostrar que a capital potiguar está fora de programas do Governo Federal e deixou de receber verbas disponíveis para obras, por incompetência da prefeita Micarla de Sousa⁴¹ e de sua equipe (Batalha, 2013).

No final da eleição de 2012, Carlos Eduardo (PSB), com o apoio do candidato Fernando Mineiro (PT), no segundo turno vence a eleição para prefeito de Natal, obtendo 58,31% dos votos contra 41,69% de Hermano Moraes (PMDB). Não podemos deixar de mencionar que no decorrer da eleição Fernando Mineiro consegue um crescimento considerável, principalmente nas últimas duas semanas⁴², o que quase o levou ao segundo turno⁴³.

41. A prefeita Micarla de Sousa, no decorrer de seu mandato, não correspondeu às expectativas dos eleitores natalenses. No último ano de seu governo foi acusada pela Procuradoria Geral de Justiça de participar de um esquema de corrupção iniciado na Secretaria Municipal de Saúde e que se ramificou em outras pastas que compõem a administração da cidade, como a de Planejamento e a de Educação. Rejeitada por mais de 95% da população natalense, conforme pesquisa do Instituto Ibope publicada em setembro de 2012, a jornalista Micarla de Sousa foi afastada da Prefeitura de Natal, deixando a cidade endividada e com problemas estruturais. Além disso, os postos de saúde estavam desabastecidos, os salários dos terceirizados atrasados, havia lixo acumulado pelas ruas, além de vias esburacadas. A má gestão culminou com as denúncias de corrupção. Uma operação chamada Assepsia, empreendida pelo Ministério Público, investigou a contratação de organizações sociais pela SMS, que ocorreu em Natal e no Rio de Janeiro. Foi a partir dessa operação que o processo de afastamento da prefeita veio à tona. Nesse processo estavam envolvidos os ex-secretários Thiago Trindade (Saúde) e Antônio Luna (Planejamento). Diante da reprovação da sua administração, a prefeita Micarla desistiu de concorrer à reeleição. Todos os antigos aliados distanciaram-se como se fossem independentes em relação à gestão da revista. Tanto os aliados de primeira hora, que participaram da coligação eleitoral em 2008, quanto as outras forças políticas, como o PMDB, que no decorrer da gestão firmaram seu apoio à administração de Micarla (Batalha, 2013).

42. Na pesquisa da Consult realizada entre os dias 12 e 14 de julho de 2012, Carlos Eduardo Alves (PDT) possuía 57,6% de intenção de voto estimulada, Rogério Marinho (PSDB), 8,30%, Hermano Moraes (PMDB) 6,8% e Fernando Mineiro (PT) 3,4% (maior inserção eleitoral entre os homens, faixa etária de 25-34 anos e 45-54 anos, nível superior, renda acima de 2 salários-mínimos e da região sul da cidade). Além disso, Fernando Mineiro possuía a maior rejeição, 20,3% (concentrada em eleitores com mais de 59 anos, nível superior, com renda acima de 5 salários-mínimos e das regiões sul e leste da cidade). Na pesquisa Consult realizada entre os dias 24 e 25 de setembro, Carlos Eduardo possuía 47%, Hermano Moraes 19,20%, Fernando Mineiro 8,8% (maior inserção eleitoral entre mulheres, faixa etária entre 16 e 34 anos, nível médio e superior, com renda entre 2 e mais de 5 salários-mínimos e eleitores das regiões sul e leste). Sobre a rejeição, Mineiro consegue reverter o quadro, possuindo nesta pesquisa a menor rejeição, 8,4% (concentrada nas mulheres, faixa etária entre 45-59 anos, nível médio e superior, renda acima de 5 salários-mínimos e eleitores da região sul da cidade).

43. Nesta eleição, Carlos Eduardo (PDT) obtém 40,42% dos votos, Hermano Moraes (PMDB) 23,01% e Fernando Mineiro (PT) 22,63%. Neste caso, Mineiro não foi para o segundo turno pela diferença de 1.465 votos, ou seja, no menos de 1% dos votos (TSE, 2012).

Hugo Manso é engenheiro, professor licenciado do IFRN e dirigente do PT desde sua fundação em 1980, tendo participado do movimento estudantil. Em 2000, foi eleito vereador de Natal, obtendo 3.256 votos. Em 2002, disputou as eleições para o Senado, obtendo 217.911 votos⁴⁴. Em 2004, não conseguiu se reeleger, obtendo 4.016 votos (TSE, 2004). Em 2005, Hugo Manso assume a coordenação da Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em 2010, Hugo Manso se candidata ao senado obtendo 224.125 votos⁴⁵. Nesta eleição, o PT é aliado do PSB, assim o candidato Iberê Ferreira (PSB) perde a eleição ao governo do estado para Rosalba Ciarlini (DEM) e os dois candidatos ao senado desta aliança, Hugo Manso⁴⁶ e Wilma de Faria (PT-PSB), também são derrotados para a coligação de José Agripino e Garibaldi Alves (DEM-PMDB).

Em 2012, Hugo Manso se elege vereador obtendo 2.234 votos e retornando para a Câmara Municipal de Natal.

Na eleição presidencial em 2010, a candidata do PT Dilma Rouseff vence no Rio Grande do Norte e perde em Natal, a capital do estado⁴⁷. Não podemos deixar de mencionar que na região metropolitana de Natal o quadro eleitoral a favor do PT vem se revertendo ao longo das últimas três eleições presidenciais, diferentemente do que vem ocorrendo no estado do Rio Grande do Norte, como veremos a seguir.

Tabela 58

**Região metropolitana e Natal – Segundo turno eleições presidenciais
2002, 2006 e 2010**

Ano	PT (votos)	%	PSDB (votos)	%
2002	315.003	66,45	159.048	33,55
2006	340.598	61,49	213.313	38,51
2010	286.935	48,80	301.046	51,20

Fonte: Ribeiro e Oliveira, 2012

44. Nesta eleição, Garibaldi Alves Filho (PMDB) obtém 714.363 votos (29,41%) e é eleito. José Agripino Maia (PFL) obtém 594.912 votos (24,49%) e é eleito, Geraldo Melo (PSDB) 479.723 votos (19,75%), Augusto Viveiros (PFL) 221.147 votos (9,10%) e Hugo Manso (PT) 217.911 votos (8,97%) (TSE, 2002).

45. Nesta eleição, Garibaldi Alves Filho (PMDB) obtém 1.042.272 votos (35,03%) e é eleito, José Agripino Maia (DEM) obtém 958.891 votos (32,23%) e é eleito, Wilma de Faria (PSB) 651.358 votos (21,89%) e Hugo Manso (PT) 224.125 votos (7,53%) (TSE, 2010).

46. Na pesquisa do Ibope realizada no dia 23 de setembro de 2010 Garibaldi Alves (PMDB) possuía 60% da intenção de voto, José Agripino (DEM) 58%, Wilma de Faria (PSB) 37% e Hugo Manso (PT) 6% (com maior inserção eleitoral entre os homens, faixa etária entre 16-24 anos e acima de 50 anos, nível médio e superior, renda acima de 2 salários-mínimos e na região de Natal e Central potiguar).

47. No segundo turno, Dilma Rouseff venceu em 148 municípios do Rio Grande do Norte contra 19 de José Serra (TSE, 2010).

Tabela 59

Rio Grande do Norte – Segundo turno eleições presidenciais
2002, 2006 e 2010

Ano	PT (votos)	%	PSDB (votos)	%
2002	781.947	58,64	551.628	41,63
2006	1.073.182	69,91	461.995	30,09
2010	979.772	59,54	665.726	40,46

Fonte: Ribeiro e Oliveira, 2012

Também é possível verificar que o fenômeno ocorrido em outras partes do país está presente no Rio Grande do Norte, detectado em pesquisas de opinião e no resultado final das eleições presidenciais, que apontam uma diminuição na aprovação do governo do PT (Lula-Dilma) nesses últimos anos nas capitais e regiões metropolitanas. Além disso, pode-se perceber que o eleitor do PT no Rio Grande do Norte nos últimos dois pleitos presidenciais (2006-2010) pertence a estratos sociais bem definidos⁴⁸.

Essas mudanças nas tendências eleitorais das candidaturas presidenciais no Rio Grande do Norte e na Região Metropolitana de Natal conduzem à compreensão de que, nesta última, um eleitorado com inclinações ao voto em candidaturas pessedebistas e “alternativas”⁴⁹ se formou em 2006 e 2010. É bastante provável que este eleitor opositor natalense advenha majoritariamente dos extratos sociais que rejeitaram as medidas do início do governo Lula, como o trabalhador do setor de serviços públicos descontente com a reforma da previdência, por exemplo. Tal rejeição certamente associa-se a um distanciamento em relação ao PT e suas candidaturas, com a qual se identificavam segmentos da classe média com formação técnica do setor de serviços, sobretudo da administração pública, com grande importância socioeconômica na Região Metropolitana de Natal. Para além da composição social deste eleitorado opositorista, sua adesão a determinados valores torna-se um elemento explicativo importante. Em 2006, a agenda eleitoral foi marcada pela centralidade do tema da corrupção, na esteira da chamada “Crise do Mensalão”, iniciada em 2004. Essa orientação para o comportamento eleitoral provavelmente foi replicada pelo eleitorado de matiz opositorista nas eleições 2010. Neste pleito, os extratos que em 2006 votaram contra o governo, punindo-o pelas denúncias de corrupção, voltaram a assumir

48. Na pesquisa Ibope de 28 de setembro de 2006, Lula (PT) possuía 60% das intenções de voto e Geraldo Alckmin (PSDB) 27%. A inserção eleitoral de Lula era de eleitores com ensino fundamental e médio, com renda de até 2 salários-mínimos e do interior do estado do Rio Grande do Norte. Na pesquisa Ibope de 23 de setembro de 2010, Dilma Rousseff (PT) possuía 55% das intenções de voto e José Serra (PSDB) 28%. A inserção eleitoral de Dilma era de eleitores com ensino fundamental e médio, com renda de até 2 salários-mínimos e do interior (central, agreste e oeste).

49. Dentre os candidatos que disputaram a eleição presidencial em 2010, além dos candidatos do PT e PSDB, podemos destacar Marina Silva (PV), obtendo 19.636.359 votos (19,33%), e Plínio de Arruda Sampaio (PSOL), obtendo 886.816 votos (0,87%) (TSE, 2012).

um comportamento oposicionista, rejeitando a figura pública da candidata governista: mulher, ex-guerrilheira, técnica sem carisma, identificada com a defesa de uma agenda moral mais progressista⁵⁰ (Ribeiro e Oliveira, 2012).

Não podemos deixar de mencionar que as disputas políticas locais são relevantes nas análises citadas anteriormente, pois com a derrota da aliança PT-PSB no primeiro turno em 2010, desembocou em um segundo turno solitário para a candidata do PT à presidência. Assim, com a aliança entre DEM-PMDB, o partido de Garibaldi Alves não atuou na defesa da candidata petista no segundo turno. Além disso, os eleitos do DEM, Rosalba Ciarlini (governadora) e José Agripino (senador), estiveram empenhados em apoiar a candidatura de José Serra (PSDB).

O cenário político local é delicado para a governadora Rosalba Ciarlini (DEM)⁵¹. A crise administrativa⁵² que se agravou neste terceiro ano de mandato teve reflexos diretos na avaliação de governo⁵³ e na sua situação política. Partidos aliados anunciaram rompimento e lideranças se afastaram, deixando a governadora quase isolada politicamente. Na Assembleia Legislativa, no início de 2013, 14 deputados⁵⁴ pertenciam à base aliada do governo do estado. Até o final do ano, as perspectivas não são positivas, o governo pode perder a aliança de pelo menos nove deputados estaduais, incluindo o presidente da Assembleia Legislativa, Ricardo Motta (PMN).

Neste cenário, o PMDB, que possui quatro deputados estaduais⁵⁵, pode ter candidatura própria em 2014. Com isso é provável que Rosalba Ciarlini enfrente no seu último ano de governo uma oposição inédita na Assembleia. Afinal, serão 20 parlamentares na oposição⁵⁶ confirmando as mudanças de posicionamento político que se desenham para o próximo ano.

50. Nesta eleição, esse fenômeno se aprofundou no segundo turno, com a série de ataques subterrâneos à candidata Dilma Rousseff pela via de toda uma sorte de boatos, fato que obrigou o PT a criar um site com o intuito de rebatê-los. Contudo, nas classes populares é possível que o motivo religioso e os valores morais conservadores tenham sido os principais elementos motivadores.

51. Retirado do site: [http://portalnoar.com/governo/Rosalba pode perder até dez deputados e a oposição poderá somar 20 parlamentares/#sthash.sjJH49JJ.dpuf](http://portalnoar.com/governo/Rosalba%20pode%20perder%20at%C3%A9%20dez%20deputados%20e%20a%20oposi%C3%A7%C3%A3o%20poder%C3%A1%20somar%2020%20parlamentares/#sthash.sjJH49JJ.dpuf).

52. No ano de 2013, o governo do estado enfrentou sucessivas greves no serviço público por melhores condições de trabalho, aumento salarial e contratação de pessoal. Com isso, as greves aconteceram na saúde, na educação e na segurança pública. 543.

53. Segundo pesquisa do Instituto Índice de 13 de junho de 2013, a avaliação do governo Rosalba era: ótimo 1,9%, bom 13,1% (avaliação positiva 15%), regular 32,8%, ruim 20,7%, péssimo 31,5% (avaliação negativa 52,2%). Segundo o Instituto Consult de 18 de agosto de 2013, 13% aprovam o governo Rosalba e 83,35% o desaprovam. Segundo o Instituto Consult de 06 de novembro de 2013, 12,12% aprovam o governo Rosalba e 81,59% o desaprovam. Em Natal, a desaprovação é ampliada para 89,6% e aprovada por 6,6%.

54. A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte possui 24 deputados. No início de 2013, faziam parte da base aliada e romperam com o governo Rosalba: o PV, o PR e o PMDB.

55. Os deputados estaduais do PMDB são: Walter Alves, Nélder Queiroz, Hermano Morais e Gustavo Fernandes.

56. Neste caso, os dez deputados que deixaram o governo Rosalba e se juntarão aos dez que estão na oposição desde o início do ano: Agnelo Alves (PDT), Ezequiel Ferreira (PTB), Fabio Dantas (PHS), Fernando Mineiro (PT), Gesane Marinho (PMN), Gustavo Carvalho (PSB), José Dias (PMDB), Larissa Rosado (PSB), Marcia Maia (PSB) e Tomba Faria (PSB).

O cenário político-eleitoral se desenha com uma candidatura própria do PT nas eleições majoritárias para o senado. Quanto à eleição para governador, Fernando Mineiro era o candidato preferido do partido, enquanto a deputada federal Fátima Bezerra seria a candidata para uma das vagas do Senado. “O PT está preparado para indicar os nomes de Mineiro e Fátima, mas ainda vamos iniciar as conversas com a base aliada para apresentar os nossos projetos para as eleições majoritárias” (Eraldo Paiva, presidente estadual do PT)⁵⁷. Mas no dia 30 de outubro, Fernando Mineiro anuncia sua desistência em concorrer ao governo do estado, ressaltando que desistiu da candidatura para se concentrar na campanha da deputada federal Fátima Bezerra ao Senado Federal na aliança com o PMDB no Rio Grande do Norte. Em nota enviada à imprensa, Mineiro afirmou que a decisão foi tomada no dia 21, quando ele se reuniu com a Executiva Nacional do partido, presidida por Rui Falcão, estando presentes também o presidente estadual do PT, Eraldo Paiva; a deputada Fátima; o vereador Hugo Manso e Olavo Ataíde. “Na reunião, a deputada Fátima Bezerra também informou sobre as conversas desenvolvidas com dirigentes do PSD e do PMDB, em especial a conversa com o deputado Henrique Alves, presidente do PMDB-RN, ocorrida no dia 18 de outubro, onde foi colocada a nossa candidatura a Senado numa possível chapa com o PMDB. De acordo com o informe, o deputado Henrique havia se mostrado favorável a esta reivindicação” (Fernando Mineiro, deputado estadual)⁵⁸.

Nas pesquisas eleitorais divulgadas pelos institutos locais podemos perceber as mudanças na intenção de voto dos candidatos ao governo do estado, senado e cargos proporcionais após o anúncio da desistência do deputado estadual Fernando Mineiro ao governo do estado e a ratificação da candidatura da deputada federal Fátima Bezerra ao senado, além de outros possíveis candidatos.

Tabela 60

Rio Grande do Norte – Pesquisa de opinião pública Consul – Governador e senador
18 de agosto de 2013

Governador	Senador
Wilma de Faria (PSB) 33,41%	Fátima Bezerra (PT) 25,94%
Garibaldi Alves (PMDB) 23,47%	Wilma de Faria (PSB) 25,76%
Mineiro (PT) 7,29%	Henrique Alves (PMDB) 16,88%
Robinson Faria (PSD) 7,12%	Não sabe/nenhum 33,42%
Não sabe/nenhum 28,70%	

57. Retirado em 10 de maio de 2013 do site: <http://portalnoar.com/pt-quer-mineiro-para-o-governo-e-fatima-bezerra-para-o-senado-em-2014/#sthash.sjH49JJ.dpuf>.

58. Retirado em 30 de outubro de 2013 do site: <http://portalnoar.com/mineiro-desiste-de-candidatura-ao-governo-para-ver-fatima-senadora-com-apoio-pmdb/>.

RIO GRANDE DO NORTE
2000-2013**Tabela 61**Rio Grande do Norte – Pesquisa de opinião pública Consult – Presidente
18 de agosto de 2013

Presidente	
Dilma Rouseff (PT)	40,00%
José Serra (PSDB)	18,12%
Marina Silva (PSB)	10,82%
Aécio Neves (PSDB)	2,29%
Eduardo Campos (PSB)	1,53%
Nenhum/não sabe/outros	27,24%

Tabela 62Rio Grande do Norte – Pesquisa de opinião pública Consult – Deputado federal e estadual
18 de agosto de 2013

Deputado federal	Deputado estadual
Fátima Bezerra (PT) 2,82%	Getúlio Rego (DEM) 1,18%
Henrique Alves (PMDB) 2,41%	Walter Alves (PMDB) 0,82%
Felipe Maia (DEM) 0,94%	Tomba (PSB) 0,65%
Fábio Faria (PSD) 0,65%	Mineiro (PT) 0,65%
João Maia (PR) 0,65%	Ricardo Motta (PMN) 0,59%
Mineiro (PT) 0,59%	Vivaldo Costa (PROS) 0,47%
Amanda Gurgel (PSTU) 0,24%	Larissa Rosado (PSB) 0,47%
Betinho Rosado (PP) 0,24%	Amanda Gurgel (PSTU) 0,47%
Sandra Rosado (PSB) 0,24%	Não sabe/nenhum 87,59%
Não sabe/nenhum 89,00%	

Tabela 63Rio Grande do Norte – Pesquisa de opinião pública Consult – Governador e Senador⁵⁹ – Simulação 1
6 de novembro de 2013

Governador	Senador
Wilma de Faria (PSB) 33,18%	Wilma de Faria (PSB) 39,82%
Garibaldi Alves (PMDB) 32,88%	Fátima Bezerra (PT) 33,82%
Robinson Faria (PSD) 6,65%	Não sabe/nenhum 26,36%
Rosalba Ciarlini (DEM) 4,47%	
Não sabe/nenhum 22,83%	

59. Na pesquisa Consult de 06 de novembro não foram feitas perguntas relacionadas à eleição presidencial e proporcional.

Tabela 64

Rio Grande do Norte – Pesquisa de opinião pública Consult – Governador e Senador – Simulação 2
6 de novembro de 2013

Governador	Senador
Wilma de Faria (PSB) 40,12%	Fátima Bezerra (PT) 47,35%
Henrique Alves (PMDB) 16,53%	Fernando Bezerra (PMDB) 19,00%
Robinson Faria (PSD) 10,12%	Não sabe/nenhum 33,65%
Rosalba Ciarlini (DEM) 5,24%	
Não sabe/nenhum 28,00%	

A partir dos resultados da intenção de voto mencionados anteriormente podemos perceber que os prováveis candidatos do PT, Fátima Bezerra e Mineiro, ficam bem posicionados em todos os cenários⁶⁰. Assim, é possível afirmar que há viabilidade eleitoral dos candidatos petistas para os cargos majoritários ou proporcionais. Além disso, a presidente Dilma lidera a intenção de voto no Rio Grande do Norte, com uma diferença de 21,88% em relação ao segundo colocado, e recuperou parte da aprovação de seu governo⁶¹ após as manifestações de junho. Infelizmente, o relatório do Instituto Consult de agosto e novembro de 2013 não contempla os resultados das variáveis de renda, escolaridade, sexo e região para uma análise mais aprofundada. Com isso, não é possível verificar a inserção eleitoral dos candidatos do PT no contexto local em diferentes estratos sociais⁶². Por isso, ressaltamos a importância de um diagnóstico preciso para a elaboração das estratégias e do planejamento da campanha de 2014 a partir de um estudo em profundidade das especificidades da política local através de pesquisas quantitativas e qualitativas no momento pré-eleitoral. Não podemos deixar de mencionar que, diferentemente das eleições para presidente em 2006 e 2010, o perfil do eleitor petista local não se encontra nas classes populares, como foi verificado anteriormente nas eleições majoritárias disputadas por Fátima Bezerra e Fernando Mineiro para a

60. Na intenção de voto para governador em 06 de novembro, Fernando Mineiro não foi citado, pois já havia anunciado a desistência de sua candidatura.

61. Na pesquisa Consult, de 28 de janeiro de 2013, 78,88% dos entrevistados aprovavam o governo Dilma, 13,24% desaprovavam e 7,88% não opinaram. Em 18 de agosto, 55,76% dos entrevistados disseram que aprovam o governo Dilma, 34,06% desaprovam e 10,18% não opinaram. Em 06 de novembro, 64,53% aprovam o governo Dilma, 25% desaprovam e 10,47% não opinaram. Em Natal, a aprovação diminuiu para 52,2% e 40,8% desaprovam.

62. Na pesquisa do Instituto Consult realizada no dia 28 de janeiro de 2013, o relatório contempla a variável localidade sobre a intenção de voto para governador e senador. Assim, Fátima Bezerra (PT) liderava a intenção de voto para o senador com 43,6% (56,2% em Natal, 42,1% na Grande Natal, 40% no litoral sul e região Agreste, 32,2% na região Central e Potengi, 44,7% no Seridó, 36,7% em Mossoró e 33,2% na região Oeste). O segundo colocado, Henrique Alves (PMDB) possuía 28,7% (17% em Natal, 27,9% na Grande Natal, 28,8% no litoral sul e região Agreste, 48,9% na região Central e Potengi, 24,7% no Seridó, 35,8% em Mossoró e 42,9% na região Oeste).

prefeitura de Natal e Hugo Manso para o senado. Com isso, o desafio da candidatura do PT na eleição majoritária é conseguir atrair os votos das camadas populares do estado para obter êxito eleitoral.

ENTIDADES SINDICAIS

Os principais sindicatos do Rio Grande do Norte são: Bancários (Sindbancários), Petroleiros (Sindipetro), Educação (Sinte), Saúde (Sindsaúde), Médicos (Sinmed) e Servidores do Município de Natal (Sinsenat).

O Sindicato dos Petroleiros é dirigido e filiado à CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e à FUP (Federação Única dos Petroleiros – filiada à CUT).

O Sindicato dos Bancários é dirigido por Marta Turra, que se reelegeu em 2013. Em 2007, o Sindbancários/RN aderiu à Conlutas.

O Sindicato dos Médicos é dirigido por Geraldo Ferreira desde 2007. Geraldo também é presidente da FENAM (Federação Nacional dos Médicos) desde 2012. Além disso, Geraldo Ferreira é vice-presidente regional do PPS (Partido Popular Socialista).

O Sindicato dos Trabalhadores da Educação é dirigido por José Teixeira da Silva, Maria de Fátima Oliveira e José Romulo Annaud, que foram reeleitos em 2012. O Sinte é filiado à CUT.

O Sindicato dos Servidores da Saúde é dirigido por Simone Dutra desde 2013. O SindSaúde é filiado à Conlutas.

O Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Natal é dirigido por Soraya Godeiro, que foi reeleita em 2011. O Sinsenat é filiado à CUT.

63. As informações obtidas sobre os sindicatos foram retiradas dos sites das respectivas entidades sindicais.

INVESTIMENTOS DO PAC NO RIO GRANDE DO NORTE

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) do governo federal planeja investir no Rio Grande do Norte, a partir de 2011, cerca de R\$ 43 bilhões, assim distribuídos no tempo:

Tabela 65

Rio Grande do Norte – Investimento total do PAC 2

Investimento total	R\$ 43,06 bilhões
2011 a 2014	R\$ 24,49 bilhões
Pós-2014	R\$ 18,57 bilhões

Fonte: Governo Federal - PAC 2

O setor de energia receberá os maiores volumes de recursos, 29,5 bilhões destinados ao setor, o equivalente a 68,5% dos recursos do PAC.

Os outros destaques são: Água e Luz para Todos; Minha Casa Minha Vida; Transportes; e Cidade Melhor (Tabela 67).

Os investimentos em geração e transmissão de energia elétrica se concentrarão, sobretudo, nos parques eólicos que serão instalados no estado e nas redes de transmissão e subestações necessárias para o escoamento dessa produção elétrica (Tabela 66).

No eixo energia os destaques são os setores de petróleo e gás natural, que receberão do PAC um total de R\$ 18,9 bilhões, e geração e transmissão de energia elétrica (R\$ 10,2 bilhões).

Tabela 66**Rio Grande do Norte – Investimento do PAC 2 (R\$ milhões)**
2011-2014

Eixo	2011 a 2014 Exclusivo	Pós-2014 Exclusivo	2011 a 2014 Regional	Pós-2014 Regional
Geração de energia	8.471,76	268,02	-	-
Transmissão de energia elétrica	742,96	22,12	335,93	353,62
Petróleo e gás natural	3.893,44	15.023,39	-	-
Combustíveis renováveis	-	-	-	-
Geologia e mineração - CPRM	-	-	396,69	-
Total	13.108,16	15.313,53	732,62	353,62

Fonte: Governo Federal - PAC 2

Tabela 67**Rio Grande do Norte – Investimento do PAC 2 - Energia (R\$ milhões)**
2011-2014

Eixo	2011 a 2014 Exclusivo	Pós-2014 Exclusivo	2011 a 2014 Regional	Pós-2014 Regional
Geração de energia	8.471,76	268,02	-	-
Transmissão de energia elétrica	742,96	22,12	335,93	353,62
Petróleo e gás natural	3.893,44	15.023,39	-	-
Combustíveis renováveis	-	-	-	-
Geologia e mineração - CPRM	-	-	396,69	-
Total	13.108,16	15.313,53	732,62	353,62

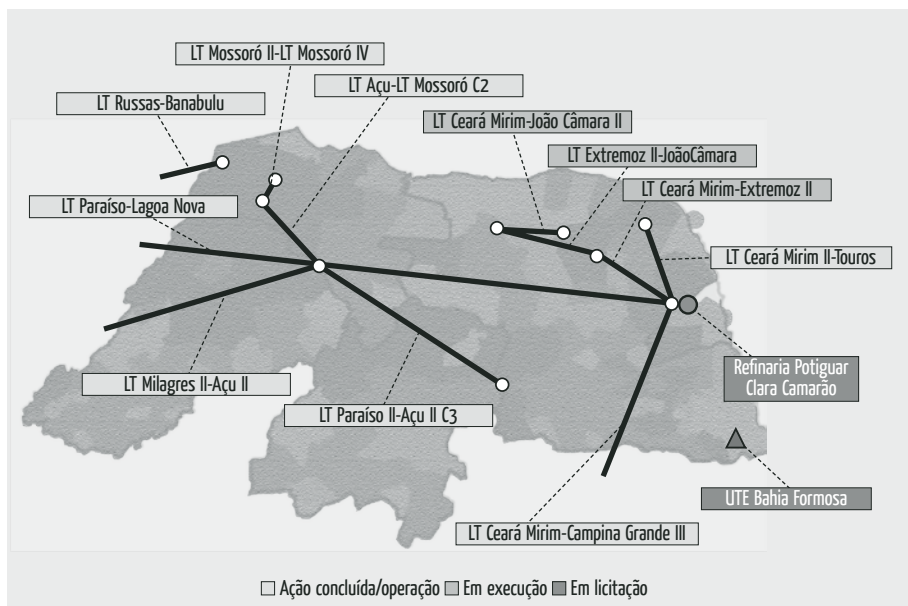
Fonte: Governo Federal - PAC 2

Nas últimas décadas, o Rio Grande do Norte entrou em um ciclo positivo de crescimento, com incremento de diferentes setores produtivos: turismo, fruticultura, petróleo, energia renovável e construção civil. Porém, a incapacidade do poder público estadual de garantir, na velocidade necessária, a execução de obras estruturantes, como a modernização e readequação do porto de Natal, o novo aeroporto de São Gonçalo do Amarante e a modernização da malha viária, representa uma ameaça à continuidade e à expansão do crescimento do Estado, levando-nos a perder competitividade e oportunidades para estados vizinhos.

O cenário internacional acena para nos protegermos dos processos de instabilidade e estrangulamentos de algumas economias, não ficando dependentes, exclusivamente, de oportunidades oferecidas por essas economias, mas oferecendo uma proposta de aproveitamento de nossas potencialidades turísticas, produção de alimentos e de riquezas naturais adequadas a um novo

Mapa 5

Desenvolvimento da produção de petróleo no Rio Grande do Norte, Fase II



Fonte: Governo Federal – PAC 2

Usina Eólicas

- Aratuá I
 - Cabeço Preto I e IV
 - Mangue Seco I, II, III e IV
 - Mel 02
- Arizona 1
 - Areia Branca
 - Asa Branca IV, V, VI, VII e VIII
 - Calango 4
 - Campo dos Ventos II
 - Costa Branca
 - Dreen Boa Vista
 - Dreen São Bento do Norte
 - Dreen Olho d'Água
 - Eurus I, III e IV
 - Farol
 - Juremas
 - Macacos
 - Mar e Terra
 - Missaba III

- Morro dos Ventos I, III, IV, VI e IX
- Pedra Preta
- Santa Clara I, II, III, IV, V e VI
- Rei dos Ventos I e III
- Renascença I, II III e IV
- Ventos de São Miguel
- Aratuá III
 - Asa Branca I, II e III
 - Caixara 2 Caixara do Norte 1
 - Calango 1, 2, 3 e 5
 - Carcará 1
 - Carnaúbas
 - Eurus II e IV
 - Formosa I
 - Miassaba 4
 - Modelo II e III
 - Parque Eólico Lanchinha
 - Parque Eólico Pelado
 - Reduto
 - Renascença V

- Rosada
- Santa Helena
- Santo Cristo
- Serra de Santana I, II e III
- São João EOL
- SM
- Ventos de Santo Uriel

Subestações

- Se Natal III 230/69 kV
- Ceará-Mirim 500/230 kV
 - Extremoz 230 kV
 - João Câmara II 500 kV
 - Lagoa Nova 230 kV
- Extremoz II 230 kV
 - João Câmara 230/69 kV

quadro econômico mundial. Criar um ambiente favorável a investimento e o aproveitamento integral de nossas potencialidades é fundamental para obtermos ganhos de competitividade e de produtividade (Seplan, 2012).

A promoção e a atração de investimento acontecerão com base num processo de estruturação setorial, no âmbito do estado, de forma confiável, ágil, facilitadora e descomplicada, cabendo ao governo o papel de identificar e estudar oportunidades e de apoiar iniciativas de investimentos do setor privado. O estado deve olhar, estrategicamente, para o grande potencial do mercado interno, com um crescente nível de consumo que deverá continuar em ritmo acelerado, sobretudo em relação ao que as estatísticas convencionais chamam de Classe Econômica C. Isso pode ter reflexos positivos em nossa economia, especialmente em programas e projetos turísticos, produção de alimentos, recursos minerais, esporte, lazer e cultura.

O setor de serviços pode se constituir em um diferencial para a nossa economia, se levarmos em consideração os investimentos programados para as Zonas de Processamento de Exportação (ZPE), centros de excelência em pesquisas, novo aeroporto de São Gonçalo do Amarante, perímetros irrigados e unidades de exploração e de beneficiamento de minérios, com a devida estruturação das respectivas cadeias produtivas. Os projetos de infraestrutura e logística para o estado, no entanto, caminham lentamente. Já perdemos posições e empreendimentos para os nossos estados vizinhos. É indispensável emprendermos todos os esforços visando ações voltadas à ampliação da infraestrutura e logística de transportes, com a integração de modais rodoviários, aéreo, ferroviário e portuário. A ampliação da oferta segura de energia e, especialmente, a viabilização dos projetos de aproveitamento da energia eólica, é mais um desafio (Seplan, 2012).

A implementação de ações para a criação e expansão de áreas e distritos industriais dotados de infraestrutura é, também, um desafio a ser enfrentado em novas bases de alocação espacial. Para apoiar e dinamizar a viabilização do nosso potencial desenvolvimentista torna-se fundamental a oferta de oportunidades para uma formação qualificada e a requalificação da mão de obra orientada pela demanda e de acordo com as potencialidades de cada região, assegurando taxa de crescimento de novos empregos, a reabsorção dos desempregados, elevando os níveis de renda do cidadão. As carências de capacitação de mão de obra ameaçam excluir a população norte-rio-grandense do processo de crescimento do seu próprio estado. Há deficiências significativas na rede pública de saúde, requerendo uma reestruturação e readequação do setor. A segurança pública exige atenção especial e investimentos expressivos. A oferta de uma educação de qualidade é pressuposto para um ciclo desejável de crescimento econômico com

desenvolvimento social e melhoria da qualidade de vida da população.

Indispensável, também, a ampliação dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, minimizando perda na captação e garantindo tratamento, manutenção e oferta de água potável e implantando sistemas de esgotamento sanitário nas cidades, assim como um programa gestor de resíduos sólidos, desenvolvendo novas tecnologias de coleta, reciclagem e destinação final. A sociedade está, cada vez mais, assumindo o papel de cobrança por resultados das instituições públicas. Implica, também, na viabilização de um programa de desenvolvimento social e econômico capaz de assegurar a melhoria da qualidade de vida e de prosperidade para o norte rio-grandense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANUÁRIO do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Ministério da Justiça, 2007 e 2012.

BATALHA, Luiz. REJEIÇÃO E VOTO EM ELEIÇÃO CONTEMPORÂNEA: um estudo de caso da eleição à Prefeitura do Município de Natal/RN (2012). Dissertação de mestrado, UFRN, RN, 2013.

CAMPOS, Emmanuel de Sousa. Eleições, pesquisas e estratégias de Marketing: a campanha eleitoral de Micarla de Sousa em Natal (2008). Dissertação de mestrado, UFRN, RN, 2011.

DIEESE. *Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: mercado de trabalho*. 3. ed. / Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. São Paulo: DIEESE, 2011.

EVANGELISTA, João Emanuel. Os candidatos e a campanha eleitoral na televisão: as estratégias político-discursivas dos candidatos à prefeitura de Natal em 2004. In: LEMENHE, Maria Auxiliadora e CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly. *Política, cultura e processos eleitorais*. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

EVANGELISTA, João Emanuel. *Os candidatos e a campanha eleitoral na televisão: as estratégias político-discursivas dos candidatos à prefeitura de Natal em 2004*. Nordeste 2004: o voto nas capitais. Fundação Konrad Adenauer, 2004.

BRASIL, MCTI; 2013; disponível em: www.mcti.gov.br/; acesso em 15/11/2013.

GOVERNO FEDERAL. *PAC 2 no Rio Grande do Norte, 7º Balanço/Janeiro a Abril de 2013*. Brasília/DF, 2013. IFRN; *Relatório de gestão 2000*; disponível em: <http://portal.>

ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/2000-relatorio-de-gestao/view; 2001; acesso em 15/11/2013.

IFRN; *Relatório de gestão 2010*; disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/acessoainformacao/auditorias/relatorios-de-gestao/RelatorioGestao2010VersaoImpressaoI%20-%2031Mar2011.pdf/view>; 2011; acesso em 15/11/2013.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. *Por onde andam as políticas públicas LGBT no Brasil*. Revista Sociedade e Estado - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012.

MELLO, Luiz; MAROJA, Daniela; BRITO, Walderes. *Fazendo Gênero: Diásporas, Diversidade, Deslocamentos*. 2010. Disponível em: www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277347233_ARQUIVO_PPLGBT-FG2010.pdf

PELLEGRINI, Josué. *Como evoluiu a dívida estadual nos últimos dez anos?* São Paulo, 2012.

RIBEIRO, Gustavo César de M.; OLIVEIRA, João Emanuel Evangelista de. *Entre o preconceito e a realidade: investigando a vitória de José Serra na Região Metropolitana de Natal na eleição presidencial de 2010*. In: 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011, Caxambu - MG. Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs, 2011.

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do RN. *Perfil do Rio Grande do Norte*. Natal/RN, 2012.

SEPLAN, Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças do RN. *Relatório resumido da execução orçamentária da despesa de janeiro a junho de 2013*. Natal/RN, 2013.

SOARES, Cristiano; CERETTA, Paulo. *Os impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas Despesas com Pessoal dos Estados Brasileiros de 2000 a 2010*. Congresso Internacional de Administração. UEPG, 2013.

SILVA, Janaina. *População em situação de rua: uma análise da implementação da política nacional de assistência social no âmbito do centro POP – Natal/RN*. Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal/RN, 2012.

SPINELLI, José Antonio. *Rio Grande do Norte 2006: eleições atípicas?* In: CORTEZ, H. (Org.). *Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste*. Natal, RN: EDUFRN, 2010, p. 109-148.

SPINELLI, José Antônio. *Natal: novos cenários, velhos atores. A disputa pela prefeitura em 2008*. Nordeste: 2008. O voto das capitais II. Natal/RN: EDURN, 2010.

SPINELLI, José Antonio. *As eleições para a prefeitura de Natal/RN em 2004: a disputa por hegemonia*. In: CORTEZ, H. & HERMANNNS, K. *Nordeste 2004: o voto das capitais: análises interpretativas dos resultados eleitorais nas capitais do Nordeste*. Fortaleza, CE: Fundação Konrad Adenauer, 2005, p. 99-120.

UFERSA; *Relatório de gestão 2006*; disponível em: www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/49/Relat%C3%B3rio%20de%20Gest%C3%A3o%202006%20UFERSA%20UJ%20153033.pdf; 2007; acesso em 15/11/2013.

UFERSA; *Relatório de gestão 2010*; disponível em: www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/71/RELATORIO_DE_GEST%C3%83O_UFERSA_2009.pdf; 2011; acesso em: 15/11/2013.

UFRN; *Relatório da gestão 2001*; disponível em: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/4056332#.UoO87spjXIU; 2002; acesso em 15/11/2013.

UFRN; *Relatório da gestão 2010*; disponível em: www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/documento/4056332#.UoO87spjXIU; 2011; acesso em 15/11/2013.

WASELFISZ, Júlio. *Mapa da violência – Os novos padrões da violência homicida no Brasil*. Rio Grande do Norte, 2012.

SOBRE O AUTOR

JOSÉ ANTÔNIO SPINELLI é professor titular de Teorias Sociológicas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduado em Ciências Sociais pela UFRN, é mestre em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). É autor de, entre outros, *Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar* (Natal: Editora da UFRN, 2010); e *Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte* (Primeira República) e outros estudos (Natal: Editora da UFRN, 2010).

O livro *Rio Grande do Norte 2000-2013* foi impresso na Gráfica Santuário para a Fundação Perseu Abramo. A tiragem foi de 500 exemplares.

O texto foi composto em Berkeley Oldstyle em corpo 11/13,2.

A capa foi impressa em papel Supremo 250g e o miolo em papel Pólen Soft 80g.